



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**SHIRLEI FRITZ DE OLIVEIRA VALADÃO**

**GESTÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DAS CONCEPÇÕES,  
TENSÕES E CONFLITOS NO ENSINO REGULAR COM ALUNOS  
SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA, RO.**

**ASSUNÇÃO, PARAGUAI**

**OUTUBRO - 2018**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**SHIRLEI FRITZ DE OLIVEIRA VALADÃO**

**GESTÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DAS CONCEPÇÕES,  
TENSÕES E CONFLITOS NO ENSINO REGULAR COM ALUNOS  
SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA, RO.**

**ASSUNÇÃO, PARAGUAI**

**OUTUBRO - 2018**

**SHIRLEI FRITZ DE OLIVEIRA VALDÃO**

**GESTÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DAS CONCEPÇÕES,  
TENSÕES E CONFLITOS NO ENSINO REGULAR COM ALUNOS  
SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA, RO.**

Tese apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidad de Desarrollo Sustentable, vinculada a linha de Pesquisa gestão e inclusão escolar: um estudo das concepções, tensões e conflitos no ensino regular com alunos surdos nas escolas municipais de Vilhena, Rondônia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

**Tutor:** Professor Dr. Leopoldo Briones Salazar

ASSUNÇÃO, PARAGUAI

OUTUBRO - 2018

**SHIRLEI FRITZ DE OLIVEIRA VALADÃO**

**GESTÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DAS CONCEPÇÕES,  
TENSÕES E CONFLITOS NO ENSINO REGULAR COM ALUNOS  
SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE VILHENA, RO.**

Tese submetida à aprovação da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Universidad de Desarrollo Sustentable, para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Tese aprovada em 15 de outubro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente Prof. Dr. Leopoldo Briones Salazar

---

Avaliadora Prof. Dr. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

---

Avaliador Prof. Dr. Luiz Antonio Ayala Silvera

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS, 2010, p.56).

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a Deus por mais essa conquista e por dar a mim a persistência e a confiança de que esse dia chegaria.

Dedico a todos os familiares que sempre me ajudaram nos momentos em que pensei em desistir.

Dedico esse trabalho a todos que acreditam na importância da comunicação e respeitam as diferenças lingüísticas, propiciando uma sociedade inclusiva, aos que contribuíram para que esta pesquisa fosse desenvolvida.

Dedico aos amigos que torceram e torcem por mim.

Sou grata a todos!

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Lídia da Conceição Grave-Resendes, o fato de ter aceitado orientar esta tese, mesmo sabendo que hoje não esta entre nós reservo o espaço de sentir saudades da pessoa inspiradora que ela era.

Aos gestores da escola pesquisada, professores, alunos surdos e familiares que mostraram disponíveis e empenhados em colaborar com o meu trabalho, permitindo dessa forma que ele se concretizasse.

Aos colegas de mestrado, particularmente a Flávia, à Roberta e à Marcia, agradeço a amizade, a troca de ideias, a ajuda mútua e as fantásticas recordações dos nossos extensos encontros de estudo que marcaram e incentivaram a persistência na conclusão deste mestrado.

De forma especial quero agradecer à minha família, em particular à minha mãe e irmã, pela força e confiança com que me inspiraram, pelo apoio memorável e incondicional que me dedicaram me incentivando a dar o meu melhor nesta caminhada.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes durante todo este percurso de construção o meu muito obrigada.

“O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovações e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores.”

Daniel Sage.

## RESUMO

A dissertação de investigação que apresento insere-se na temática da liderança e pretende examinar a gestão e inclusão escolar: um estudo das concepções, tensões e conflitos no ensino regular com alunos surdos nas escolas municipais de Vilhena, Rondônia. Com base na LDB 9394/96 a qual define princípios democráticos que abordam a educação inclusiva, e ofertar oportunidades iguais para todos na percepção de que a escola deve atender as diferentes potencialidades, para a construção de uma escola democrática. A presente tese teve como objetivo analisar as percepções que os gestores, professores, familiares e alunos surdos no ensino regular da cidade de Vilhena, Rondônia, Brasil considerando a legislação que assegura a inclusão e a prática vigente para que esta seja construída. Esta pesquisa é relevante em abordar as concepções e a trajetória da educação inclusiva no ensino regular no Brasil desde o século passado e refletindo as políticas de cada momento histórico. Caracterizando quais medidas que a gestão coloca em prática para que a educação inclusiva aconteça e seus princípios subjacentes na educação inclusiva de alunos surdos, e sobretudo conhecer a opinião dos envolvidos neste processo quanto a satisfação do que está sendo ofertado. A pesquisa estruturou seguindo o método descritivo enquadrado no paradigma compreensivo interpretativo, com enfoque epistemológico qualitativo e com técnicas de triangulação, qualitativa: entrevista, questionário e análise documental. Os documentos para a coleta de dados foram aplicados a gestão escolar (diretor, supervisor e orientador), aos professores, interpretes, alunos e familiares. Os resultados obtidos mostram que as políticas educativas vem passando por um período de muitas mudanças, entretanto conforme a opinião de muitos entrevistados, aos quais relatam que a escola regular ainda não esta preparada para atender adequadamente os alunos com surdez, já que tanto a gestão como a maioria dos professores não tem conhecimento a LIBRAS. Nesta perspectiva conclui – se que para que a educação inclusiva possa realmente acontecer a gestão escolar, sendo ela externa e interna precisam buscar meios que favoreçam a construção de caminhos que levem a inclusão de forma que esta não seja vista como uma imposição, mas sim como algo que possa contribuir para uma linguagem significativa.

**Palavras - chave:** gestão escolar; escola inclusiva; aluno surdo.

## ABSTRACT

The research dissertation I present is part of the topic of leadership and aims to examine school management and inclusion: a study of conceptions, tensions and conflicts in regular education with deaf students in the municipal schools of Vilhena, Rondônia. Based on LDB 9394 / 96 which defines democratic principles that approach inclusive education and offer equal opportunities for all in the perception that the school must meet the different potentialities for the construction of a democratic school. The aim of this thesis was to analyze the perceptions that managers, teachers, families and deaf students in the regular education of the city of Vilhena, Rondônia, Brazil considering the legislation that ensures inclusion and the current practice for it to be built. This research is relevant in addressing the conceptions and trajectory of inclusive education in regular education in Brazil since the last century and reflecting the policies of each historical moment.

Characterizing what measures the management puts into practice for inclusive education to happen and its underlying principles in the inclusive education of deaf students, and above all to know the opinion of those involved in this process regarding the satisfaction of what is being offered. The research was structured according to the descriptive method included in the comprehensive interpretive paradigm, with a qualitative and quantitative approach and with triangulation, qualitative and quantitative techniques: interview, questionnaire and documentary analysis. The data collection documents were applied to school management (director, supervisor and supervisor), teachers, interpreters, students and family members. The results show that educational policies have been undergoing a period of many changes, however, according to the opinion of many interviewees, who report that the regular school is not yet ready to adequately meet the students with deafness, since both management and most teachers are not aware of LIBRAS. In this perspective it is concluded that in order for inclusive education to actually happen to school management, external and internal needs to seek means that favor the construction of paths that lead to inclusion in a way that is not seen as an imposition, but rather as something that can contribute to meaningful language.

**Key - words:** School management; inclusive school; deaf student.

## RESUMEN

La disertación de investigación que presento se inserta en la temática del liderazgo y pretende examinar la gestión e inclusión escolar: un estudio de las concepciones, tensiones y conflictos en la enseñanza regular con alumnos sordos en las escuelas municipales de Vilhena, Rondônia. Sobre la base de la LDB 9394 / Que define principios democráticos que abordan la educación inclusiva y ofrecen oportunidades iguales para todos en la percepción de que la escuela debe atender a las diferentes potencialidades para la construcción de una escuela democrática. La presente tesis tuvo como objetivo analizar las percepciones que los gestores, profesores, familiares y alumnos sordos en la enseñanza regular de la ciudad de Vilhena, Rondônia, Brasil considerando la legislación que asegura la inclusión y la práctica vigente para que ésta sea construida. Esta investigación es relevante en abordar las concepciones y la trayectoria de la educación inclusiva en la enseñanza regular en Brasil desde el siglo pasado y reflejando las políticas de cada momento histórico. Caracterizando las medidas que la gestión pone en práctica para que la educación inclusiva ocurra y sus principios subyacentes en la educación inclusiva de alumnos sordos, y sobre todo conocer la opinión de los involucrados en este proceso en cuanto a la satisfacción de lo que se está ofreciendo. La investigación estructuró siguiendo el método descriptivo enmarcado en el paradigma comprensivo interpretativo, con enfoque epistemológico cualitativo y con técnicas de triangulación, cualitativa y cuantitativa: entrevista, cuestionario y análisis documental. Los documentos para la recogida de datos se aplicaron a la gestión escolar (director, supervisor y orientador), a los profesores, intérpretes, alumnos y familiares. Los resultados obtenidos muestran que las políticas educativas vienen pasando por un período de muchos cambios, sin embargo según la opinión de muchos entrevistados, a los cuales relatan que la escuela regular aún no está preparada para atender adecuadamente a los alumnos con sordera, ya que tanto la gestión como la mayoría de los profesores no tienen conocimiento de LIBRAS. En esta perspectiva se concluye que para que la educación inclusiva pueda realmente ocurrir la gestión escolar, siendo externa e interna necesitan buscar medios que favorezcan la construcción de caminos que lleven la inclusión de forma que ésta no sea vista como una imposición, sino como algo que pueda contribuir a un lenguaje significativo.

**Palabras clave:** gestión escolar; escuela inclusiva; el alumno sordo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	<b>Configuração de mão das letras do alfabeto.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 2</b>	<b>Local onde foi feito o congresso em Milão, Itália.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 3</b>	<b>Alfabeto francês da Língua de Sinais.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 4</b>	<b>Prédio onde funciona o INES.....</b>	<b>52</b>
<b>Figura 5</b>	<b>Equipamento eletrônico interno e externo para implante coclear.....</b>	<b>53</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 - Distribuição dos participantes por funções .....	68
Quadro nº 2 – Distribuição da equipe gestora participante .....	81
Quadro nº 3- Dificuldades no trabalho da gestão para a inclusão .....	81
Quadro nº 4 – Distribuição de quantitativo de funcionários e alunos .....	83

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Quantitativo de escolas com atendimento especializado ao aluno com surdez...73	
Gráfico nº 2 – Distribuição dos participantes por função.....	79
Gráfico nº 3 – Distribuição de funcionários com especialização da LIBRAS .....	82

## LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CEE – Coordenadoria de ensino especial

CNE – Conselho Nacional de Educação

EI – Educação Inclusiva

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC - Implante de Coclear

IES – instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

LS – Língua de Sinais

MEC - Ministério da Educação e da Cultura

NEEs – Necessidades Educativas Especiais

OCDE – Organização para cooperação e o desenvolvimento econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com Deficiência

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAP – Sala de apoio pedagógico

SEESP – Secretaria de educação especial

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b> .....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<b><u>CAPÍTULO I – ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA</u></b> .....	24.
<b><u>1.1 ANTECEDENTES DA POLÍTICA INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS</u></b> .....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<b><u>1.2 ANTECEDENTES DA POLÍTICA NACIONAL: EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS</u></b> .....	27
<b><u>1.2.1 A SALA DE AULA</u></b> .....	33
<b><u>1.3 ESTUDOS NACIONAIS (BRASIL) E INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS</u></b> .....	34
<b><u>1.4 INVESTIGAÇÕES: (TESSES DE DOUTORAMENTO E DE MESTRADOS)</u></b> .....	38
<b><u>1.5 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO</u></b> .....	43
<b><u>1.6 PERGUNTAS DA INVESTIGAÇÃO</u></b> .....	44
<b><u>1.7 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO</u></b> .....	45
<b><u>1.7.1 OBJETIVO GERAL</u></b> .....	45
<b><u>1.7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u></b> .....	45
<b><u>1.8 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA</u></b> .....	45
<b><u>CAPITULO II – MARCO TEÓRICO</u></b> .....	46
<b><u>2.1 O SURDO NA HISTÓRIA PRÉ-CRISTÃ</u></b> .....	46
<b><u>2.2 O SURDO NA HISTÓRIA PRÉ-CRISTÃ</u></b> .....	48
<b><u>2.3 O HISTÓRICO DO SURDO NA IDADE MÉDIA</u></b> .....	48
<b><u>2.4 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL</u></b> .....	51

<b><u>2.5 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS EM RONDÔNIA</u></b> .....	<b>54</b>
<b><u>CAPITULO III - MARCO METODOLÓGICO</u></b> .....	<b>56</b>
<b><u>3.1. ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO</u></b> .....	<b>56</b>
<b><u>3.2 TIPOS DE ESTUDO E SUA JUSTIFICAÇÃO</u></b> .....	<b>59</b>
<b><u>3.3 TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA: DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE DESENHO DA INVESTIGAÇÃO</u></b> .....	<b>62</b>
<b><u>3.3.1 CONTEXTO DO CAMPO DE PESQUISA: VILHENA – RONDÔNIA</u></b> .....	<b>64</b>
<b><u>3.4 UNIDADES DE ANÁLISES</u></b> .....	<b>64</b>
<b><u>3.4.1 ISEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS PARTICIPANTES</u></b> .....	<b>65</b>
<b><u>3.4.2 SUJEITOS DA PESQUISA</u></b> .....	<b>67</b>
<b><u>3.5. PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DOS DADOS</u></b> .....	<b>68</b>
<b><u>3.5.1. PRIMEIRA FASE – PROCEDIMENTOS PRELIMINARES (FASE EXPLORATÓRIA)</u></b> .....	<b>70</b>
<b><u>3.5.2 SEGUNDA FASE – A PESQUISA DE CAMPO</u></b> .....	<b>71</b>
<b><u>CAPITULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</u></b> .....	<b>73</b>
<b><u>4.1 QUESTIONÁRIO APLICADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL</u></b> .....ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
<b><u>4.2 PERFIL DA GESTÃO ESCOLAR</u></b> .....	<b>80</b>
<b><u>4.3 O PROFESSOR E PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</u></b> .....	<b>88</b>
<b><u>4.4 O ALUNO SURDO</u></b> .....	<b>94</b>
<b><u>4.5 FAMÍLIA DO ALUNO SURDO</u></b> .....	<b>98</b>
<b><u>CAPÍTULO V: CONCLUSOES</u></b> .....	<b>103</b>
<b><u>5.1.1 CONCLUSÕES GERAIS (PRODUTO DA ANÁLISE DOS DADOS)</u></b> .....	<b>104.</b>
<b><u>5.1.2 PROJEÇÕES GERAIS</u></b> .....	<b>106</b>

<b><u>5.2.1 SUGESTÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCATIVAS</u></b> .....	<b>108</b>
<b><u>5.2.2 SUGESTÕES PARA NOVAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO</u></b> .....	<b>111</b>
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	<b>113</b>
<b><u>ANEXO I</u></b> .....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<b><u>ANEXO II</u></b> .....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<b><u>ANEXO III</u></b> .....	<b>122</b>
<b><u>ANEXO IV</u></b> .....	<b>123</b>
<b><u>ANEXO V</u></b> .....	<b>124</b>
<b><u>ANEXO VI</u></b> .....	<b>125</b>
<b><u>ANEXO VII</u></b> .....	<b>126</b>
<b><u>ANEXO VIII</u></b> .....	<b>127</b>
<b><u>ANEXO VIX</u></b> .....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação vem se transformando e buscando cada vez mais meios que favoreçam a qualidade no ensino, Segundo Carvalho (2007), a educação inclusiva defende uma escola aberta a todos, uma vez que nossa sociedade é plural e democrática, oferecendo subsídios e iguais oportunidades para que os alunos ingressem, permaneçam e, principalmente, participem do processo de aprendizagem, sendo construtores do seu próprio conhecimento. Nesta perspectiva podemos perceber que a educação vem colocando um novo olhar para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais procurando capacitações e adequações do ambiente escolar, entretanto isso não é fruto atual e sim de grandes lutas históricas, que aconteceram no decorrer dos séculos na busca de aceitação e implementação de condições necessárias para a cultura surda. Entre tantos acontecimentos surgiram documentos oficiais que deram respaldo aos mesmos para oficializar a LS – Língua de Sinais, dentre esses a Declaração de Salamanca<sup>1</sup>. Que afirma os direitos, independente das diferenças individuais para que a educação das pessoas com deficiência faça parte complementar do sistema educativo e assim focar a educação inclusiva. Todos têm o direito de ser recebido no ambiente escolar sem sofrer qualquer discriminação, seja quanto as suas condições físicas, intelectuais, sociais entre outras, uma vez que a gestão escolar:

Deverão ser chamadas a desenvolver uma gestão mais flexível, a redimensionar recursos pedagógicos, a diversificar as ofertas educativas, a fomentar a ajuda entre as crianças, a garantir o apoio aos alunos com dificuldades e a desenvolver estreitas relações com os pais e com a comunidade. A boa gestão escolar depende do envolvimento ativo e criativo dos professores e auxiliares, assim como do desenvolvimento dum cooperação eficaz e dum trabalho de equipa, destinado a satisfazer as necessidades dos alunos. (Declaração de Salamanca, 1994, p.23)

Nessa concepção é necessário colocar em prática não somente a precisão do acolhimento, mas também analisar as necessidades de cada aluno, sendo este especial ou não, tornando o aluno incluído no processo educacional e não apenas inserido. Considerando então, como ponto de partida indispensável para a qualidade de ensino deste aluno, o ambiente escolar em um todo, onde há a participação de todos os envolvidos neste processo

---

<sup>1</sup> A Declaração de Salamanca: documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos. Fonte: Agência Educa Brasil; informação para a formação. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=109>. Acesso: 30 de julho 2018.

para que a inclusão de alunos com surdez possa acontecer, de maneira especial destacamos a sala de aula a qual o profissional que irá receber este aluno deve estar apto para este atendimento a partir de suas experiências nas interações de ensino, e a autonomia na construção desta prática. Na busca da inclusão do ponto de partida da sala de aula, onde a diversidade cultural e o respeito pelas diferenças sejam levados em consideração, valorizando o potencial de cada aluno, “o professor deve mudar sua perspectiva social, valorizando mais o potencial do que a incapacidade dos educandos” (LIBÂNEO, 2007.p.265).

Refletir nesta necessidade levou este estudo a buscar embasamento a inclusão de alunos com surdez no âmbito educacional com base na visão da gestão escolar na administração da educação inclusiva no ensino regular, colocando o gestor como peça indispensável para que o professor tenha condições de realizar seu plano de ensino e coloca – lo em prática de maneira a alcançar êxito no que é proposto para que este seja não somente um mero depositador de conhecimentos, mas um mediador de tal para uma aprendizagem significativa.

Os estudos referentes à educação inclusiva direcionam as discussões em aspectos políticos, analisando as características dos transtornos ou deficiências, em contrapartida deixa de lado o professor que poderia transcender para a sala de aula as práticas inclusivas, proporcionando pouco subsídio para que este seja assunto de discussão e propostas. Percebe – se que mesmo havendo investimentos e benefícios para a área da inclusão, atualmente ainda encontramos resistência por parte da equipe gestora, dificultando o acesso a pessoas com necessidades especiais alegando falta de estrutura física ou capacitação profissional para atender as necessidades do mesmo, demonstrando não estar qualificado para atuar o papel de gestão já que se mostra leigo na legislação Constituição Federal de 1988 que ampara o direito de todos ao acesso e permanência a escola (artigo 206, inciso I), infelizmente esta é uma realidade que mesmo diante de tantas lutas os Surdos ainda não conseguiram quebrar, entrando em contraposição do que realmente precisa ser realizado, já que a gestão demonstra sua resistência quando:

[...] as escolas regulares se percebem sem o recurso de “empurrar” para o ensino especial os seus problemas, tendo que enfrentá-los, mas não se dando conta ainda de que eles são seus e não exclusivamente de alguns alunos. (MANTOAN, 2006, p. 109).

Podemos identificar que muitos ainda tomam conduta discriminatória referente ao acolhimento quando se deparam com situações que movimentam as estruturas tradicionais aos

quais estão acostumados a trabalhar, se negando ao novo, se negando em ser desafiado e buscar meios que os levem a trabalhar e proporcionar condições adequadas ao aluno independente de sua classe social ou suas necessidades especiais. Ficando então evidente o conflito entre a legislação vigente e a opinião de alguns gestores que ainda estão habituados no método tradicional, onde os alunos são homogêneos, ao qual o professor é visto como a figura central e detém o conhecimento, o aluno é visto como um papel em branco onde o conhecimento é depositado, ou seja, todos devem aprender da mesma forma e do mesmo ritmo, não podendo exercer seu senso crítico, criativo e inovador. Entretanto é hora de mudar e identificar as possibilidades de construir uma escola que seja acessível a todos e assim inclusiva e não de exclusão.

A ênfase, nesse estudo, recairá sobre a interação do professor que atende ao estudante com deficiência, e, dois aspectos devem ser levados em consideração referentes à interação de ensino do professor que atende a estes estudantes: a reação desse professor ao encontrar estudantes com deficiência em sua sala de aula regular, e o seu posicionamento em relação à inclusão dos estudantes com necessidades especiais com deficiência nas salas de aula regular.

Nessa fase da pesquisa, atuaremos diretamente no campo realizando entrevistas com a utilização de questionários semi-estruturados, aos gestores (diretor, orientador e supervisor) momento este em que realiza – se a análise dos documentos da escola (PPP – Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso e Plano de ensino), aos professores identificando como este é orientado e como realiza suas práticas inclusivas em atendimento aos alunos surdos, aos alunos surdos para analisar a satisfação deste quando a aprendizagem do ensino e aos pais identificando o acolhimento e qualidade de ensino que seus filhos estão recebendo.

Com o término das entrevistas, a pretensão foi buscar responder aos seguintes questionamentos: Quais são as orientações de política pública sobre a gestão escolar e a inclusão?; Quais são as orientações da escolar sobre a gestão escolar e a inclusão?; Quais são as tensões e conflitos entre as orientações da política pública e a escola?; Quais são as competências dos profissionais da escola?; Quais são as diferenças e semelhanças nas competências dos profissionais?; Quais são as concepções dos profissionais da escola sobre a relação gestão e inclusão?; Quais são os documentos reguladores que a escola usa para as práticas inclusivas?; Quais são as propostas de formação continuada para as práticas inclusiva da gestão escolar?; Como a gestão escolar organiza a estrutura do atendimento educacional especializado em sala de aula?; Como é avaliado o PPP da escola considerando as dificuldades dos processos de inclusão?; Quais são as tensões e conflitos da gestão escolar

para a inclusão de aluno surdo?. Com a coleta de dados desenvolvidas na estrutura destes questionamentos, buscou alcançar os objetivos de investigação geral de analisar os princípios, as tensões e conflitos subjacentes da gestão escolar no processo da educação inclusiva de alunos surdos no ensino regular. Também os objetivos específicos que buscou: Conhecer as orientações de política pública (plano de ação da SEMED e documentos do MEC) e da escola (PPP) sobre as relações entre gestão escolar e inclusão. Identificar o perfil formativo e as competências dos professores, gestores e os profissionais da escola em relação a inclusão. Conhecer as concepções dos gestores, professores, alunos e família referidas a processos de gestão e o desempenho das práticas inclusivas. Descrever as ações promovidas pela gestão escolar para a inclusão. Caracterizar o processo formativo, a comunicação na língua de sinais e as dificuldades do aluno surdo na sala de aula. Determinar as tensões e conflitos da gestão escolar em um contexto de inclusão de alunos surdos.

Estas questões se referem à linha de pesquisa aqui relacionada para identificar a gestão escolar na administração da educação inclusiva no ensino regular, com respaldo na legislação vigente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº9394/96 art. 58,59 e 60, na qual há a proposta de Educação inclusiva e melhoria na qualidade da educação.

Como aponta, a legislação recomenda uma proposta de vencer as barreiras encontradas no ambiente escolar, e alargando oportunidades de uma escola que respeite a diversidade cultural, respeitando as diferenças, contribuindo para este aluno surdo possa ter uma vida social, profissional e pessoal de grandes vitórias.

Segundo Maria Teresa Mantoan, (2002) “as reformas educacionais e todos os questionamentos sobre o papel da escola exigem que se repense a prática pedagógica tendo a Ética, a Justiça e os Direitos Humanos como eixos” (p18), sem se esquecer da indissociável relação Ciência/Tecnologia e Sociedade indispensável à vida cotidiana de todos os indivíduos. Estes aspectos sempre sustentaram o “ideário educacional, mas nunca tiveram tanto peso e implicação como nos dias atuais, em que se luta para vencer a exclusão, a competição, o egocentrismo e o individualismo, em busca de uma nova fase de humanização e de socialização que supere os pressupostos hegemônicos do liberalismo, baseada na interatividade, na superação de barreira físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais, e acessível a todos” (p.23).

Este trabalho contribui para a discussão de estudos relacionados a educação inclusiva no que diz respeito ao ponto de partida do olhar do gestor quanto as necessidades de

adaptação e modificação do ambiente escolar como um processo de crescimento educacional, assim como na melhoria das práticas utilizadas pelo professor para atender este aluno com necessidades especiais. Colocando em pauta que a gestão escolar não apenas cumpre funções burocráticas mas realiza sua função muito além como diz Sousa (2007):

O alcance pedagógico da gestão deve se fazer presente no estabelecimento de políticas, no planejamento e na avaliação; na articulação com a comunidade escolar; na destinação e alocação de recursos; no estabelecimento de prioridades; no respeito à liberdade e individualidade; na defesa dos interesses do coletivo escolar e na defesa contra as carências das crianças principalmente àquelas que apresentam necessidades educativas especiais. (p.8)

Por este o motivo da importância de uma escola democrática, onde todos tem o direito de participar da construção das propostas de melhoria, assim como analisar os pontos que precisam ser melhorados, um documento muito importante como ferramenta norteadora do trabalho educativo pedagógico é o projeto político pedagógico (PPP), sendo este visto como a identidade da escola, ao qual ensina caminhos para ensinar com qualidade, neste contem os objetivos que a escola deseja alcançar, metas a cumprir a curto e longo prazo, bem como os meios para concretiza – las.

A partir de análise dessa realidade foi possível ampliar o conhecimento com outros níveis de ensino sobre a temática abordada, contribuindo como análises realizada dentro do município de Vilhena – Rondônia. A pesquisa também serviu para discussão crítica relativa à atual realidade de inclusão na perspectiva uma política de formação educacinoal voltada para o atendimento ao aluno com surdez. Assim sendo, a presente tese foi estruturada da seguinte forma:

O primeiro capítulo, “**Antecedentes e Formulação do Problema**”, procedeu-se uma abordagem sobre a educação inclusiva no contexto da sociedade contemporânea, em condições internacionais aos quais foram criados documentos movimentos para respaldar o direito de todos ao acesso a educação de qualidade. Foram discutidos a Declaração de Salamanca, Conferencia Mundial a qual se refere as Necessidades Especiais, esta por sua vez promovida pela UNESCO.

O segundo capítulo “**Marco Teórico**” fora debatidas questões ligadas ao fundamento teórico da inclusão de surdos, destacando a evolução educacional dos surdos em um contexto geral, desde os primórdios até os tempos atuais, descrevendo aspectos conceituais, características e classificações das etapas construídas neste período.

O terceiro “**Marco Metodológico**” mencionou-se a descrição metodológica, utilizada no presente estudo tendo como principal foco a análise qualitativa, compreendendo o levantamento das opiniões dos entrevistados, análise dos indícios encontrados, tendo como finalidade de propiciar a construção dos dados da pesquisa de campo que vem destacar a visão do gestor escolar na administração de uma escola inclusiva.

O quarto capítulo “**Apresentação e Análise dos Resultados**”, reservou-se para interpretação dos dados recolhidos e analisados à luz das teorias vigentes estudadas sobre a dinâmica das medidas que a gestão coloca em prática para que a inclusão aconteça e os princípios subjacentes do âmbito escolar na educação inclusiva de alunos surdos. A análise e discussão em torno dos resultados obtidos, resultantes dos dados coletados com a utilização de instrumentos de investigação como: questionário e as entrevistas semiestruturadas efetuadas nas escolas.

O quinto capítulo “**Conclusões e Considerações Finais**”, a apresentação das conclusões, sugestões consideradas importantes para a temática estudada, entre elas o desenvolvimento de planejamento escolar inclusivo, repensando a prática pedagógica realizada previamente e adequando a realidade da sala de aula; Relação entre teoria e prática docente utilização de meios adequados de ensino de acordo com a necessidade do aluno atendido, respeitando seus limites e habilidades; Inserção de aulas visuais e atividades concretas: adaptando recursos didáticos; Propostas de inserir a Unidade curricular de LIBRAS no ensino fundamental e médio.

## **CAPÍTULO I – ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA**

A abordagem realizada neste capítulo, irá refletir quanto ao ensino por meio do histórico documental existente, com uma abordagem sobre a educação inclusiva no contexto da sociedade contemporânea, em condições internacionais aos quais foram criados documentos movimentos para respaldar o direito de todos ao acesso à educação de qualidade. Esta colocação é identificada pelas grandes mudanças no contexto histórico da educação, na qual após grandes lutas, sofrimentos e resistências os surdos conseguiram alcançar embasamento legislativo para se respaldar de seus direitos aos quais eram negados na antiguidade e ainda encontra resistência na atualidade. Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, promovida pelo governo espanhol e a UNESCO, que resultou na Declaração de Salamanca, na qual foram discutidas as políticas de educação inclusiva em diversos países entre eles o Brasil, refletindo aos direitos das pessoas com necessidades especiais, e as intervenções mediadoras utilizadas pela escola para atender este aluno.

Nesta perspectiva os tópicos a seguir irão abordar assuntos relacionados ao desenrolar do contexto histórico da inclusão de alunos surdos, bem como o papel da gestão escolar como administração da educação inclusiva, de forma analítica aos registros realizados por estudiosos do assunto em questão.

### **1.1 Antecedentes da Política Internacional**

Desde a infância até a vida adulta, grande parte das horas de uma pessoa é destinada aos estudos, tendo este que dedicar no mínimo quatro horas por dia para este fim, em busca de melhorias futuras. Entretanto muitos não têm conhecimento do quão é importante este momento de partilha, reflexão e prática, todavia é de responsabilidade da escola expor ao aluno o perfil de conclusão esperado a alcançar ao término de determinado período da sua vida escolar. Dentro desta proposta, também se faz necessário abordar a questão inclusiva, a qual é interessante destacar a importância da convivência com as diferenças, dando espaço para refletir a proposta “escola para todos” na qual ressalta a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 onde diz:” toda pessoa tem o direito à instituição. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução será obrigatória”. (ONU,1948).

Segundo Silveira e Furlan (2003) “o poder é produtivo, está muito mais ligado ao dizer ‘sim’ do que ao dizer ‘não’ (p. 180). Isso ganhou impulso entre as décadas de 1950 e 1960, levando a grandes conferências para discutir a ampliação da educação, traçando metas para que fossem realizadas matrículas de todas as crianças que estivessem em idade escolar, entretanto esta proposta foi interrompida por motivo da crise da dívida externa e as políticas de ajustamento estrutural. A partir de então observa – se por meio da década de 1980 uma grande redução em investimento para educação, nestas condições os níveis de desigualdade socioeconômicos aumentaram. No final dos anos de 1980, as políticas de privatização, ajuste fiscal, desregulamentação da economia e desregulação financeira já faziam parte da paisagem política mundial. Porém com a reforma política foi colocado que as escolas assumissem a responsabilidade com o desempenho dos estudantes, fazendo valer a causa da política da participação democrática, a qual toda a comunidade teria acesso na construção do processo decisório da escola. Esse era o contexto político-econômico em que se deu a *Conferência Mundial sobre a Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. A idealização das propostas deste evento teve início em 1985, durante a 23ª reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e Cultura (UNESCO). A *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* se concretizou com o Movimento realizado em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, colocando em pauta que a educação é um direito de todos, tendo como primeiro objetivo satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, tópico este que favoreceu muito para a educação escolar.

Em 1994 foi realizada a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade*, promovida pelo governo espanhol e a UNESCO que resultou na Declaração de Salamanca, considerada como a principal referência internacional na área. Este documento é tomado como referência, para dar respaldo para a instituição em relação a inclusão escolar, bem como para os alunos surdos que no início de suas conquistas eram mantidos separados da sociedade e impedidos de utilizar a língua de sinais, o que dificultava muito a comunicação entre os mesmos e o mundo que os cercavam.

A política de inclusão percebe e aceita a diversidade cultural, procurando criar condições favoráveis para que todos os envolvidos e possam se desenvolver e usufruir de iguais oportunidades, pois somente através de transformações e adequações físicas do ambiente escolar e na mentalidade de todos os envolvidos neste processo que se constrói uma inclusão verdadeira e transcendente.

A partir da perspectiva de transformação, Sasaki (1999), aponta alguns conceitos inclusivistas para a deficiência, que são, assim, denominados: autonomia, independência e *empowerment*:

Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce(...) Independência é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família e profissionais especializados. (...) *Empowerment* significa o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente à sua condição – por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor – para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida (p.37-38).

Embora haja a importância desta independência por parte dos alunos com necessidades especiais, muitos ainda se mostram muito dependentes colocando em situação de desprovido do saber ou da condição de realizar desafios propostos por conta de sua deficiência. Entretanto os mesmos precisam tomar partida na perspectiva de enxergar seu potencial dentro de suas limitações ao invés de se fechar e posicionar em condição de incapaz.

O processo de inclusão é contínuo devendo ter a participação efetiva de todos nos vários segmentos disseminados para este processo educacional, regido pelos princípios democráticos defendidos pela escola. Para tal valorização os gestores escolares devem estar atentos aos processos de ensino e aprendizagem, buscando e oferecendo oportunidades de adequações sempre que necessário, dando subsídio aos professores em suas práticas pedagógicas, orientando aos mesmos na construção e reconstrução de seu plano de ensino sempre que necessário e conforme as necessidades identificadas no dia a dia da sala de aula, tendo como instrumentos de aplicação, as estratégias de ensino, instrumentos de avaliação, atividade desafiadora, processos de mediação do conhecimento para que o aluno tenha a oportunidade de realizar o que lhe é proposto e ao mesmo tempo ter suporte e base de onde se pretende chegar e como este estará sendo acompanhado dentro deste processo. Portanto, conforme registros da Conferência Mundial de Educação Especial, o princípio da escola inclusiva está em que:

Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p.4).

É notório que as diversidades encontradas dentro de um contexto escolar, são inúmeras, podendo o gestor tomar em consideração as medidas cabíveis para cada situação identificada, respeitando os ritmos de aprendizagem de cada e assegurando uma educação de qualidade, derrubando as barreiras existentes por conta dos tabus que ainda existe dentro deste contexto.

É importante ressaltar a importância do papel do gestor dentro do contexto escolar, uma vez que este precisa estar atento, pois não basta apenas matricular alunos, é preciso ir muito além, pois a escola é um ambiente de experiências e aprendizados, na qual são formados os futuros cidadãos.

## **1.2 Antecedentes de Política Nacional**

Visando que uma escola seja ela de ensino público ou privado, deverá oferecer profissionais preparados para atender todos os alunos, sejam esses deficientes auditivos, deficientes físicos, deficientes visuais, entre outros. Todos têm o direito de um ensino de qualidade, entretanto se a escola não esta prepara para atender as necessidades desse aluno, isso deverá ser providenciado imediatamente. O profissional da área neste caso seria um interprete, sendo este de preferência surdo que juntamente com uma professora da língua Portuguesa, que deve associar o conteúdo de forma clara e objetiva utilizando todos os recursos que forem necessários, para um ensino sem discriminação, exclusão ou preconceitos.

Segundo Fávero; Pantoja; Mantoan (2007, apud LEITE, 2011 p.38):

Se o estabelecimento educacional não dispuser de profissionais orientados, não pode justificar com esse fato o não-atendimento da criança, pois ainda assim é obrigado a atender esses alunos, devendo providenciar pessoal para esse fim.

Para alcançar essa perspectiva de direito de todos, faz-se necessário que se abranja ainda mais todas as possibilidades de uma boa comunicação, para tanto como já conhecemos a inclusão começa do professor para assim então chegar aos alunos. Porem este profissional muitas vezes não é incentivado a construir e ampliar esse conhecimento ou até mesmo não tem planejamento de trabalhar com alunos com necessidades especiais o que dificulta um bom andamento dessa inclusão. Porem quando há um investimento e estímulo ao mesmo para ingressar e multiplicar esse saber fica muito mais fácil e qualitativo o aprendizado.

Com um bom investimento em profissionais que esteja apto a trabalhar com Surdos fazendo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), esse conhecimento pode a ajudar não

só para facilitar uma boa comunicação, mas também para intermediar o aluno desde a infância até fase adulta com sucesso tanto profissional quanto pessoal. O sucesso não depende somente de um bom professor em sala de aula ou um interprete para auxiliá-lo quando necessário, mas, de uma inclusão de verdade a qual se faz necessário à participação de toda a gestão escolar, contribuindo para que a legislação vigente seja colocada em ação, dando condições necessárias para que estratégias de ensino sejam utilizadas de acordo com as condições de aprendizagem do aluno. Entende-se que esta é uma grande oportunidade de aproximação e rompimento de exclusão social entre ouvinte e surdos, propondo ações, projetos e disseminação de atividades que busquem interagir tanto a equipe escolar quanto a sociedade na busca do rompimento da barreira da comunicação entre surdos e ouvintes, tornando esta uma linguagem prazerosa, preparando os mesmos para o conhecimento desta cultura.

Conforme supracitado certifica-se que o aprendizado constante em sala de aula com o apoio da gestão escolar, multiplicará e valorizará esta cultura facilitando para que a construção de uma escola inclusiva seja possível, valorizando a cultura surda e fazendo uso de uma linguagem que faz parte de nosso marco histórico o que nos torna brasileiros bilíngues.

Para tanto, pesquisadores vem nos mostrando à força da comunidade surda na formação da identidade que buscam inovar e inventar instrumentos para facilitar a integração e favorecer a comunicanicação. Segundo Reily (2006, p.13): “Para Vygostsky, proponente maior da abordagem sociocultural, não são os instrumentos propriamente, nem os símbolos, que importam e, sim, os sentidos que eles possibilitam transportar”.

A linguagem é responsável de operar entre o mundo físico para o cognitivo, com isso no caso da Língua de Sinais que se origina de um movimento gestual e o mesmo é convencionalizado pela sociedade surda esse, ganha status verbal e esse se torna abstração onde todos passam a utiliza-lo. Assim aborda a uma conclusão de que língua é língua, porém há um conjunto de regras que são convencionalmente estruturadas pela sociedade e que se não é combinada e aceita por todos fica impossibilitada a comunicação como aconteceu na construção da Torre de Babel. Conforme escrito na Bíblia Sagrada, livro de Gênesis:

E era toda a terra de uma mesma língua e de uma mesma fala. E aconteceu que, partindo eles do oriente, acharam um vale na terra de Sinar; e habitaram ali. E disseram uns aos outros: Eia, façamos tijolos e queimemo-los bem. E foi-lhes o tijolo por pedra, e o betume por cal. E disseram: Eia, edifiquemos nós uma cidade e uma torre cujo cume toque nos céus, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. Então desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; E o Senhor disse: Eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro. Assim o Senhor os espalhou

dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalharam o Senhor sobre a face de toda a terra. (Gênesis 11:1-9)

Nesta perspectiva podemos identificar que há grande importância da boa gestão no ambiente escolar, pois esta é peça fundamental juntamente com toda a sua equipe para valorizar uma boa comunicação e mediação da aprendizagem na construção do plano de ensino, as estratégias de aprendizagem e avaliação do processo de ensino e aprendizagem para então identificar possíveis propostas de melhorias as quais dão origem ao plano de ação da escola, para que a linguagem de sinais não seja apenas utilizada pelo surdo, mas também pelos ouvintes, tornando então esta uma escola bilíngue, na qual respeita e incentiva as diversidades existentes no âmbito escolar.

Para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais há algumas implicações tanto para o aluno considerado “normal”, como para o aluno especial a iniciação da aprendizagem significativa vale ser considerada, pois não encontramos educadores que fazem uso da abordagem construtivista considerando a possibilidade do aluno aprender através da observação e conseqüentemente imitação, entretanto muitos alunos surdos que tem certa restrição em sua educação comunicativa acabam por serem apenas espectadores do que é ministrado em sala e para que isso venha a se tornar uma escola inclusiva deve ser levado para dentro da sala de aula instrumentos de mediação que transforme a construção e o acesso linguístico do aluno não sendo assim uma escola inclusiva apenas no que diz respeito à lei, mas no que se refere ao cidadão que tem seus direitos e devem ser respeitados com suas diferenças e necessidades, podendo usufruir o que lhe é oferecido de forma democrática e construtiva.

Facilitando o processo de aprendizagem dos alunos surdos existe um recurso importantíssimo que é a imagem, na era da linguagem visual este recurso apresenta fundamentos que contribuem para a compreensão de como é estruturado o signo visual como um exemplo nos tempos antigos às imagens esculpidas ou pintadas na igreja que tinham por objetivo contar a história das passagens bíblicas, o que facilitava a compreensão e dava sentido à fé dos considerados iletrados que não tinham acesso aos escritos da bíblia já que na época a maior parte da população não sabia ler e não tinham facilidade de acesso para tal conhecimento.

Segundo Reily (2004, p.25): “Por fim, nos idos de 800 d.C., houve o reconhecimento de que as imagens poderiam servir para os iletrados, que não tinham acesso aos escritos dos antigos pais da igreja – isso numa época em que a grande maioria da população não sabia ler”.

Em alguns casos com alunos surdos a linguagem visual poderá ser a mediação primordial em seu processo de aprendizagem, já que não podem contar com a absorção da palavra oralmente falada e assim por meio da comunicação visual são capazes de reconhecer números, letras, placas, desenhos ou sinais, podendo suprir as necessidades da fala pelo campo visual, tornando hábeis na leitura e interpretação desses sinais. Para tanto o surdo que não fala por problemas neurológicos da audição muitas vezes são tratados como crianças até mesmo na fase adulta permanecendo infante diante da situação.

O fato é que muitos mitos giram em torno dos alunos surdos em relação à escola regular, como conseguiram ser alfabetizados, o que fazer para ter acesso ao aprendizado da língua de sinais LIBRAS, suas capacidades de leitura labial e aproveitamento do que lhe é proposto em sala. Para tanto em uma escola inclusiva é necessário imaginar que o professor que irá receber esse aluno surdo deverá se preparar e aprender a língua de sinais para que possa atender o mesmo durante o ano letivo, e assim a cada ano o professor seguinte deverá fazer o mesmo processo. Não basta apenas ter o conhecimento básico dessa linguagem e sim aprimorar em um estudo mais avançado, mas diante de algumas circunstâncias o máximo que o professor pode fazer é aprender alguns sinais para que possa intermediar o aluno dos acontecimentos durante o percurso escolar, porém como sabemos esses problemas podem ser resolvidos se houver um intérprete que estará preparado para auxiliar e esclarecer as dúvidas durante o percurso escolar. Neste sentido, o intérprete deve tentar interagir com o aluno Surdo e aproximar-se dele de forma a ajudá-lo na comunicação e aceitação com os demais alunos da sala, a família nesse ponto torna-se fundamental e também deve ajudar, já que por meio do contato direto com o aluno surdo os alunos, terão facilidade em aprender os sinais e contribuir para a interação entre surdo e ouvinte dentro da sala de aula já que muitas vezes o aluno aprende muito mais rápido o domínio da língua do que o próprio professor que muitas vezes não contempla apenas a uma turma e sim realiza rodízios entre outras séries e outros professores em um mesmo dia de aula, por isso o profissional na função de intérprete deve explorar os momentos em sala intermediando para que a relação professor e o aluno Surdo aconteçam.

Todavia, outros fatores importantes da educação inclusiva é saber que ao contrário do que muitos pensam os alunos Surdos não são todos iguais, como qualquer outro aluno apresenta diferentes personalidades, desempenho diferenciado nas atividades propostas. Quanto ao uso de aparelho esse sim deve ser analisado já que para alguns surdos podem demonstrar bons resultados para a sonoridade da voz humana e para outras terem dificuldades em distinguir o som, pois, depende muito do grau de perda da audição. Também em relação à

leitura labial o professor deve fazer o acompanhamento prévio dos conhecimentos adquiridos pelo aluno surdo antes de entrar em sala e quebrar esse tabu de todo surdo faz leitura labial, o que acaba por penalizar o aluno que mesmo tendo o conhecimento das técnicas da leitura labial acaba perdendo grande parte do que é dito em sala já que o formato da boca para a emissão das palavras tem semelhanças podendo causar conflitos na interpretação de todo um contexto que esta sendo desenvolvido. No ano de 1994 entre o período do dia 7 a 10 de Junho na Conferência Mundial de Educação Especial foi realizado um dos documentos mais importantes na história da educação inclusiva, a Declaração de Salamanca que afirma os direitos, independente das diferenças individuais para que a educação das pessoas com deficiência faça parte complementar do sistema educativo e assim focar a educação inclusiva.

Visando a educação inclusiva e motivada pela concepção do direito de todos e garantia de acesso dos alunos à escola, independente de suas diferenças, culturais, linguísticas, físicas e outras, o foco da inclusão é oferecer igualdade de oportunidades valorizando as diferenças e constituindo mecanismos de planejamento, educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo, para atender as necessidades dos seus alunos e assim promover mudanças nas práticas e ambientes escolares de caráter a eliminar as barreiras que impedem o acesso ao exercício da cidadania.

A proposta de inclusão vem a assegurar o compromisso com a educação inclusiva estabelecendo o parecer de inclusão sem restrição alegando acesso a toda a sociedade e regulamentando a não exclusão dos alunos seja qual for a sua necessidade. Considerando o direito que os alunos surdos têm a matricula na rede do ensino regular a escola deve organizar-se para atender este aluno e assumir responsabilidades na qualidade do processo educacional.

Para construir esta proposta de inclusão o cronograma curricular deve ser construído em uma proposta bilíngüe onde contemple as experiências visuais, o uso e prática da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa tanto pelos alunos e professores como pela comunidade escolar, visando à interação entre alunos Surdos e ouvintes, em um ambiente onde valorize a construção coletiva e individual dos valores éticos, políticos e sociais. De acordo o Relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão que dá parecer e instituem as diretrizes, inclusão é:

(...) a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação

de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001b, p.08).

Este ano foi de grandes vitórias, uma vez que foi instituída as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b), com base na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Regulamentando a educação inclusiva para o ensino de educação básica, trazendo então o apoio pedagógico para atendimento aos alunos com necessidades especiais, disponibilizando de apoios necessários para a aprendizagem, para a locomoção e a comunicação dos mesmos. Hoje identificamos este apoio pedagógico nos profissionais que atuam no AEE - Atendimento Educacional Especializado no qual são utilizados alternativas concretas dentro das políticas de educação inclusiva, respeitando as especificidades de cada aluno no processo de aprendizagem, com técnicas direcionadas a partir do diagnóstico do aluno, este por sua vez é realizado em horário oposto ao da sala de aula regular, servindo como reforço pedagógico ao aluno e ao professor.

Para atuar nesse espaço educativo segundo o artigo N°. 18, § 2º e 3º da Resolução do CNE/CEB 2/2001, o professor de AEE deverá ter formação específica, adquirida por meio de cursos de graduação, pós-graduação ou cursos de formação continuada, para construir a competência didático-pedagógica adequada ao desenvolvimento das atribuições exigidas. De modo geral, Gomes; Poulin; e Figueiredo (2010) defendem que os professores do AEE devem desenvolver atividades que otimizem e eliminem barreiras para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, contribuindo com a efetivação da educação inclusiva no espaço da escola.

Considerando o atendimento educacional especializado, os recursos de acessibilidade, oferecidos de forma essencial a formação dos alunos no ensino regular o Decreto de 17 de setembro de 2008 nº 6.571, tem como priori o atendimento de forma a integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação articulada da família com as demais políticas públicas. Assim sendo, completa a questão da política de educação inclusiva que tem como foco garantir o acesso de todos á escolarização, implementando condições acessíveis para o fortalecimento dos serviços de atendimento as necessidades educacionais especializadas, visando reverter o quadro histórico de exclusão educacional, organizando turmas de acesso a alunos surdos e ouvintes, dispondo de interpretes e tradutor de LIBRAS e língua Portuguesa.

Com tantas lutas e vitórias a partir da lei 6428/09, que institui o dia nacional da Língua de Brasileira de Sinais, que a partir de então passa a ser comemorado anualmente no dia 24 de

abril, o que incentiva os Surdos a questionar sobre as conquistas alcançadas e procurar meio para que possam atingir novos avanços.

### **1.2.1 A sala de aula**

Preparar a sala de aula para receber esse aluno que precisa de uma atenção especial, é fundamental que além do espaço escolar o profissional precisa pensar em como será utilizado à Língua de Sinais para o trabalho pedagógico, para isso é importante analisar que o aluno surdo deve ser visto como um integrante da escola, e não apenas um problema a ser resolvido, um exemplo disso é o espaço da sala de aula que precisa conter figuras relacionadas à aula exposta facilitando a compreensão por parte do aluno surdo, também disponibilizar meios que favoreçam a comunicação entre os ouvintes e surdos como por exemplo o alfabeto manual visível para que a classe toda tenha acesso à configuração de mãos e outros recursos que venha a favorecer a visualização do contexto pelo aluno Surdo.

Para isso é importante que não só o professor, mas toda a gestão escolar esteja prepara para receber este aluno que por ventura venha precisar de atenção especializada.

Segundo Stainback (2006, p.8)

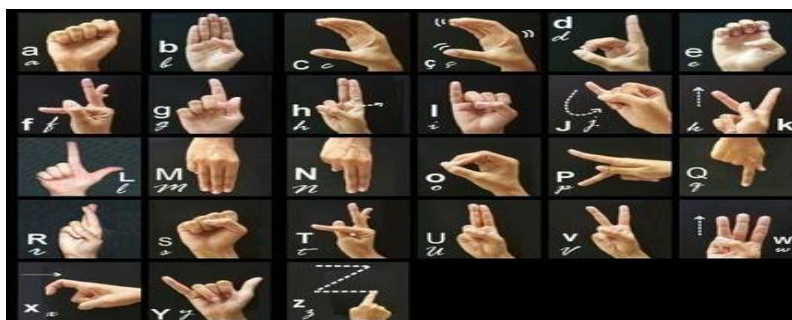
Para dirigirem-se às necessidades dinâmicas dos alunos, em um número crescente de salas de aula, os professores estão assumindo o papel de organizadores de ambientação das salas de aula, das experiências de aprendizagem, dos recursos e das condições dos procedimentos e das práticas para o ensino aprendizagem.

Fica notório que a Escola Inclusiva deixa de lado a visão que o professor é o distribuidor de conhecimento e passa a focar no aluno como um participante interdependente e que possa interagir com os demais colegas de sala, pensando em um modelo de prática pedagógica modificável já que as praticas que deram certo para uma turma não quer dizer que irá funcionar para outra, mantendo a adaptação do conteúdo sempre que necessário e assim visualizando resultados significativos educacionais. Para que isso venha a acontecer não deve ser exigido que o profissional educacional dispense todo o seu conhecimento para atender ao aluno especial, mas que juntamente com uma boa educação e a interação dos demais alunos venha a ser prazerosa e qualificativa que possa servir aos alunos sucesso por toda a sua vida de forma que o aluno tenha continuidade produtiva em constante mudança que o mundo vem a exigir em sua vida adulta.

Essas mudanças na prática pedagógica demonstra a maior importância que os membros da comunidade tem em relação a participação na construção da aprendizagem pois

assim como o professor e aluno precisam de ajuda para que possam realizar suas atividades diárias com sucesso, e evitar que professores venham a desanimar dessa caminhada ou que os alunos desistam de seus objetivos, mas sim se sintam acolhidos e estimulados a continuarem.

**Figura 01**  
**Configuração de mão das letras do alfabeto**



Fonte: <http://mundodecrianca.com.br.2018>.

Outro fator que deve ser relevado é a interação do aluno no processamento das normas estabelecidas em sala, o mesmo deve ser informado sobre suas obrigações e deveres a serem cumpridos em sala, a forma como vai ser avaliado, suas tarefas a serem realizadas e as regras de convivência, o aluno surdo não pode ser isolado e deve desenvolver as mesmas atividades que os outros colegas de sua classe.

### 1.3 Estudos Nacionais (Brasil) e Internacionais

Pensando em melhorias para o processo de inclusão, a UNESCO vem utilizando o poder de novas tecnologias para facilitar o acesso de pessoas com deficiência, a Declaração da UNESCO de Nova Deli sobre TIC Inclusivas para Pessoas com Deficiência, de 2014, inovou a esse respeito. Este relatório global da UNESCO, fala sobre a TIC no Acesso à Informação e ao Conhecimento para as Pessoas com Deficiência, oferecendo novas oportunidades para ampliar a inclusão na educação aberta e a distância.

No mundo todo aconteceram grandes progressos no âmbito educacional, muita coisa deixou de ser utilizada, dando oportunidade para que os avanços focem acontecendo para que pudéssemos alcançar a qualidade no ensino, entretanto as pessoas com deficiência continuam sendo discriminadas, marginalizadas da atualidade, uma vez que mesmo diante de tantas leis criadas para dar amparo aos

mesmos, ainda há uma certa resistência para o fazer acontecer na prática. A diretora geral da UNESCO Irina Bokova (2015), ressalta que a “Inclusão é importante: acesso e empoderamento para pessoas de todas as habilidades”.

Nesta perspectiva, para que se alcance uma sociedade inclusiva, se faz necessário que haja uma cultura voltada para a defesa dos direitos e a igualdade de todos os cidadãos, incentivando os mesmos a participar plenamente das ações que lhe são disponibilizadas. Aproximadamente, mais de um bilhão de pessoas ou seja 15% da população mundial apresenta alguma forma de deficiência, e estas todos os dias enfrentam dificuldades e lutam para serem integradas a sociedade, tentando a cada dia se manter firme diante de tantos obstáculos, barreiras que surgem para impedi-los de dar continuidade ao que lhe é de direito, o acesso ao conhecimento, a saúde, oportunidades de trabalho entre outros.

No Relatório Global UNESCO: Abrindo Novos Caminhos para o Empoderamento - TIC no Acesso à Informação e ao Conhecimento para as Pessoas com Deficiência “A ênfase final nos obstáculos é crucial para melhorar a compreensão do contexto educacional, pois há barreiras à educação inclusiva, à inclusão em negócios e setores públicos, bem como outros âmbitos pertinentes especificamente às PCD”. Essas barreiras precisam ser encaradas como algo a ser superado para que a educação inclusiva possa de fato acontecer, entretanto este é um trabalho de longo prazo e que precisa de muitos incentivos e cobranças para que realmente possa ser efetivado, para então melhorar de forma concreta a situação dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

O uso da tecnologia dentro da sala de aula pode torna-la mais inclusiva, uma vez que estes podem ser melhor ajustados de acordo com as necessidades de cada aluno, fazendo desta um cenário de inclusão e empoderamento e deixando de lado a exclusão e a discriminação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as 11 temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

Realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, o Censo Escolar/MEC/INEP, faz o acompanhamento da educação especial, na qual é realizado vários relatórios para diagnosticar como está se dando o acesso destes no ambiente escolar, podendo então a partir destas informações analisar a progressão escolar e criar novas ações para a qualidade da educação.

Outras ações para melhorar a qualidade das ações norteadoras da inclusão social foi o projeto Senddd-América – Estatísticas e Indicadores das Necessidades Educacionais Especiais, incluindo Deficiências, Dificuldades de Aprendizagem e População em Desvantagem Social nos países da Organização dos Estados Americanos (OEA), ao qual foi lançado em 2003, reunião realizada em Brasília pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) da OEA, com a finalidade de promover a troca de experiências entre os países do continente americano, de maneira a aprimorar o levantamento de indicadores sobre a educação especial que norteiem as políticas públicas para a área. Este por sua vez fortaleceu a necessidade de aplicação dos questionários investigativos para analisar a progressão e necessidades de ações para a educação inclusiva, entre eles o censo escolar.

Vários fatores contribuíram para a emergência e consolidação da discussão sobre inclusão. Dentre esses destacam-se o movimento pelos direitos humanos, a desinstitucionalização das pessoas com deficiência, o surgimento de novos estudos e abordagens teóricas sobre a educação e aprendizagem, além dos encontros internacionais com foco na universalização do ensino, especialmente a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade (1994).

É imprescindível entender a proposta inclusivista como um fenômeno histórico das sociedades contemporâneas, com seus condicionantes econômicos e políticos, no âmbito de reformas educacionais. A busca por inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na

escola não é um fato isolado dentro do sistema educacional brasileiro, pois sucede ao mesmo tempo diferentes tipos de demanda por inserção e permanência nessa instituição por parte de outras categorias de indivíduos para a realização da democratização da escola que ainda convive com elevadas taxas de evasão e repetência.

Sobre isso, os estudos de Peter McLaren (1997) apontam que “o fracasso escolar é mais do que uma deficiência individual por parte dos estudantes”, (p.242). E continua:

O modelo do fracasso escolar como déficit tem base na propensão dos professores a “psicologizar” tal fracasso. “Psicologizar” o fracasso do estudante leva a responsabilizar uma característica ou uma série de características (por exemplo, falta de motivação ou baixa auto-estima). (...) Psicologizar o fracasso é parte do currículo oculto que desobriga o professor da necessidade de engajamento num auto-escrutínio pedagógico ou em qualquer crítica séria de seu papel na escola, e da escola na sociedade em geral (p.242).

O autor mostra-nos que o fracasso escolar seria responsabilidade do estudante ao tempo em que desobriga o professor de tal insucesso. Desse modo, a escola não se responsabilizaria por esse fato.

Ainda sobre essa temática, a autora Rosita Edler Carvalho (2011) ressalta em seus estudos que:

(...) na área da educação, apesar dos dirigentes dos diferentes países compartilharem de interesses comuns que encaminham para a superação do fracasso escolar – expressos em altos índices de evasão, repetência e baixo rendimento (ainda que mascarados por providências políticas-administrativas que não têm garantido a efetiva aprendizagem dos alunos...) -,vivemos um enorme desafio: como efetivar, na prática, os direitos assegurados a todos, para que possam se beneficiar da educação de qualidade? (p.78)

Pensando na proposta de inclusão como diferentes meios de garantir acesso a todos, muitas vezes passa – se a idéia de que a inclusão, embora reivindicada por alguns segmentos sociais, ainda não foi realizada a contento porque a sociedade parece não conter os sistemas educacionais e não está madura suficientemente para comportar a convivência com a diversidade humana, como se esta fosse uma obviedade cultural, de caráter fixo e inalterável.

Sobre isso, Pierre Bourdieu (2010), nos mostra que:

A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida (p.53).

Nesse sentido, a educação inclusiva representa um passo fundamental para uma sociedade justa e solidária. Isso porque tem propiciado o acesso ao conhecimento socialmente elaborado e a socialização dos indivíduos respeitando as suas singularidades.

Diante dessas reflexões, destacamos alguns estudos que consideramos pertinentes. Por exemplo, os de Hallahan & Kauffman (1994). Esses autores consideram que existem necessidades educacionais especiais quando as deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais, sociais ou um conjunto dessas afeta a aprendizagem de tal forma que investimentos devem ser feitos para viabilizá-la.

Também Philippe Perrenoud (2001), em seus estudos explica que “o tratamento das diferenças favorece os desfavorecidos” (p. 23). Portanto, o acolhimento de educandos com necessidades educacionais e/ou deficiências nos sistemas educacionais, por si só, não significa responder à diversidade. Há que se identificar as diferenças e suas necessidades, sejam elas, culturais, individuais ou oriundas de deficiências, e adotar medidas e procedimentos educacionais para além dos recursos e práticas convencionais.

Neste entendimento, Vega (apud ORTIZ,1988) afirma que “toda a educação é especial uma vez que deveria responder às características e necessidades educacionais de cada indivíduo” (p.20). Nesta percepção, a Educação Especial tem como finalidade individualizar a educação e responder às necessidades das pessoas em situações de aprendizagem.

A perspectiva de direitos para todos norteou as políticas educativas e se dedicou a buscar respostas para as demandas das pessoas com necessidades especiais.

#### **1.4 Pesquisas: Teses de Mestrado e Doutorado**

Com o crescimento da busca pela qualificação escolar e qualificação profissional, por parte do surdo e em um todo das pessoas com necessidades especiais, que por muito tempo se manteve isolado e afastado de todos os seus direitos, nos dias atuais vem mudando esta história, com grande participação nos avanços deste assunto que vem sendo pauta de discussões sobre as “políticas inclusivas”, seus desdobramentos e suas limitações. Isso devido ao processo multidisciplinar que traz a abordagem da Educação Especial, nos permitindo refletir e pensar em práticas pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento das habilidades das pessoas com necessidades especiais.

A comunidade surda hoje se encontram e estão ligados nas mudanças que ocorrem na legislação e estrutura da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais se mobilizando e buscando seus direitos para ter um ensino de qualidade, aceitação no mercado de trabalho, assim como na sociedade. Diante de tantas mudanças e o fato dos surdos estarem mais ativos dentro da sociedade, muitos pesquisadores identificam a necessidade de dar avanço a esta abordagem, assim como os programas de educação inclusiva que vem investindo cada vez mais para estar atendo as necessidades de cada aluno inserido no contexto escolar.

Para Rodrigues (2006, p.12):

A rápida difusão que os programas de educação inclusiva tiveram no mundo mostram que os governos nacionais consideram que a educação inclusiva é a primeira e talvez decisiva intervenção preventiva da exclusão social. Proporcionar a todas as crianças uma experiência educativa de qualidade, não segregada e respeitadora das diferenças individuais por muito aparentes que sejam, parece ser o meio seguro para a formação de valores que possam ser preventivos de situações mais tardias de ostracismo e conflito.

É notório que nesta perspectiva, a proposta de inclusão está ganhando a sua amplitude dentro da sociedade, dando força a este movimento que impulsiona questionamentos e um novo olhar para a “educação tradicional” que hoje não está sendo aceita pela sociedade, que busca inovação, tecnologia, avanços e modernização neste que por sua vez é o laboratório de todo o processo evolutivo de toda a sociedade, tendo grandes influencia no ser humano que se pretende construir. Sendo está a base de tudo, então é preciso estabelecer um novo tipo de escola e de educação, valorizando as diferenças e celebrando a diversidade.

Rodrigues (2006, p. 2), ainda comenta que:

O conceito de inclusão no âmbito específico da Educação, implica antes de mais nada, rejeitar, por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sócio-cultural sem discriminação.

Diante deste conceito, para que a inclusão realmente venha a acontecer, se faz necessário repensar nas práticas das políticas inclusivas utilizadas dentro do contexto escolar, uma vez que é importante ressaltar a Declaração de Salamanca (1994) afirma ser necessário

reconhecer que inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos.

Conforme FILHO, Delci da Conceição (2011) sistematizou seu projeto de pesquisa para título de mestrado, desenvolvido com apoio da Universidade Estadual de Londrina intitulado: “Análise de um programa de inclusão de alunos surdos no ensino médio em uma escola pública da cidade de Londrina”. Neste a autora diz que “Essa proposição reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades, isto é, o princípio fundamental da escola ou ensino inclusivo seja o de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades, talentos ou deficiências. A escola deve reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, por meio de currículos adequados, de boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades”.

Foi percebido em seu trabalho de pesquisa que a implementação e a operacionalização da inclusão de alunos surdos colocados dentro da instituição pesquisa, apresenta apenas uma abordagem para realização e aplicação da mesma, entretanto entre dificuldades encontradas e a falta de orientação aos profissionais envolvidos sobre como superar os obstáculos presentes no percurso não foram realizados, deixando a desejar na implementação do mesmo.

Esta situação é corriqueira diante de profissionais despreparados e mau orientados, que ao invés de incluir apenas inserem o aluno com necessidades especiais dentro da escola, garantindo sua matrícula e permanência, mas não efetivando seus direitos. Diante do seu trabalho FILHO (2011) conclui que: “E sabendo que ainda se tem um longo caminho a percorrer em relação à inclusão do aluno surdo no ensino regular, a reflexão não se esgota nos limites desta pesquisa. Ela deve ser vista apenas como uma pista para uma inclusão real, apoiada, estruturada e compartilhada com todos os envolvidos no processo”.

FAGLIARI, Solange Santana dos Santos (2012), desenvolveu seu projeto de pesquisa para título de mestrado intitulado “A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre política federal e municipal”. Esta pesquisa estuda a política de educação especial, caracterizando a constituição de atendimento ao público alvo, descrevendo e analisando as ações implementadas no município de São Bernardo do Campo, bem como os desafios, as justificativas, as contradições e tensões na implementação da política de inclusão escolar.

Em seus estudos, FAGLIARI (2012) diz: “Uma dada política ou um programa, é, nesta perspectiva, o resultado de um complexo processo de decisões, no qual, diversos agentes interagem e participam, confrontando – se na definição de decisões; a formulação ocorre em um contexto de “liberdade circunscrita” e não totalmente conhecidas pelos decisores, visto que, em muitas situações eles não possuem as informações necessárias a respeito da realidade na qual se pretende interferir”. A mesma conclui dizendo: “ A implementação dessa decisão, ajustar a política local as diretrizes federais, demonstrou ser tarefa bastante complexa”.

SILVA, Claudia Lopes da (2006), desenvolveu seu projeto de pesquisa para título de mestrado, intitulado: “ O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva a partir de um enfoque sócio – histórico”. Esta pesquisa é pautada na teoria de Vygotsky, investigando os conceitos de cultura escolar, educação inclusiva e ambiente inclusivo, de forma a estabelecer a importância do contexto escola, na inclusão escolar de alunos com deficiência, bem como o conceito de gestão escolar, com foco na atuação do diretor. SILVA (2006) diz: “Considerando os aspectos políticos organizacional dos sistemas, o diretor é parte importante na montagem e execução de uma política educacional”.

DIAS, Maria Celeste Martins (2013), dissertação de mestrado com o título: “A Inclusão Escolar num Agrupamento de Escolas”. A pesquisa tem como proposta elaborar um relatório de diagnóstico de um agrupamento de escolas. A mesma diz: “ É importante que a informação e a divulgação da escola inclusiva, não devem ser negligenciadas, pois a partilha de saberes e responsabilidades começa pela partilha de informação com toda a comunidade educativa”.

MIRANDA, Cleusa Regina Secco (2010), dissertação de mestrado com o título: “Educação inclusiva e escola: saberes construídos”. O estudo apresentado neste trabalho objetivou desvelar os saberes que a escola construiu a respeito da Educação Inclusiva após experiência de seus profissionais com o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira (2017), Tese de Doutorado com o título: “Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros”. Na qual a mesma realizou uma reflexão conceitual acerca de termos recorrentes nos dados empíricos analisados, dentre os quais: inclusão, exclusão, acessibilidade, igualdade e equidade, apologia à diferença e diversidade. Também foram abordados aspectos políticos e históricos da educação especial inclusiva brasileira e da rede

federal de educação. MENDES (2017) diz: Ousamos dizer que a Educação Especial ainda busca um espaço nessas instituições. A evidência disso é a diversidade (talvez até dificuldade) em “alocar” essa particularidade nos organogramas institucionais. Conclui dizendo: ” A dificuldade dos grupos gestores locais com a contratação dos profissionais para o atendimento educacional especializado e com a oferta de formação continuada também é recorrente nos dados como uma das adversidades citadas para o atendimento aos estudantes com NEEs.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone (2006), Tese de Doutorado com o título: “Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil”. Com o objetivo de discutir as questões referente a gestão escolar e sua influência na construção de escolas inclusivas. CARNEIRO (2006) diz: “ O professor enquanto um dos membros da equipe escolar é fundamental sim, mas não o único agente responsável, pois o diretor escolar, dentro de uma perspectiva de gestão participativa, tem um importante papel a desempenhar nessa construção das escolas inclusivas”. A mesma conclui dizendo: “O caminho sugestivo para a mudança parece se centrar no desafiante papel do diretor, que tem que exercer uma liderança firme, mas que ao mesmo tempo deve promover processos coletivos de planejamento, organização e desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola”.

SILVEIRA, Selene Maria Penaforte (2009), Tese de Doutorado com título: “A gestão para a inclusão: Uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar”. Esta pesquisa busca estudar a gestão da aprendizagem escolar, delineando os desafios para o atendimento à diversidade. SILVEIRA (2009) diz: “Convém lembrar que, apesar de a diversidade sempre ter existido na escola, há a tendência permanente de nega – la, possivelmente em decorrência da busca, por parte dos educadores, da padronização e da homogeneização. Na verdade, o trabalho para aceitação da diversidade, sempre foi escamoteado ou visto como grave problema a ser dizimado mediante a procedimentos de padronização. Com efeito, ao longo da história da educação, a diversidade é muito mais encarada como uma patologia servindo de forte argumento para justificar o fracasso escolar”. Conclui dizendo: “Os resultados indicam, nitidamente, que a gestão compartilhada é um elemento fundamental para a constituição de uma escola inclusiva. Neste ponto de vista, torna – se fundamental que os membros da escola aprendam a trabalhar juntos e busquem, cada vez mais, o aperfeiçoamento de práticas de colaboração”.

Diante dos trabalhos pesquisados e analisados, identifica – se o quanto é importante o papel do diretor dentro da instituição de ensino, além de desempenhar o papel de

desburocratização dos processos administrativos, este por sua vez também é peça principal na gestão participativa, levando a mobilização e modernização dos olhares pedagógicos, sendo a chave dos caminhos para a educação inclusiva.

### **1.5 Formulação do Problema de Investigação**

Para a construção de uma escola inclusiva, requer mudanças de comportamento e tomada de medidas, com novos conceitos e redefinição de papéis de toda equipe escolar. Nesta perspectiva, sabendo que a educação é um direito de todos e de acesso gratuito, o que não permite, portanto, fazer nenhum tipo de exclusão, de qualquer natureza.

Segundo Rodrigues (2006, p.12):

A rápida difusão que os programas de educação inclusiva tiveram no mundo mostram que os governos nacionais consideram que a educação inclusiva é a primeira e talvez decisiva intervenção preventiva da exclusão social. Proporcionar a todas as crianças uma experiência educativa de qualidade, não segregada e respeitadora das diferenças individuais por muito aparentes que sejam, parece ser o meio seguro para a formação de valores que possam ser preventivos de situações mais tardias de ostracismo e conflito.

Percebe – se que de acordo com a citação acima a escola inclusiva vem para modernizar, provocando mudanças nas técnicas tradicionais, buscando construir escolas que realmente seja capaz de acolher a todos e respeitar suas diferenças, valorizando então a diversidade cultural existente.

Rodrigues (2006, p. 2), ainda comenta que:

O conceito de inclusão no âmbito específico da Educação, implica antes de mais nada, rejeitar, por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sócio-cultural sem discriminação.

Nesta perspectiva, a escola para ser inclusiva, precisa antes de mais nada ter um bom gestor, ao qual irá conduzir sua equipe para que possam tomar como ponto de partida as necessidades existentes dentro do contexto escolar, alinhando as informações e compartilhando ideias, para que as práticas possam ocorrer de acordo com a característica do público alvo. Para isso se faz necessário reconhecer a importância que a inclusão tem à

dignidade humana, na construção de uma sociedade que tenham o pleno exercício dos seus direitos humanos respeitados.

Reconhecer a importância da educação inclusiva, não implica em apenas ampliar o número de matrículas dentro da unidade escolar, mas sim, analisar as necessidades e identificar as possibilidades de operacionalização, garantindo o direito a todos à educação de qualidade, esta proposta é desafiadora e implica novos olhares para sua efetivação. Olhares estes que precisam ser bem trabalhados, uma vez que é importante reconhecer o papel da interação, já que na falta desta o aluno pode se sentir solitário, prejudicando assim seu processo de ensino e aprendizagem.

Para tratar sobre esse assunto, se faz necessário abordar a questão do papel da gestão escolar dentro das políticas públicas para a realização das práticas inclusivas, concluindo que este por sua vez é peça principal para as ações realizadas dentro do ambiente escolar, podendo ser um impulsionador ao processo ou avassalador. O gestor é o profissional que tem ligação direta com os órgãos municipais e federais, assim como aos colaboradores da escola em que este exerce sua função.

Nestas condições, a pretensão desta pesquisa é responder quais as concepções que os gestores, alunos e familiares possuem relativamente ao desempenho das práticas inclusivas utilizadas pela gestão escolar, de acordo com a legislação vigente de inclusão. Diante destas práticas quais são suas tensões e conflitos existentes?

## **1.6 Perguntas da Investigação**

1. Quais são as orientações de política pública sobre a gestão escolar e a inclusão?
2. Quais são as orientações da escolar sobre a gestão escolar e a inclusão?
3. Quais são as tensões e conflitos entre as orientações da política pública e a escola?
4. Quais são as competências dos profissionais da escola?
5. Quais são as diferenças e semelhanças nas competências dos profissionais?
6. Quais são as concepções dos profissionais da escola sobre a relação gestão e inclusão?
7. Quais são os documentos reguladores que a escola usa para as práticas inclusivas?

8. Quais são as propostas de formação continuada para as práticas inclusiva da gestão escolar?
9. Como a gestão escolar organiza a estrutura do atendimento educacional especializado em sala de aula?
10. Como é avaliado o PPP da escola considerando as dificuldades dos processos de inclusão?
11. Quais são as tensões e conflitos da gestão escolar para a inclusão de aluno surdo?

## **1.7 Objetivos da Investigação**

### **1.7.1 Objetivo Geral**

- ❑ Analisar os princípios, as tensões e conflitos subjacentes da gestão escolar no processo da educação inclusiva de alunos surdos no ensino regular.

### **1.7.1 Objetivos Específicos**

- 1 Conhecer as orientações de política pública (plano de ação da SEMED e documentos do MEC) e da escola (PPP) sobre as relações entre gestão escolar e inclusão.
- 2 Identificar o perfil formativo e as competências dos professores, gestores e os profissionais da escola em relação a inclusão.
- 3 Conhecer as concepções dos gestores, professores, alunos e família referidas a processos de gestão e o desempenho das práticas inclusivas.
- 4 Descrever as ações promovidas pela gestão escolar para a inclusão.
- 5 Caracterizar o processo formativo, a comunicação na língua de sinais e as dificuldades do aluno surdo na sala de aula.
- 6 Determinar as tensões e conflitos da gestão escolar em um contexto de inclusão de alunos surdos.

## **1.8 Justificativa da Pesquisa**

A educação inclusiva vem se tornando indispensável, uma vez que a escola regular tem grandes procuras de matriculas de alunos com necessidades especiais, diante desta situação, a gestão escolar se encontra cada vez mais envolvida em novos desafios para a educação de qualidade, respaldando em documentos legislativos que norteiam as práticas pedagógicas, acrescentando novas demandas no contexto de uma escola democrática e transformadora.

Diante desta proposta este projeto tem como finalidade analisar quais os princípios subjacentes do âmbito escolar, tendo como norteador a gestão escolar no processo de administração da educação inclusiva de alunos surdos no ensino regular. Nesta demanda o publico alvo a ser analisado serão os gestores (diretor, Supervisor e Orientador), professores, de escolas municipais da cidade de Vilhena, Rondônia, Brasil.

Segundo Carvalho (2007), a educação inclusiva defende a escola para todos, uma vez que nossa sociedade é plural e democrática, oferecendo subsídios e iguais oportunidades para que os alunos ingressem, permaneçam e, principalmente, participem do processo de aprendizagem, sendo construtores do seu próprio conhecimento.

## **CAPITULO II: MARCO TEÓRICO**

### **2.1 O surdo na história pré-cristã**

Por muitos anos no decorrer da história, a comunidade surda foi discriminada e excluída do meio social, não tendo a oportunidade de se expressar publicamente. A educação era privada e somente para ouvintes no que resultava em isolamento total dos surdos a educação, não tendo a oportunidade de progressão no seu contexto comunicativo, suas opiniões eram desconsideradas e sua cultura era fuzilada pela comunidade ouvinte que os retirava de qualquer manifestação, tornava desafiante qualquer questionamento ou ato de expressão.

Sendo discriminados e excluídos os surdos não tinham direito a herança eram desconsiderados e impedidos de participar ou frequentar os mesmos lugares que os ouvintes o que deixava bem claro, o prevahecimento da fala. Alem de não terem direitos, a comunidade surda ainda era privada de se casar, no que seqüenciava uma vida desumana e de muitas transformações, pois os mesmos não tinham o poder de decidir por si só, não eram vistos como humanos.

Segundo Honora; Frizanco (2009 apud LEITE, 2011, p.19):

Na antiguidade, para os gregos e romanos, o surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento, não tinham direito a testamentos, a escolarização e a freqüentar os mesmos lugares que os ouvintes, eram privados até mesmo de se casarem.

As pessoas diferentes eram consideradas incapazes como os animais que para sobreviver tinham que ser fortes e ágeis a fim de competir com os desafios e assim lutar pela sobrevivência e se não eram perfeitos eram considerados não humanos, pensamento este imposto pela própria sociedade da época. Portanto se possuíssem algum defeito eram inferiores e tinham que ser eliminadas, mesmos que não fossem eliminadas, como poderia sobreviver, com a imposição dos padrões exigidos pela sociedade que acabava levando ao ato da discriminação e inferioridade aos que não conseguem atingir o que era determinado, esse tipo de pensamento levou a muitos assassinatos de crianças e bebês que nasciam com algum tipo de deficiência.

Segundo a História do Surdo (2012,s.p.):

No caso de pessoas diferentes, este tipo de prática discriminatória, muitas vezes traduziu-se em políticas de assassinatos de bebês e crianças portadores de alguma característica que não as enquadrava no padrão proposto.

Esse ato não ocorreu em varias culturas na época essa ação não era visto como algo que causasse escândalo ou impacto na sociedade, mas fazia parte da cultura de toda uma sociedade. Nota-se que o homem quando colocado diante daquilo que é diferente pode causar reações como o desconforto do desconhecido, o que o leva a sentir-se incomodado podendo chegar a duas decisões importantes uma delas é que procura as causas e tenta compreender os fatores verdadeiros, a outros simplesmente ignora e de todas as formas tenta eliminá-la da sociedade. O problema de tudo esta nos julgamentos antecipados das coisas do “pré conceito” que geram modificação e diferenciação no que dizia a lei do que era proposto, considerando ou imposto como correto, sendo este julgado no sentido da lei ou religiosamente como eram pelas referencias escritas na bíblia cristã e dos judeus. Em relação ao tratamento diferenciado entre as pessoas doentes e os judeus que seguiam as sagradas escrituras onde acreditavam que essas pessoas eram amaldiçoadas por Deus sendo castigadas através de doenças no decorrer da vida ou com deficiência ao nascer, eram

consideradas impuras e desprezadas pela condenação, portanto excluída ou até mesmo eliminados.

## **2.2 O surdo na história cristã**

Diferente da era Pré Cristã, a surdez, as doenças ou qualquer tipo de deficiência não era mais vista como castigo de Deus. Com o nascimento de Jesus as diferenças não mais são vistas como impureza que são carregadas de geração em geração, pois segundo Jesus, todos amados por Deus, por verdadeiramente sermos filhos de Deus e não pelo que poderíamos ter ou ser. Estes ensinamentos foram como base no resgate da valorização da dignidade humana, respeitando as diferenças. Pode-se confirmar.

Em Levítico, capítulo 19, versículo 14 encontra-se a afirmação: "Não amaldiçoarás ao surdo, nem porás tropeço diante do cego; mas temerás a teu Deus. Eu sou o Senhor" (BÍBLIA SAGRADA, 2018).

Entretanto não se pode dizer que todos compartilhavam o mesmo pensamento, ou que o preconceito não mais existiria. Conforme Santo Agostinho, a fé seria absorvida através da palavra de Deus, falada, no entanto a comunicação usada pelos Surdos para se comunicar fazia parte da cultura e o surdo poderia aprender os ensinamentos da palavra de Deus através da Linguagem de Sinais tanto quando um ouvinte.

## **2.3 O histórico do surdo na idade média**

Neste período surgem alguns trabalhos na educação da aprendizagem de Surdos através da Língua de Sinais visando à integração do surdo na sociedade, porém, os surdos eram considerados de um grau de educação inferiores que os ouvintes sendo muitas vezes renegados pela própria família ou trancados em asilos. Passados tempos percebe-se que os surdos tinham capacidades de assimilar o aprendizado o que resultou no surgimento de pesquisas e experimentos juntamente com diversas metodologias para adaptar o ensino de surdos, sendo estas:

a) Oralismo, método de ensino utilizado para surdos, no qual defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através de da língua oral, ou falada.

b) Bilinguismo aborda a teoria de que o surdo deve ser Bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais é considerada a língua natural dos surdos, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

c) Comunicação Total tem a preocupação com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral.

d) Pedagogia Surda constitui enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas, são focalizadas e entendidas, a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político.

No século XVIII surge algumas escolas que começam a trabalhar a língua de sinais e facilitar a comunicação, entretanto no século XX, entretanto foram discutidos os métodos de ensino aprendizagem dos surdos e muitas escolas escolheram oferecer o conhecimento por meio da Língua Gestual e outras, o Oralismo. Com o congresso de Milão realizado no ano de 1880 entre 6 e 11 de Setembro onde um grupo de ouvintes decidiu o destino da aprendizagem da comunidade surda deixou por vencer o oralismo excluindo a Língua de Sinais da cultura surda momento este doloroso e obscuro no marco da história dos surdos que eram obrigados a superar a deficiência minimizando, excluindo a língua de sinais e prevalecendo o Oralismo, os professores Surdos da época foram afastados e o aluno Surdo proibido de fazer uso da Língua de Sinais tendo muitas vezes suas mãos amarradas para que fossem impedidas e fazer os sinais, essa imposição não era somente para a sala de aula mas em qualquer lugar que frequentassem, o método era exaustivo pois o Surdo praticava exercícios onde teria que aprender a falar e ler lábios como se a leitura labial o fizesse escutar, levando a queda do nível de escolaridade dos Surdos.

**Figura 2 - Local onde foi feito o Congresso em Milão, Itália.**



Fonte: [www.milan1880.com](http://www.milan1880.com),2018.

Esse fato marcante da história do Surdo durou aproximadamente 100, anos nos quais não foram alcançados os objetivos, pois poucos desenvolveram com sucesso a fala. A aprendizagem e o pensamento diante dessa opressão, contudo a comunicação entre surdos com uso da Língua de Sinais era realizada em ambientes reservados, pois não poderiam fazer uso da mesma aos olhos da sociedade para não serem castigados. Com a interferência de toda uma sociedade que apoiava os padrões definido os surdos tiveram dificuldade em expandir esse conhecimento, entretanto nunca se extinguiu de suas vidas já que os mesmos sempre fizeram uso da linguagem até quando eram proibidos, pois já fazia parte de uma identidade que nem com tantos sofrimentos deixa de existir.

A publicação do artigo de Willian Stokoe, que apontava a Língua de Sinais Americana com todas as características da língua oral, chamando a atenção de muitos pesquisadores que estavam insatisfeitos com a filosofia do oralismo trazendo novamente para a aprendizagem do aluno surdo os códigos e sinais. Em 1968, surge o Método Total, por Roy Holcon, que defendia a utilização de recursos visuais como mediadores da comunicação entre Surdos para o processo de aprendizagem fazendo uso da língua oral, entretanto não desvalorizando a língua da cultura surda fazendo uso exclusivo do oralismo, mas trabalhando no aprendizado entre surdos e ouvintes e surdos e surdos. Já na década de 80 ganha forças o Bilinguismo que visualiza a língua de sinais como primeira língua dos surdos e a língua Brasileira na sua forma escrita como segunda língua aceitando as diferenças sem ter a deficiência como uma doença e ser superada através da reabilitação do oralismo, assim o surdo ganha identidade própria com característica específicas de sua cultura.

Seguindo a tendência normativa do Congresso de Milão, (1880), no ano de 1911, a educação de Surdos volta a usar o método de Oralismo puro. Porém no final da década de 70 chega ao Brasil a Comunicação Total que sobre as pesquisas da lingüista Lucinda Ferreira Brito no ano de 90 começa a dar forças ao Bilingüismo que visa à utilização de duas línguas a LIBRAS como primeira Língua, a Língua materna, e como segunda Língua a Portuguesa escrita.

Segundo a primeira escola para Surdos no Brasil (2012,s.p.):

Foi do instituto que surgiram os primeiros líderes surdos que ao terminarem seus estudos retornaram aos seus Estados de origem e divulgaram a Língua Brasileira de Sinais, reuniram outros surdos e fundaram associações, escolas e grupos de luta pelos direitos dos surdos.

É notável que esse marco foi uma das grandes conquistas para a comunidade surda, pois foi quando surgiu iniciativa das grandes lutas e vitórias que os Surdos passaram para que pudessem ter a liberdade de expressão e assim dar continuidade as suas origens, levando a comunicação para os demais que não tinham conhecimento ou acesso a mesma, por meio das associações que se reuniam para lutar por seus direitos.

## 2.4 A educação dos surdos no Brasil

Desde os primórdios a Educação de Surdos no Brasil e no Mundo foi marcada pela separação nítida dos ditos normais com os que apresentavam algum tipo de anomalia a fim de evitar e separar a sociedade através de normas e padrões a serem seguidos na exclusão dos Surdos ao longo da história. Neste desenrolar da história uma nova perspectiva passou a fazer parte desse paradigma educacional de inclusão. Em 1855 chegou ao Brasil o professor Francês Hernest Huert trazendo o alfabeto manual Frances e a Língua de Sinais que até hoje tem grande influencia na língua de Sinais Brasileira. Convidado pelo imperador Dom Pedro II veio iniciar um trabalho com crianças surdas bolsistas pelo governo.

**Figura 3**

**Alfabeto Francês da Língua de Sinais**



**Fonte:** <http://megacuriosos.blogspot.com>, 2018.

São notáveis algumas semelhanças da Língua Brasileira de Sinais com a Língua de Sinais Francesa que influenciou muito por ter sido trabalhada por um Francês e que serviu como base para o método usado até os dias atuais.

Em 1857 no dia 26 de setembro, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos na cidade do Rio de Janeiro, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A primeira escola de Surdos existente no Brasil apresentava capacidade para atender a quantidade de 100 alunos Surdos, entretanto somente 30 vagas eram disponibilizadas para alunos financiados pelo governo, o instituto funcionava como um internato e atendia Surdos de todos os lugares do Brasil.

**Figura 4 - Prédio onde funciona o INES**



Fonte: <http://editora-arara-azul.com.br>, 2018.

Inicialmente a escola atendia somente homens que além de receberem o ensino da Língua de Sinais para se comunicarem também eram preparados para trabalhar através das oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração, somente por volta de 1931 passou a atender o público feminino que também aprendiam a Língua de Sinais e eram preparados para o trabalho com oficinas de bordado e costuras, esses alunos passavam por testes e assim eram separados conforme o grau de sua necessidade especial se classificados como Surdos-mudos completos, Surdos incompletos e semi Surdos.

Segundo a primeira escola para Surdos no Brasil (2012,s.p.):

O instituto atendia surdos de todos os lugares do Brasil e funcionava como um internato, mas só aceitava surdos do sexo masculino. Lá além de aprenderem a se comunicar eram preparados para o trabalho. Só em 1931 o público feminino foi atendido, porque foi criado um externato com oficinas de costura e bordado.

O Surdo passa a lutar pela mudança e a aprimorar seus conhecimentos para ter uma vida social comum e incorporar no mercado de trabalho através dos cursos de capacitação.

Entre tantos estudos realizados através de pesquisas e experimentos dolorosos somente no ano de 1977, o médico otorrinolaringologista Pedro Luiz Mangabeira Abernaz, realizou no Brasil o primeiro Implante Coclear (IC), equipamento eletrônico, que é dividido em duas unidades: a interna que é introduzido na Cóclea atrás da janela redonda que estimula eletricamente as fibras nervosas remanescentes; e a externa, que é constituído por uma antena transmissora da fala e um microfone que permitindo através de toda uma corrente de transmissão a emissão de som.

**Figura 5**



**Equipamento Eletrônico Interno e Externo para implante Coclear**

Fonte: [www.ouvidobionico.org.com.br](http://www.ouvidobionico.org.com.br), 2018.

O Implante de Coclear é procurado primeiramente pela própria família que com a ilusão da cura da surdez procura um profissional e muitas vezes sem consultar o Surdo, que é o principal alvo da situação, levam muitos deles ao sofrimento e até mesmo a depressão. Orienta-se que após a cirurgia de IC, devem-se ter alguns cuidados como: evitar a aproximação aos eletroeletrônicos quando estão ligados, pois a radiação pode alterar o funcionamento do circuito do Implante Coclear o que força ao Surdo a ter uma vida limitada. Diante essa situação muitas associações de Surdos apoiam o direito do Surdo de decidir o que acha melhor ser feito, pois muitos Surdos que fazem uso da LIBRAS, dizem que o implante é um desrespeito a cultura, por ser algo que a família decide por eles, muitas vezes quando ainda são bebês ou crianças que não tem como se renegar ao implante o que acaba por não, respeitar as diferenças culturais.

## 2.5 A educação dos surdos em Rondônia

Como toda a história da educação de Surdos ocorrida no Brasil, a do Estado de Rondônia, não seria diferente, entre conquistas e derrotas a história do ensino especial iniciou com atendimentos por instituições assistencialistas e não governamentais. Para tanto no Estado de Rondônia, tem-se como marco da educação especial a Escola Estadual Homero Kang Tourinho, localizado no município de Porto Velho, fundada em 1974. Foi uma das primeiras escolas a atender crianças com necessidades especiais, e assim foram se multiplicando os atendimentos, e em 1976 conseguiu atingir o nível de 16 classes especiais com 263 alunos frequentes divididas pelo território de Rondônia. Entre os anos de 1977 e 1978 foi criada uma escola para atender crianças com comprometimento neurológico e a primeira escola especializada para atendimento de alunos surdos, apoiada a Fundação Sociedade Pestalozzi e pela Secretaria de Estado da Educação por meio da Coordenadoria de Ensino Especial (CEE), e assim através do apoio a sociedade desenvolveu atendimentos através de atividades aos alunos que frequentassem ao ensino especial, e este atendimento que inicialmente aconteceu em Ji-Paraná e depois se estendeu entre outros municípios.

Segundo Gavioli (2008, p.33):

Em 1980, esse atendimento passa a incorporar os alunos com deficiência mental “educável”, primeiramente, em Ji-Paraná, e se estendeu, no ano seguinte, aos municípios de Cacoal, Ariquemes, Guajará-Mirim e Pimenta Bueno.

Portanto percebe-se que a educação especial foi criando vínculos na aprendizagem de alunos com necessidades especiais que outras escolas foram fundadas e o número de alunos matriculados na rede pública chegaram a 642 alunos. Para tanto nessa década se pensava em integração escolar o que levou a proposta de criar a Sala de Apoio Pedagógico (SAP) de forma a inserir o aluno deficiente na escola.

As salas que eram destinadas para atender alunos com algum tipo de deficiência não eram apropriadas para recebê-los, sendo uma sala escolhida entre as outras que faziam parte do corpo da escola, no entanto essa sala era vista como “sala de doidos” já que o contato dos alunos deficientes com os ditos “normais” era mínimo. Segundo Gavioli (2008, p.34): “O contato dos alunos deficientes com os demais alunos da escola era mínimo, até os horários de entrada e saída dos alunos com necessidades especiais era diferenciado”. Muitas dificuldades encontradas durante o percurso escolar, para as novas adaptações, ou para a absorção das atividades que eram proposta poderiam ter sido bem mais proveitosas se as crianças tivessem

a oportunidade de aprender juntas, sem discriminação e independente de suas necessidades ou diferenças.

É fácil perceber por meio da palavra integração<sup>2</sup> que os alunos não eram incluídos, mas sim inseridos e expostos a experiências de acertos e erros, já que nem a sala de aula era a principio preparada para receber esses alunos, não tinham condições físicas e nem profissional para dar qualidade ao ensino do aluno que ali era inserido.

No ano de 1996 o uso da expressão escola integradora é substituída por escola inclusiva, esse processo foi de identidade para distinguir a escola que por sua função deve acolher todas as crianças que a ela for destinada independente de suas necessidades especiais, seja ela física ou intelectual.

Nesta perspectiva o professor é o primeiro indicado a se preparar e assim conseguir passar para o aluno surdo todo um contexto lingüístico para que o mesmo possa aproveitar ao máximo e com qualidade o seu período escolar, para isso precisa ter contato com pessoas que consigam falar fluentemente a Língua de Sinais.

Para tal informação podemos analisar a necessidade do conhecimento da Língua de Sinais e considerar as necessidades lingüísticas nela existente como os sinais para identificar ou descrever coisas, pessoas, para narrativas, para comparar, relacionar.

Muitos erros são cometidos em sala de aula por falta do reconhecimento da necessidade do conhecimento de LIBRAS. O professor que por sua vez é iniciante no uso dessa linguagem deve planejar muito bem suas aulas, e carregar consigo um dicionário que possa auxiliá-lo, ou manter sempre em sala se possível de acesso a todos o alfabeto em LIBRAS. Quando não conseguir distinguir ou lembrar algum sinal que momentaneamente se faz necessário e assim reconhecer quando não foi possível realizar a comunicação anotando e buscando esclarecer as dúvidas em outro momento com alguém que possa interpretar o que ficou em conflito.

### **CAPITULO III: MARCO METODOLÓGICO**

O presente capítulo visa compreender a descrição metodológica, utilizada no presente estudo tendo como principal foco a análise qualitativa, compreendendo o levantamento das opiniões dos entrevistados, análise dos indícios encontrados, tendo como finalidade de

---

<sup>2</sup> A palavra integração, segundo o Dicionário Aurélio, é ação ou efeito de integrar, ou seja, completar, inteirar, fazer entrar num conjunto, num grupo.

propiciar a construção dos dados da pesquisa de campo que vem destacar a visão do gestor escolar na administração de uma escola inclusiva, assim como o enfoque epistemológico, o paradigma e as técnicas de pesquisa selecionadas para investigação, posteriormente analisar e viabilizar a apresentação da pesquisa com base nos resultados coletados. Assim como os referencias teóricos utilizados para dar embasamento na construção da pesquisa.

Sendo ainda objeto de estudo, a visão do gestor quanto a educação inclusiva, as práticas utilizadas pelo professor em sala de aula, a visão do aluno surdo quanto ao atendimento a ele direcionado, o relato dos familiares quanto a qualidade do ensino disponibilizada a seus filhos e como se da o processo de educação inclusiva de acordo com as propostas da secretaria de educação da cidade de Vilhena, Rondônia, Brasil.

### **3.1 Enfoque Epistemológico da Investigação**

A fase da coleta de dados teve inicio ao traçar o problema de pesquisa em ação e seus objetivos a serem alcançados, a partir de então foram elaborados os questionários de acordo com o público alvo a ser entrevistado, com a preocupação de escolher profissionais e alunos que realmente se enquadrassem no contexto investigado. Nesta perspectiva serão desenhados os caminhos escolhidos para a pesquisa, os aspectos metodológicos, e então análise de dados. Serão abordados os assuntos referente a gestão escolar diante da administração da educação inclusiva no ensino regular, na expectativa de encontrar melhorias para o processo de ensino e aprendizagem para alunos surdos. Segundo Martins (2008, p. 19) afirma:

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar –se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e entendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades. Para tanto, requer – se, especialmente, uma efetiva preparação dos profissionais de educação, que proporcione um contínuo de desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em classe. Preparação que os faça conscientes não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensina – los em um ambiente inclusivo, assim como da necessidade de refletirem constantemente sobre sua prática, a fim de modifica – la quando necessário.

Os entrevistados, poderão dentro deste espaço perceber as interações, preocupações e propostas de melhorias que podem ser colocadas em prática no ambiente escolar.

Minayo (2011) na obra *Teoria método e criatividade* traz a seguinte definição: “O termo pesquisa num sentido amplo e concreto está colocado como sendo a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, vinculando pensamento e ação” (p.16). Pádua (1996), ao tratar dessa questão, ressalta que:

Pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas, como: atividade de busca, indagação, investigação e procura das informações sobre a realidade. É a atividade no campo da ciência, que vai nos permitir e orientar as nossas ações, ajudando-nos na compreensão da realidade (p.29).

É notório que a pesquisa é um caminho de alargamento dos conhecimentos existentes para a transcendência de novos questionamentos, novas concepções e abordagens de referido tema, relacionando um conjunto de ações planejadas, executadas e controladas em base de um objetivo claramente definido e aguardado para o resultado final. Esta pesquisa tem como propósito oferecer reflexão sobre determinado questionamento, afim de oportunizar o conhecimento e o aprofundamento das diferentes contribuições que os autores e pesquisadores deste tema tem a nos oferecer, com a finalidade de ampliar o domínio conceitual no ato em que favorece o acesso ao confronto entre os resultados coletados.

Nesta perspectiva o direcionamento é a investigação quanto a gestão escolar diante da educação inclusiva, suas ações, planejamentos, contribuições e visão referente a esta situação cotidiana para a transformação de uma escola inclusiva. Partimos do pressuposto que deveríamos analisar o ponto de vista da gestão, do professor, do aluno e dos familiares quanto a este processo que envolve todo o contexto escolar, partindo do pressuposto que a escola deve ser um ambiente inclusivo e adaptado as necessidades do aluno nele envolvido, assim como considerar que os métodos e práticas empregadas são pertinentes aos resultados satisfatórios ou não satisfatório na contribuição da qualidade do ensino a este aluno surdo. Estes aspectos demonstraram fundamental importância para que esta pesquisa fosse realizada, cujo o foco é a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais ao qual neste contexto se refere ao aluno com surdez, questionando a importância da participação ativa do gestor para o bom andamento dos processos de inclusão dentro do contexto escolar.

Partindo do pressuposto de que, para análise e compreensão dos questionamentos de investigação se faz necessário ponderar o problema de investigação que norteia na seguinte indagação: As percepções que os gestores, alunos e familiares possuem relativamente ao desempenho das práticas inclusivas utilizadas pela gestão escolar, de acordo com a legislação vigente de inclusão?

Como o norteador desta pesquisa gira em torno da visão da gestão escolar para uma escola inclusiva, é importante ressaltar que o profissional da educação precisa estar a par da legislação vigente a fim de amparar e se resguardar quanto as ações a serem tomadas diante de cada situação exposta. No Plano Nacional de Educação (PNE), lei n. 10127/01, “articula a gestão, a participação com o planejamento educacional de tal modo que eles contêm tanto com sistemas de informação quanto com um sistema de avaliação a fim de aperfeiçoar e garantir o padrão de qualidade.” (CURY, 2005. p. 19).

No Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis nº 10.048/200 e 10.098/2000, dando prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência, no artigo 24 afirma que:

“Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários”.

Percebe – se que a figura do gestor é vista e tem uma responsabilidade muito grande, pois este tem um comprometimento com a comunidade escolar, sendo este o responsável em proporcionar meios que favoreçam o atendimento das necessidades da população. Para que esta proposta torne realidade se faz necessário a elaboração de ações que venham a assegurar a legislação vigente, e assim não torna – la apenas alvo de repressão a gestão, mas sim a regulamentação de novas oportunidades de um ensino de qualidade.

Neste sentido, o processo de interação entre o pesquisador e o entrevistado leva a um fornecimento de informações e conceitos, mediante a teoria já estudada com a prática fornecida mediante a pesquisa aplicada, com o objetivo de compreender e explicar o problema que é objeto de estudo da pesquisa.

### **3.2 Tipos de Estudo e sua Justificação**

Ao planejar o percurso da pesquisa, para que se alcance os objetivos previamente traçados, observamos que a pesquisa investigativa é um instrumento que possibilita atingir

meios que direcionam na busca de materiais contribuintes para a construção do objeto de pesquisa. A investigação deve oferecer a capacidade de aprender a delimitar o seu campo de investigação, levantar hipóteses, estabelecer relações, buscar informações em diferentes fontes, organiza e analisar dados coletados, selecionar o método de análise, desenvolver raciocínios mais complexos, fazer sínteses; e avaliar informações. De acordo Casilimas (2002), é o método, não só o instrumento que possibilita os diversos olhares para discernir as distintas realidades do ser humano, mas o que aponta os caminhos que conduzem ao conhecimento:

[...] el abordaje de los enfoques de investigación en el terreno de las ciencias sociales busca establecer cuáles son las ópticas que se han desarrollado para concebir y mirar las distintas realidades que componen el orden de lo humano, así como también comprender la lógica de los caminos, que se han construído para producir, intencionada y metódicamente conocimiento sobre ellas(p.27).

Dentro desta perspectiva é importante refletir que o planejamento não deve ser uma prática isolada mas sim planejada coletivamente, pois a construção do conhecimento só realizada de forma planejada e coletiva, ao qual se espera uma ação articulada entre gestão escolar e todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, que ao serem mobilizados, desenvolvem o trabalho escolar de maneira integrada e interdisciplinar. Ou seja, sem planejamento não tem como traçar a metas a serem atingidas para que o objetivo seja alcançado, desta forma a construção desplanejada, não se materializa, sendo assim para um bom resultado esperado é fundamental e indispensável um bom planejamento para que de forma metodológica e organizada a pesquisa seja viável.

Além da utilização do método adequado, no processo de construção da pesquisa também se faz necessário dar importância a abordagem adequada a ser realizada pelo pesquisador, ou seja, podemos considerar que a abordagem qualitativa se enquadra no perfil desta pesquisa, para que se alcança os resultados do estudo em questão. O estudo qualitativo segundo Lüdke e André (1986, p.18) é aquilo que:

[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada

Diante do precitado acima, quanto ao estudo qualitativo, é importante analisar que mesmo demonstrando serem distintos os aspectos da pesquisa ainda sim a interpretação e a descrição se mantem em pareamento um lado a lado da outra contribuindo construtivamente para o bom andamento da pesquisa. Como diz Silvio Gamboa (1997, p.115), “as duas

dimensões não se opõem, mas se inter-relacionam como duas fases do real num movimento cumulativo e transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las uma sem a outra, nem uma separada da outra”.

Dando continuidade a abordagem qualitativa, a afirmação de Dilthey “explicamos a natureza, compreendemos a vida mental” (citado por Hofstätter, 1957, p. 315), nos coloca a refletir, pois o mesmo adentra ao leitor para que esta citação possa ser vista como um ponto de partida para que assim possamos tomar como pressuposto as diferenças entre a pesquisa qualitativa, já que quando diz “compreender a vida mental” este entra no emaranhado pontos de discussões que se refere ao caráter da pesquisa qualitativa. Nesta perspectiva podemos acompanhar e analisar as pontuações feitas por Flick, von Kardorff e Steinke (2000) que expõem quatro bases teóricas: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições “objetivas”<sup>5</sup> de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

O autor Mayring (2002), avalia o estudo de caso como o ponto de partida ou artefato essencial da pesquisa qualitativa “nem estruturas teóricas e hipóteses, nem procedimentos metodológicos devem impedir a visão de aspectos essenciais do objeto [de pesquisa]” Mayring (p. 28), também enfatiza, que “apesar da abertura exigida, os métodos são sujeitos a um controle contínuo (...) Os passos da pesquisa precisam ser explicitados, ser documentados e seguir regras fundamentadas” (p. 29). Nesta perspectiva é notório que a pesquisa não é algo acabado e dado como padrão, mas sim um processo contínuo que se dá por adaptações ao caso específico de cada pesquisa, ao qual são utilizados métodos e técnicas que devem favorecer o objeto de pesquisa.

Para Godoy (1955, p.62), a abordagem qualitativa apresenta diversidades e características essenciais para a pesquisa de campo, são elas: “ambiente natural como fonte direta de dados, caráter descritivo, preocupação do pesquisador com o significado que as pessoas dão à problemática”. Ou seja, o pesquisador deve ser fiel ao assunto abordado dando continuidade a pesquisa com embasamento teórico, e ética dentro do que está sendo direcionado ao pesquisado, assim como respeitar o direito de expressão e consentimento de exposição da problemática, interpretando os fenômenos sociais em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles e ao ambiente natural. Para Casilimas (2002, p. 32):

*[...] asumir una óptica de tipo cualitativo comporta, en definitiva, no solo un esfuerzo de comprensión, entendido como la captación, del sentido de lo que el otro o los otros quieren decir a través de sus palabras, sus silencios, sus acciones y sus inmovilidades a través de la interpretación y el diálogo, si no también, la posibilidad de construir generalizaciones, que permitan entender los aspectos comunes a muchas personas y grupos humanos en el proceso de producción y apropiación de la realidad social y cultural en la que desarrollan su existencia.*

Persebe – se que há uma preocupação com a interpretação da subjetividade e seu elo com a realidade social e cultural, o autor enfatiza ao leitor a necessidade de construir generalizações que favoreçam a compreensão dos aspectos comuns, afim de assumir realmente a perspectiva da pesquisa qualitativa.

Precisa – se chegar ao entendimento de que a pesquisa é um emaranhado de etapas construtivas que levam a um resultado esperado, nesta perspectiva, cada etapa é importante para a construção metodológica e técnica de cada fase, esta pesquisa não se encontra como padrão uma vez que a mesma é realizada de acordo com o objetivo a ser alcançado e a pretensão de resultados a serem obtidos, respeitando sempre o entrevistado para que este possa sentir comodidade e segurança na informação a ser disponibilizada ao pesquisador. Entretanto o fato desta não ser padrão não significa que para cada situação o pesquisador precisa ter uma diversidade de ferramentas, podendo este ao mesmo tempo utilizar perguntas abertas ou fechadas, assim como utilizar procedimentos qualitativos ou quantitativos. Como supracitado este pode e deve fazer sua pesquisa de acordo com as necessidades previamente levantadas para a pesquisa em questão.

Denzin e Lincoln (2006) definem a pesquisa qualitativa como aquela que o pesquisador analisa, interpreta e traz à tona os sentidos que as pessoas dão para determinados fenômenos. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa envolve a análise e coleta de uma ampla variedade de materiais empíricos – tais como estudos de caso, experiências pessoais, histórias de vida, entrevistas, grupos focais, observações, dentre outros – que descrevem a rotina e/ou problemas da vida dos indivíduos. Para Lüdke e André (1986), entendem como estudo qualitativo [aquilo] “que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (p.18).

A presente pesquisa tem por objetivo investigar e analisar os princípios subjacentes do âmbito escolar, tendo como norteador a gestão escolar no processo de administração da educação inclusiva de alunos surdos no ensino regular. Analisando os princípios subjacentes do âmbito escolar na educação inclusiva de alunos surdos, conhecendo as percepções que os gestores, professores, alunos e familiares possuem relativamente ao desempenho das práticas

inclusivas utilizadas de acordo com a legislação vigente de inclusão, verificando os índices percentuais de alunos que passam pela escola in loco, que têm conseguido êxito em seu desempenho educacional, identificando o índice de profissionais do âmbito escolar pesquisado que são capacitados para atender os alunos com surdez, Compreendendo como os alunos com surdez desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante as dificuldades de comunicação através da língua de sinais. Conhecendo os planos de ação desenvolvidos para a educação inclusiva, identificando qual o tempo destinado para troca de informações entre professor e a gestão escolar e para a elaboração de materiais e/ou atividades para o aluno surdo, exemplificando como a gestão democrática oferece condições para a efetivação da aprendizagem, bem como a superação dos desafios para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais. Para que esta seja realizada a abordagem adequada é a pesquisa qualitativa.

### **3.3. Triangulação metodológica: Descrição e Justificativa do Tipo de Desenho da Investigação**

A pesquisa em questão utiliza o método fenomenográfico que é um modelo de investigação que busca descrever e categorizar as concepções das pessoas acerca de um determinado fenômeno, através da análise de transcrições das entrevistas, semi-estruturadas, analisadas a partir de elementos como a compreensão e a expressão da vivência dos fenômenos. Esse método surgiu em meados dos anos 80, ao qual partiu da iniciativa do psicólogo sueco Ference Marton, realizando estas atividades na Universidade de Gotemburgo, na Suécia.

A fenomenografia investiga qualitativamente diferentes maneiras com as quais as pessoas experimentam ou pensam a respeito de vários fenômenos (AKERLIND, 2005; MARTON, 1981, 1986).

A palavra fenomenografia possui duas raízes: “fenômeno”, que significa tudo quanto é percebido pelos sentidos ou pela consciência, e “grafia”, que se refere à representação ou esquema. A sua raiz etimológica vem do grego “pháinomenon”, “appearance” ou aparência e “gráphein”, “description”, ou escrita, descrição, logo, descrição das coisas como elas se apresentam aos indivíduos (Marton e Fai, 1999).

Segundo Marton (1981, 1986), a fenomenografia é o método que estuda as relações humanas e investiga de uma maneira qualitativa as diferentes formas que as pessoas experimentam, interpretam ou pensam a respeito de diferentes fenômenos (ou do mesmo fenômeno). Ensina o autor, que o ponto de partida da metodologia fenomenográfica é o “relacional” – as relações entre o indivíduo e determinado aspecto do mundo ao seu redor. Para esse autor, este é o assunto principal da fenomenografia: a relação dos homens com o mundo. Os autores Barbosa e Rodrigues (2005), enfatizam de forma semelhante que a fenomenografia é uma abordagem de pesquisa empírica e qualitativa empregada originalmente na educação, para melhor entendimento da(s) forma(s) como as pessoas experimentam as tarefas de aprendizado. Percebe – se nesta citação que a finalidade dos autores é descrever as variações qualitativas nas experiências individuais do ponto de vista do próprio indivíduo.

Esse entendimento é completado por Akerlind (2005), ao afirmar que o objetivo da pesquisa fenomenográfica é explorar o sentido coletivo dos significados dentro da seleção dos sujeitos e não o sentido individual de cada sujeito selecionado. Ou seja, o objetivo da pesquisa é por meio do levantamento de dados e suas variações, chegar a um entendimento integral dos fenômenos.

Descrever as várias representações da aprendizagem, refletir e poder interferir na qualidade do que se aprende é a principal tarefa da perspectiva fenomenográfica. A fenomenografia “ é o estudo empírico do número limitado de maneiras qualitativamente diferentes nas quais vários fenômenos e aspectos da palavra ao nosso redor são experimentados, conceituados, compreendidos, percebidos e identificados” (Marton, 1994, p. 4424).

Nesta pesquisa pretende – se utilizar a Fenomenografia como estratégia para ampliar a compreensão do fenômeno da Gestão escolar na administração da educação inclusiva de alunos surdos no ensino regular. Descrevendo, conforme análise de obras relacionadas ao tema, a evolução histórica do surdo, seu posicionamento epistemológico e os elementos de base para, em seguida, caracterizar o processo de pesquisa fenomenográfica, com ênfase no objeto do estudo, no cenário e nos procedimentos de coleta e análise de dados.

### **3.3.1 Contexto do campo de Pesquisa: Vilhena - Rondônia**

Não se pode refletir do perfil do Diretor como gestor escolar sem antes sinteticamente apresentar o espaço físico onde se articula a reflexão.

Vilhena está localizada na porção sul-leste do estado, na microrregião de Vilhena e na mesorregião do Leste Rondoniense, numa área de baixo planalto, com uma pequena inclinação em direção aos cursos d'água.

Localiza-se a uma latitude 12°44'26" sul e a uma longitude 60°08'45" oeste, estando a uma altitude de 612 metros. Possui uma área de 11.519 km<sup>2</sup> representando 4,8% do estado, seu território tem como limite as cidades de: Espigão d'Oeste ao noroeste, Chupinguaia, Pimenta Bueno ao oeste e Colorado do Oeste ao sul.

O tipo de clima é o equatorial, quente e úmido, com friagens no meio do ano que chegam a 10°C. O período chuvoso vai de setembro a maio. A temperatura média anual é de aproximadamente 23°C. As precipitações pluviométricas anuais variam de 1.800 a 2.400 mm. A altitude elevada proporciona ventos constantes que mantêm a sensação térmica baixa, mesmo com o céu aberto.

De acordo com pesquisa do IBGE realizada em 2009 na cidade consta 69.866 habitantes.

O solo é classificado como lato-solo vermelho/amarelo(LVA), com areia distrófica. Grande parte é coberta por densa floresta equatorial, caracterizada pela mata de terra firme com árvores enormes sendo abundantes as madeiras aproveitadas, como: mogno, cerejeiras, itaúba, ipê, cedro e outros.

Além das florestas, cerrados e os campos limpos também fazem parte da vegetação, com tipos de vegetais característicos: a lixeira, a mangabeira, o pequiheiro, o pau-serra, o barbatimãos, o cajueiro, entre outros, para os cerrados; e plantas ásperas e duras, gramíneas e outras espécies, para os campos limpos.

### **3.4 Unidades de Análises**

Sobre o sentido de fazer a pesquisa qualitativa a partir do olhar fenomenológico, González Rey (2005) enfatiza: “tomar o novo como uma nova forma de saber preexistente é castrá-lo no que tem de novidade” (p.18). Nesta perspectiva não podemos deixar de refletir que o andamento da pesquisa é dependente do contexto em que está inserida, assim como o

pesquisador que exerce influência sobre a situação da pesquisa e assim também por ela também influenciado.

Petrelli (2004) explicita que a fenomenologia é a ciência que se aplica ao estudo dos fenômenos: dos objetos, dos eventos e dos fatos da realidade. De acordo com o autor, ela oferece “uma verdade, em partes e em momentos, e nunca na sua transparência total, pois é a dúvida, e não a certeza, que nos motiva à busca incessante da verdade” (p.12).

Nessa perspectiva, o pesquisador se coloca em situação disponível para que qualquer tipo de conteúdo ou tema que venha a emergir em sua pesquisa de acordo com as circunstâncias que vão surgindo e imprevistos, ou necessidades para a totalidade da compreensão do objeto pesquisado, em função de novos resultados.

Diante do pressuposto, na intencionalidade de se alcançar um resultado esperado digno do questionamento inicial, buscou – se identificar as percepções que os gestores, alunos e familiares possuem relativamente ao desempenho das práticas inclusivas utilizadas pela gestão escolar, de acordo com a legislação vigente de inclusão. Para tal foram utilizados alguns questionamentos como: Quais medidas que a gestão coloca em prática para que a educação inclusiva aconteça?; Como são vivenciadas as barreiras na comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar?; Quais são os recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?; Quais princípios subjacentes do âmbito escolar na educação inclusiva de alunos surdos?; Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?.

### **3.4.1 SEMED – Secretaria Municipal de Educação e as escolas participantes**

A proposta de investigar as percepções que os gestores, alunos e familiares possuem relativamente ao desempenho das práticas inclusivas utilizadas pela gestão escolar, de acordo com a legislação vigente de inclusão, se deu pela necessidade de efetivar a proposta de participação real de alunos Surdos no processo de ensino aprendizagem, na hipótese de que a gestão escolar como condutora chave dos meios que favoreçam para que esta possa acontecer, na ideia de que o mesmo deve apropriar – se dos ideais de atendimento educacional inclusivo previstos na legislação vigente, tomando como ponto de partida principal a apropriação de metodologias compartilhadas na qual envolva toda a comunidade escolar, para o fazer

pedagógico democrático, se abdicando das práticas tradicionais e ultrapassadas de acreditar que em uma sala de aula a mesma metodologia utilizada faz o efeito igual para todos e estes apenas reproduzem o que vê e não se apropriam e ampliam para uma transcendência de questionamento, prática e inovação.

A pesquisa envolveu a Secretaria Municipal de Educação e três escolas de ensino fundamental da rede pública da cidade de Vilhena, Rondônia (Brasil), consideradas inclusivas. Uma das condições era a de que, nessas escolas, existisse algum apoio estruturado para atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiência. Realizarei breve comentário referente a SEMED e denominarei as escolas como **A e B**.

Como ponto de partida para realização da pesquisa de campo foi realizada uma breve pesquisa na Secretaria Municipal de educação localizada na Avenida Sabino Bezerra de Queiroz, bairro Jardim América, Vilhena/RO, para identificar as ações realizadas referente a inclusão escolar e quais escolas são inclusivas ou recebem alunos com necessidades especiais.

A escola **A** fica localizada no bairro Jardim América da cidade de Vilhena, Rondônia. O prédio possui dois pavimentos, com rampa para acesso ao pavimento superior. No rés do chão da escola ficam localizadas a secretaria, a sala de professores, a sala da coordenação e direção; a cozinha, o refeitório, a sala de recursos (onde também funciona a sala de apoio), o auditório, banheiros (incluindo banheiro com adequação para alunos com deficiências e mobilidade reduzida), área verde, lavanderia, pátio coberto, quadra de esportes coberto. No pavimento superior ficam 09 salas de aula, laboratório de informática, biblioteca e bebedouro.

A escola **B** localizada na avenida Paraná da cidade de Vilhena, Rondônia. Consta de um só nível térreo onde são instalados a sala da direção, da coordenação pedagógica e a secretaria, a sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), cozinha, pátio coberto, banheiro com chuveiro, Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, mais adiante estão localizadas as 19 salas de aula, Biblioteca, despensa, almoxarifado, pátio descoberto, quadra de esporte coberta e quadra de esportes descoberta. Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

### **3.4.2 Sujeitos da pesquisa**

Para a realização desta tese buscou – se alguns pontos principais desta pesquisa no que envolve o processo de inclusão em uma visão gerencial do processo educativo, nesta perspectiva, definimos como sujeito primário da pesquisa a equipe da gestão escolar na qual estão envolvidos o diretor geral, a orientação, supervisão de cada unidade escolar pesquisada, ao qual se remete todos os planos de ação e tomada de decisão referente as atividades a serem efetivadas ou não pela unidade, assim como a intenção de resolução de problemas e tomadas de medidas cabíveis para o melhor andamento da qualidade do ensino. Ainda como sujeitos primários definidos a SEMED – Secretaria da Educação que frente às políticas públicas definidas pelo Governo Federal para a educação, programas e projetos colocados à disposição dos municípios, é de grande importância para o fazer acontecer dentro de uma unidade escolar, já que quando há uma necessidade de realização amplificada ou pontual de ações referente a educação, primordialmente são realizadas propostas ou pedidos de ajuda a secretaria de educação, na qual juntamente com a prefeitura municipal dão andamento para que este venha a ser deferido. Os professores como peça principal para a realização prática das ações planejadas dentro da unidade escolar, também entra como sujeito primário. Os estudantes foram definidos como sujeito secundário, uma vez que este é beneficiário da ação a ser realizada, entretanto não tem poder de decisão para o planejamento e execução prática das mesmas, assim como outros envolvidos como exemplo pais e responsáveis.

Para cada escola envolvida, foram pensados nos seguintes critérios: Equipe da gestão escolar envolvida no processo educacional inclusivo, a qual tenha como aluno “surdos” que estão devidamente matriculados. Professores que atuam em salas comuns na perspectiva inclusiva e interprete ou profissionais da educação especial que atuam em sala de aula ou sala de recursos (AEE).

Para pesquisa foi selecionado um total de 17 elementos, dos quais 01 funcionário da SEMED – Secretaria Municipal da Educação a qual tivemos sucesso e devolutiva dos pontos questionados assim para este fim tem ao equivalente a 06% dos entrevistados, nas escolas de 06 gestores da educação dos quais apenas 06 responderam o que equivale a 35% dos entrevistados, 02 professores entrevistados equivalentes a 11% dos entrevistados, 02 profissionais da educação especial equivalente a 12% dos entrevistados, 03 alunos surdos ao qual somente 02 responderam o que equivale a 12% dos entrevistados e 03 pais e ou responsáveis pelos alunos surdo apenas 02 responderam o que equivale a 12% dos entrevistados. Aos que não responderam a entrevista tiveram motivos variados como: ausências constantes durante os dias de pesquisa, ignorância pelo tipo de trabalho, recusa

voluntária em intervir ou contribuir no processo de inclusão, outros afastados por problema de saúde e licença de interesse próprio. No quadro a seguir podemos identificar melhor como se procedeu a pesquisa, onde serão classificados por S – Selecionado, P –Participante e NP – Não Participante.

### Quadro nº 1 Distribuição dos participantes por funções

Categoria	Indivíduos Selecionados			
	T	M	F	%
Equipe Gestora	6	1	5	35%
Professores	2	-	2	11%
Alunos	2	1	1	12%
Interprete/tradutor	2	-	2	12%
Família	2	-	2	12%
Secretaria da Educação	1	-	1	6%
Total	15	2	13	100%

Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

O quadro acima apresenta a relação dos participantes de acordo o seu papel desempenhado na escola com a respectiva distribuição de quantitativo selecionado, participante, não participante e percentual final da relação de entrevistados entre o previsto e o resultado final.

### 3.5 Procedimentos para construção dos dados

A pesquisa para realização desta tese iniciou-se na Secretaria municipal de educação, na qual se obteve informações quanto aos planos para a educação especial de qualidade, como são os procedimentos para que se de subsídios necessários para a qualidade da inclusão, no que diz respeito a formação dos profissionais da educação e atendimento aos alunos e familiares envolvidos. Posteriormente foram contatados os sujeitos de pesquisa das escolas regulares do Município de Vilhena, Rondônia. Para esta ação foram realizados as cartas de

consentimento da entrevista, onde o entrevistado teve esclarecimento da finalidade dos questionamentos, para a fase do questionário foram contatados a Gestão escolar para levantamento de dados quantitativos e qualitativos referente ao percentual de alunos matriculados, ações desenvolvidas, professores capacitados para o atendimento especial, recursos disponíveis, entre outras informações pertinentes a pesquisa na qual serão detalhadas mais a diante. Para Gray (2012, p.274) entende que: “Os questionários são ferramentas de pesquisa por meio das quais as pessoas devem responder ao mesmo conjunto de perguntas em uma ordem predeterminada”. Assim percebe – se a importância da clareza no questionário aplicado e na abordagem a ser realizada com o entrevistado, afim de ter transparência e pontualidade nos resultados esperados.

Para dar comodidade aos entrevistados, os questionários foram realizados tanto via e-mail como entregues impressos aos entrevistados, afim de facilitar para que o mesmo tivesse a oportunidade de escolher o que fosse mais conveniente. Todos receberam em envelope a carta de consentimento e o questionário direcionados a cada entrevistado, ao questionário não houve campo para a identificação do entrevistado afim de ser fiel ao que lhe foi proposto na carta de consentimento.

Na perspectiva de recolher opiniões e informações referente ao tema pesquisado, esta investigação se realizou com questionários semiestruturados e alguns questionamentos fechados para que facilitasse a compilação dos resultados final. Para Gray (2012, p. 299):

Uma entrevista é uma conversa entre pessoas, na qual uma cumpre o papel de pesquisador [...] a entrevista bem conduzida é uma ferramenta poderosa para evocar dados ricos sobre visões, atitudes e sentidos que embasam as vidas e os comportamentos das pessoas. [...] O uso de entrevista semiestruturada também permite ao pesquisador “aprofundar” em busca de respostas mais detalhadas em que o respondente deva esclarecer o que disse.

Pensando neste contato direto com o entrevistado, alguns questionamentos foram realizados juntamente com os sujeitos da pesquisa, auxiliando os mesmos em suas dificuldades ou dúvidas.

Também foram realizadas perguntas abertas, onde os entrevistados puderam expressar suas opiniões e sentimentos referente a determinado questionamento e condição real de como está se dando o processo pesquisado. Para Gray(2012, p. 282):

As perguntas abertas muitas vezes começam com palavras de tipo “como”, “por que”, “o que” [...]. A vantagem das perguntas abertas é o potencial para a riqueza das respostas, algumas das quais podem nem ser previstas pelos pesquisadores.

A sistematização do processo de pesquisa envolveu determinadas fases entre elas a fase exploratória, com a finalidade de conhecer um pouco mais as abordagens referentes ao tema pesquisado. Posteriormente a pesquisa de campo, na qual se desenvolveu com a pesquisa de campo com a utilização de questionários semiestruturados com questionários fechados e abertos. Finalmente com a análise de dados coletados, nos quais foram realizadas tabelas, exposição das respostas dos questionários aberto e gráficos.

### **3.5.1 Primeira fase – procedimentos preliminares (fase exploratória)**

Nesta primeira fase da pesquisa na qual chamaremos de fase exploratória, buscou – se a ampliação da temática pesquisada com a finalidade de entender e buscar autores que usam abordagens nas quais se referem à inclusão escolar, as metodologias de pesquisa, para então favorecer o direcionamento a ser tomado para que com embasamento teórico a pesquisa tivesse pontualidade e firmeza na linguagem utilizada para se chegar ao resultado esperado de cada entrevistado.

Neste momento de acordo com o surgimento das dúvidas foram sendo elaborados os questionários abertos pensando em um levantamento de informações que pudessem corresponder ao bom andamento da pesquisa, para que tanto o pesquisador como o leitor desta tese pudessem buscar respostas para o tema abordado, afim de dar continuidade a pesquisas já realizadas e a pesquisas que estão por serem abordadas a partir deste tema.

No decorrer também foram realizados os primeiros contatos com os entrevistados selecionados. Primordialmente a secretaria municipal de educação e posteriormente as escolas A e B. Todas localizadas na zona urbana da cidade de Vilhena, Rondônia, Brasil.

O primeiro contato com as escolas selecionadas se deu para uma conversa informal com os gestores da educação, a fim de obter autorização necessária para realização da pesquisa, assim como conhecer os funcionários, alunos e pais e ou responsáveis pelos alunos, selecionados para a entrevista.

Posteriormente, foi apresentada a carta de consentimento da pesquisa aos entrevistados, assim como entregue os questionários a serem correspondidos pelos mesmos.

Para a realização desta fase utilizou algumas etapas como: Constatação fenomenológica da realidade escolar; Escolha dos ambientes de investigação; Formulação da problemática a ser questionada; Revisão literária e fechamento das abordagens; Definição da metodologia e dos instrumentos de coleta de dados e Exploração da pesquisa de campo. Estas etapas foram alguns dos procedimentos realizados para a estruturação desta tese afim de adequar as informações coletadas com as informações registradas por autores conceituados nesta linha de pesquisa.

### **3.5.2 Segunda fase – a pesquisa de campo**

Nesta segunda fase os procedimentos metodológicos realizados foram de colocar em prática tudo o que até esta instância havia sido abordado em teorias registradas por autores especialistas da área da inclusão. Para tal esta pesquisa de campo propiciou a aproximação da teoria com a prática, podendo comparar e diagnosticar os pontos elencados de forma presente direta com o entrevistado. Segundo Minayo (2011, p.61) a pesquisa de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta.

Nesta fase foram realizadas observações das práticas utilizadas dentro do contexto escolar diante da educação inclusiva, identificação do público alvo a ser entrevistado, assim como a utilização de técnicas qualitativas com observação e aplicação do questionário aberto e fechado. O público alvo entrevistado foi à secretaria da educação municipal, com a intenção de identificar as escolas que atendem alunos surdos e os projetos e leis norteadoras para as ações realizadas, os gestores responsáveis pelo andamento das práticas dentro do contexto escolar, os professores de alunos surdos, os interpretes e profissionais da educação especial que trabalham no AEE, os alunos surdos e os familiares dos alunos surdos.

Esta pesquisa teve início em Julho de 2018, continuando entre os meses de Agosto e encerrando no mês de Setembro, com análise dos documentos contidos no site do MEC que dão embasamento aos projetos, ações e as práticas pedagógicas, assim como análise dos dados coletados nas respostas dos questionários e das observações dos sujeitos que atuam no contexto escolar pesquisado. As informações foram organizadas, analisadas e comentadas criticamente em conformidade com o objetivo geral, específico desta pesquisa buscando receber respostas que possam contribuir para a identificação ou sugestão de melhorias do

problema elencado, nesta perspectiva buscou – se sempre estar pautada nas leis vigentes e nos autores pesquisadores da área da gestão escolar e educação inclusiva.

Visando sigilo para com os colaboradores desta pesquisa e ética referente as resposta coletadas, tomou-se a providência de denominá-los por letras do alfabeto e números.

## **CAPITULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

*“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças” (Mantoan, 2002).*

Para a construção deste capítulo buscou – se efetivar, analisar e discutir os resultados obtidos mediante a coleta de dados, realizadas com indicativo de inclusão escolar na visão da gestão administrativa por meio de questionários abertos e fechados semiestruturados de acordo com o direcionamento que havia pretensão de se alcançar de cada entrevistado, conforme a sua função ou situação dentro do contexto pesquisado.

A abordagem deste capítulo cingiu-se a priori na caracterização do perfil do diretor, supervisão, orientação, professores e profissinais da educação especial, assim como a secretaria de educação municipal. Para a apresentação e análise dos resultados da pesquisa em três percepções em conformidade à orientação do questionário direcionado a secretaria da educação municipal, gestão escolar, professores e intepretes/profissional da educação especial, alunos surdo e família do aluno surdo.

### **4.1 Questionário aplicado a Secretaria de Educação Municipal**

A análise refere-se ao questionário aplicado a funcionários da Secretaria da Educação responsáveis pelo setor inclusivo, tendo como finalidade de perpetrar como esta sendo realizado processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos e como esta sendo planejado e acompanhado o aprendizado destes alunos, em uma perspectiva de acompanhamento e avaliação das etapas alcançadas pelo mesmo e das dificuldades encontrada no decorrer do seu processo de ensino e aprendizagem, tal como as condições do ambiente em que o mesmo está inserido e a capacitação do profissional que irá receber este aluno, nas condições de mediadores do processo de desenvolvimento das capacidades que contribuem para o bom

andamento da aula, do desenvolvimento do aluno e das influencias que este pode realizar como contribuinte no futuro deste cidadão.

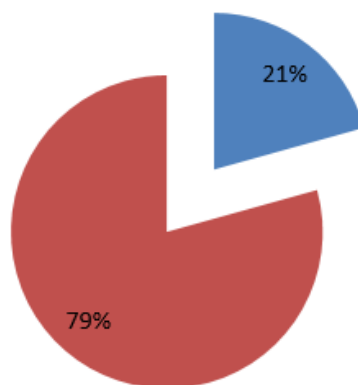
O primeiro levantamento realizado foi referente as escolas municipais existentes dentro do município de Vilhena, Rondônia, com o intuito de planejar as escolas a serem pesquisadas, bem como identificar as ramificações das matriculas realizadas em atendimento de alunos surdos, quantidade existente e localização das escolas. Dentro desta analise foram identificadas o total de 29 escolas municipais, sendo estas 05 escolas localizadas na zona rural e 24 localizadas na zona urbana da cidade. Também foram aplicados questionários abertos para coleta de informações referente as práticas realizadas pela secretaria da educação diante do atendimento educacional especializado ao aluno com surdez.

Diante do exposto foram identificadas quais atendem alunos com surdez e para melhor compreender segue gráfico abaixo.

**Gráfico n° 1 Quantitativo de escolas com atendimento especializado ao aluno com surdez**

### **Atendimento NEEs ao aluno com surdez**

■ Com matrícula efetivas ■ Sem matrícula efetiva



Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

O gráfico acima refere – se ao quantitativo de escolas que atendem alunos surdos, dentre 29 escolas cadastradas pelo município, todas encontram – se em atendimento a alunos com necessidades especiais diversas, entretanto apenas 06 contemplam em suas unidades o atendimento a alunos com surdez aos quais estão hoje no total de 11 alunos surdos e 08 interpretes disponíveis para atendimento aos mesmos.

Também foram aplicados alguns questionários abertos, aos quais buscaram compreender como é realizada as ações mediante ao ensino inclusivo.

**Pergunta 1** - Quais são as orientações de políticas públicas sobre a inclusão realizadas a gestão escolar e todos os envolvidos no processo educativo?

**Secretaria da educação** - *Dentro das escolas tem uma política pública chamada AEE que atende os alunos com deficiência inclusos e assim promove as adaptações necessárias para cada aluno.*

O AEE é um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. (SEESP/MEC, 2008). Na resolução 04/2009 art. 2º, estabelece que:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Entretanto as práticas inclusivas não podem e não devem ficarem apenas situadas nas salas do AEE, ou ser um problema do professor e interprete e/ou profissional da educação. Incluir não se resume em resolver problemas ou separar o aluno surdo da sala de aula convencional e coloca – lo no atendimento educacional especializado. Para realizar as orientações das políticas públicas se faz necessário apresentar as propostas existentes, acompanhar as tensões e conflitos existentes com a clientela atendida e tomar as devidas providencias mediante a legislação vigente.

**Pergunta 2** - Quais as propostas que a secretaria de educação tem como objetivo realizar para a melhoria do atendimento especializado na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, contribuindo para a sua socialização e o respeito às suas diferenças no ensino regular?

**Secretaria da educação** - *A secretaria disponibiliza as salas com os profissionais com especialização na área, promove formação continuada tanto para os profissionais do AEE bem como os professores regulares. E ainda para os casos previstos em lei a secretaria disponibiliza um cuidador.*

Em questionamento quanto aos projetos nos quais os mesmos têm como plano de ação para as propostas que estão sendo realizadas e as que pretendem realizar a entrevistada disse que: “não há projetos escritos, apenas seguem a legislação e as orientações contidas no portal

do MEC”. Dentro destas condições percebemos que a inclusão é algo que ainda está entre uma tentativa e outra de acerto, ou seja, não há um direcionamento utilizado como base, nem correções ou adaptações das práticas que foram sucessivas ou não, diante deste pressuposto fica uma indagação de que práticas estão sendo realizadas dentro do contexto escolar e o que realmente querem alcançar com a inclusão. Segundo Silva (2008):

A cultura escolar parece construir, sobre as condições concretas da organização da escola inclusiva variantes no entendimento da organização do tempo e do espaço, com regras mais ou menos oscilantes, com ocupações do espaço mais ou menos estáveis, com uma maior ou menor dependência do relógio na medição do tempo. Nesse sentido, inscrita nas relações entre as salas de recursos e as salas comuns, gera atitudes, perante a escolarização dos alunos com necessidades especiais e a dos alunos comuns, por vezes alimentadas pelos conflitos ideológicos na fundamentação do currículo (SILVA, 2008, p.85).

Observamos que este conhecimento esta no plano anual do ensino, entretanto não há profissionais preparados, qualificados para desenvolver trabalhar com essa necessidade, o que nos leva a analisar que realmente precisa haver outras maneiras de se trabalhar este conteúdo, e que ele seja reconhecido por todos para que não haja essa dificuldade de profissionais capacitados, de forma a divulgar e favorecer ambos os interessados.

**Pergunta 3** - Quais os instrumentos estratégicos utilizados pela secretaria da educação para avaliar a qualidade do ensino de alunos com necessidades especiais?

**Secretaria da educação** - *A secretaria por si só não promove avaliação sistematizada aos alunos, no entanto a avaliação sugerida aos profissionais da educação é a diagnóstica com portfólios e relatórios.*

Diante desta situação, percebe – se que o aluno surdo está sendo identificado apenas inicialmente quanto a sua deficiência física, entretanto o acompanhamento do desenvolvimento de suas atividades, não estão sendo realizados, já que não há um instrumento para tal ação.

**Pergunta 4** - Na realidade dos dias atuais os profissionais da educação estão preparados profissionalmente em relação a sua formação continuada para atender alunos com necessidades especiais e dar subsídios básicos para que este alcance uma educação de qualidade?

**Secretaria da educação** - *Ainda não, mas existe uma inquietude por parte da secretaria e dos próprios profissionais na busca desta formação. Existe cotidianamente uma formação continuada que ainda não consegue suprir todas as necessidades haja visto que a educação especial é muito dinâmica.*

A formação continuada é um dos instrumentos chave para fazer com que a escola seja inclusiva, uma vez que está possibilita ao profissional a atualização e transformação de suas práticas pedagógicas, permitindo a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos, disponibilizando o acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão significativa.

Em parceria com a gestão escolar, a secretaria de educação municipal precisa estar atenta as necessidades encontradas dentro do ambiente escolar em conformidade com o atendimento ao aluno, esta parceria pode facilitar o diagnóstico para a realização da formação continuada pontualmente ao problema existente. O gestor realiza reuniões e pesquisa a formação continuada que pode ser realizada interiormente ou externamente de acordo com a complexidade do mesmo e do pessoal capacitado para dar tal treinamento, informação ou orientação, estes relatos das condições de aprendizagem dos alunos, situações da sala de aula e discussões de estratégias para enfrentar os desafios são de grande valia para o crescimento da escola como inclusiva.

Em 2004, foi firmado entre MEC e Feneis o Programa “Interiorizando a Libras”, com a distribuição do material livro/DVD do Estudante e livro/DVDs do Professor e cursos de capacitação para instrutores, objetivando:

Apoiar e incentivar a formação profissional de professores, surdos e não-surdos, de municípios brasileiros, para a aprendizagem e utilização da língua brasileira de sinais em sala de aula, como língua de instrução e como componente curricular (FELIPE; MONTEIRO, 2005, p.5).

Conclui – se que é preciso refletir a qualidade da formação e as opções de atualização profissional, uma vez que a educação que busca o atendimento a educação inclusiva, pressupõe de profissionais preparados para efetivar este atendimento, toda via se faz necessário que a realização da valorização profissional, o apoio e estímulo e aperfeiçoamento que possam contribuir para a promoção do trabalho em equipe.

**Pergunta 5** - De acordo com os acompanhamentos realizados em turmas de ensino inclusivo, dentro do contexto de uma escola regular, acredita - se que se inserir a disciplina de LIBRAS no cronograma curricular do ensino fundamental e médio, irá facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes? ( ) Sim ( ) Não. Justifique sua resposta.

**Secretaria da educação** - *Sim, hoje o município disponibiliza aos alunos surdos um interprete que o acompanha diariamente em sala e acaba por promover o ensino da LIBRAS aqueles alunos da sala.*

De acordo com a entrevista realizada e com a coleta de dados disponibilizada, inserir a disciplina de LIBRAS no cronograma curricular é uma das formas de incentivar a valorização da cultura Surda abrindo novos horizontes e favorecer a comunicação entre Surdos e Ouvintes, o que conseqüentemente beneficiará a qualidade do ensino escolar, social e familiar do aluno Surdo. Segundo a representante da secretária de educação do município de Vilhena, não há outro caminho a percorrer a não ser o de incluir LIBRAS como a segunda língua nas escolas, entretanto esta é apenas uma realidade na grade do ensino superior, nas series de ensino fundamental e médio a LIBRAS entra em salas bilíngües ou formação continuada.

A Lei 10.436/02 reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua e o Decreto 5626/05 que regulamenta a referida lei, assegura o ensino dessa língua nos cursos de formação de professores. Essa determinação contribuiu para que as Instituições de Ensino Superior (IES) implementassem a disciplina de Libras, obrigatoriamente, na matriz curricular dos cursos de licenciaturas, tais como: educação física, geografia, letras, pedagogia, química, filosofia, música, matemática e biologia.

O decreto que trata da inserção da Libras como disciplina inserida nas diferentes modalidades dos sistemas de ensino, conforme os artigos 3º e 9º, vejamos:

Art. 3º A **Libras** deve ser inserida como **disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério**, em nível médio e **superior**, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, **do sistema federal de ensino** e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (...) XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012 Junqueira & Marin Editores Livro 2 - p.002287 Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as **instituições de educação superior** que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de **formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular**, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:  
I - até três Anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;  
II - até cinco Anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;  
III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e  
IV - dez Anos, em cem por cento dos cursos da instituição.  
(BRASIL, 2005, **grifos nossos**).

Portanto, conforme os artigos acima estão assegurados o acesso da comunidade escolar para aprendizagem da LIBRAS, entretanto conforme dito acima a inserção da disciplina de LIBRAS está como obrigatória nos cursos de licenciatura com prazo de até dez anos para suas implementações e regulamentações. Acredita – se que inserir nas séries iniciais não é um objetivo longe de ser alcançado, entretanto o ponto de partida já foi dado e para que esta realidade venha a acontecer basta com que as políticas públicas permaneçam determinados na valorização e respeito ao surdo.

**Pergunta 6** – Quais são as Tensões e Conflitos entre orientações das políticas públicas e a escola?

**Secretaria da educação** – *Dependemos totalmente das demandas do MEC, tudo que realizamos é apenas a mediação das ações já preestabelecidas, não temos autonomia de criar nada muito longe do que já está previsto, os projetos e ações realizadas conforme as necessidades das escolas precisam estar dentro do que já está previsto, caso contrário não podemos movimentar. Então encontramos tensões nesta falta de autonomia e conflitos pois são poucos os recursos para uma tomada de decisão tão importante. Até na questão de remuneração salarial ainda é pouco valorizada para a área da educação inclusiva, muitos profissionais reclamam que há um certo desinteresse, pois se encontram de mão amarradas diante certas situações, não são bem remunerados, e sempre que há um insucesso do aluno a responsabilidade é dos profissionais da educação.*

Percebe – se que as ações realizadas para que a inclusão aconteça são uma intercalada as outras, dependendo sempre de um terceiro para que se realize o atendimento adequado, ou seja, os profissionais que estão diretamente ligados aos alunos surdos não tem total autonomia de decisão para realizar os procedimentos que realmente deveriam, estando enquadrados apenas a realizar os que lhe estão ao alcance, neste ponto de vista o desanimo é tomado pelos que ainda lutam pelos direitos, já que estes são cheios de burocratização para que se torne real.

Também é notável a desmotivação salarial do profissional, que conforme apurado recebem em média um salário mínimo para exercer a função como interprete e chega a ficar quatro horas dentro de sala interpretando, sem ao menos ter um substituto, muitos acabam desenvolvendo doenças de saúde como a DORT com o movimento repetitivo da interpretação.

Mesmo diante a tantas tensões e conflitos, a secretaria da educação afirma dizendo que: “ *o trabalho da inclusão vai além das barreiras encontradas no dia a dia, os profissionais que trabalham nesta área não somente exerce sua função pelos poucos incentivos recebidos, mas exercem por amar o que faz e por ter certeza que está contribuindo para que futuramente aquele surdo em atendimento tenha condições de exercer sua plena cidadania disfrutando dos seus direitos e sendo respeitado por suas diferenças*”.

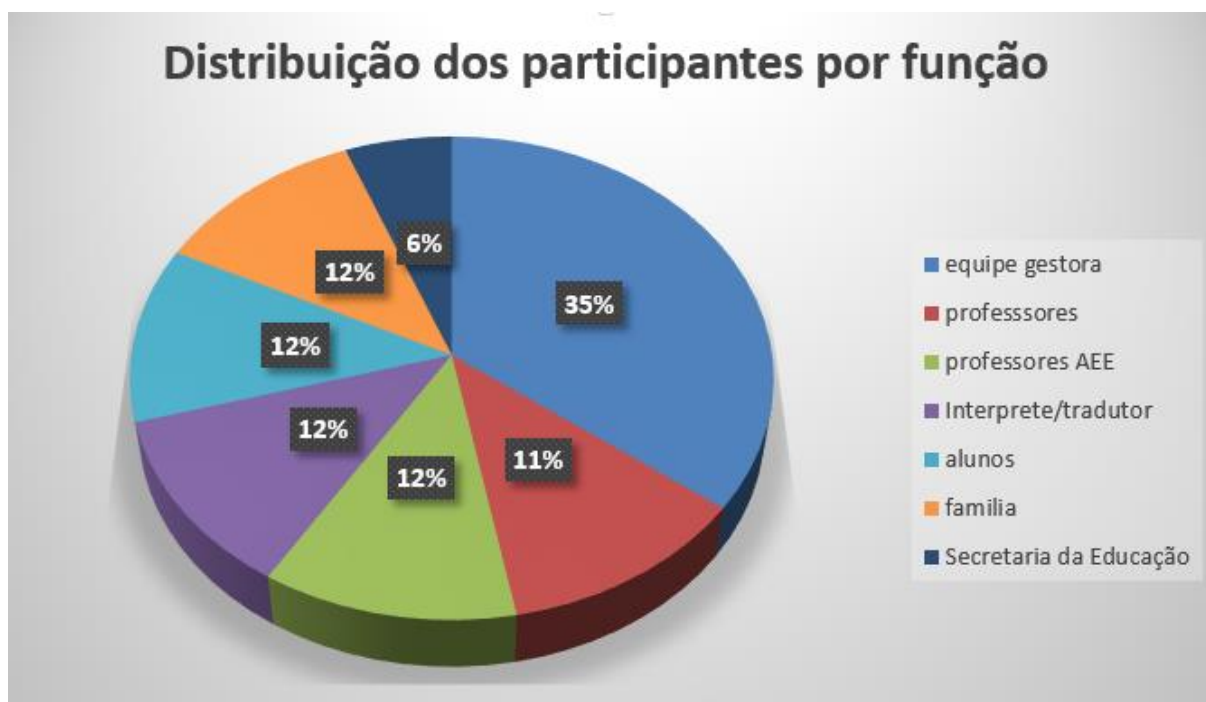
**Pergunta 7** – Sabemos da importância da participação da família na escola para acompanhamento e auxílio no processo de aprendizagem do aluno surdo. Nesta perspectiva existem ações previstas ou realizadas para incentivar esta participação e disseminar informações pertinentes à legislação e conhecimento da língua de sinais aos familiares?

**Secretaria da educação** - *Ainda não temos nada neste sentido, apenas atendemos sempre que solicitado.*

Visto que a maioria das famílias desconhece procedimentos básicos para melhorar as condições fundamentais na busca pelos direitos do aluno surdo ao ensino de qualidade, bem como a participação efetiva na sociedade e recursos existentes, realizar ações de orientação a família, contribui para que estas proporcionem um campo de experiências ao seu filho, bem como o respeito, a dignidade e a liberdade de ser autônomo.

Dando continuidade à análise de dados coletados, observa – se no gráfico abaixo como está a distribuição dos participantes desta pesquisa, de acordo com as funções por eles realizadas.

**Gráfico nº 2 Distribuição dos participantes por função**



Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

É notório que o quantitativo da equipe gestora pesquisa foi bem maior do que os demais entrevistados, visto que mesmo diante a tantos profissionais nesta equipe, o trabalho ainda é acumulativo e muitas vezes não dividido, cabendo geralmente ao diretor resolver, entretanto em todas as escolas entrevistadas os gestores se definiram como autor de uma gestão democrática, na qual todos tem o livre acesso ao diretor e contribuição nas construções das demandas da escola, e assim os trabalhos são realizados coletivamente. Entretanto, para

alguns dos entrevistados que não fazem parte da equipe da gestão escolar, os mesmos apontam a gestão como centralizadora do saber e das decisões.

#### 4.1 Perfil da gestão escolar

Este por sua vez tem grande importância dentro do contexto escolar uma vez que o mesmo realiza funções como articulador de ações, assim como é o grande responsável pela organização dos processos administrativos e pedagógicos, que darão subsídios necessários para que a escola tenha as condições básicas de se desenvolver adequadamente para uma educação de qualidade. Como diz Libâneo (2004):

O diretor de escola é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores (setor administrativo, setor pedagógico, secretaria, serviços gerais, relacionamento com a comunidade, etc.). [...] As funções do diretor são, predominantemente, gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativo e existem em função do campo educativo (p. 217).

É notória a importância deste grande gestor no processo de uma escola democrática, motivadora e acima de tudo inclusiva, na qual respeita os direitos, as diferenças e as capacidades sociais de cada um, cabendo ao mesmo o papel de administrador de todos os processos que se refletem nas ações a serem realizadas no ambiente escolar, sendo estas planejadas juntamente com toda a equipe escolar, para então criar condições para que tudo possa se articular a caminho da progressividade educacional. Para esta pesquisa foram selecionados 2 diretores e 2 vice diretores, aos quais apenas um representante de cada unidade escolar respondeu a pesquisa por motivo de ausência excessiva para resolução de atividades inerentes à escola em que exercem sua função. Dos 04 diretores (as) e vice diretores (as) entrevistados 02 eram femininas e 02 masculinos, 02 orientadores, 02 supervisores e 02 secretária, lembrando que a gestão escolar está representada por todos estes integrantes, porém como o questionário era o mesmo para todos, as respostas foram compiladas e respondidas coletivamente, disponibilizando apenas um formulário de coleta final de cada unidade escolar. Abaixo serão denominados FT – Funcionário Total; M – Masculino e F – Feminino, assim como serão denominados CE – com especialização e SE – sem especialização. Também serão denominados pelas iniciais A e B para denominar o código da escola.

**Quadro nº 2-Distribuição da equipe gestora participantes**

Código da Escola	Identificação da Equipe Gestora			Faixa etária		
	FT	M	F	25-34	35-45	45 +
<b>A</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>
<b>B</b>	<b>05</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>02</b>

Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

O quadro acima apresenta a distribuição da equipe da gestão escolar selecionado participante por escola, para identificação dos mesmos por gênero e faixa etária e assim identificarmos o percentual conforme descrição dos mesmos. Diante da equipe gestora caracterizada acima, também foi solicitado aos mesmos

Percebe – se que há uma equipe grande para liderar e dar subsídios necessários para o processo de ensino e aprendizagem, na qual valorizam as crenças, ideais e iniciativas da comunidade escolar, assim como todos os procedimentos necessários para torna – la democrática e inclusiva, conforme estes se caracterizam. Entretanto ao serem questionados quanto as suas maiores dificuldades no trabalho dos gestores para fazer com que a inclusão aconteça, estes responderam conforme descritivo no quadro abaixo:

**Quadro nº 3-Dificuldades no trabalho da gestão para inclusão**

DESCRIÇÃO	Nº	%
Professores	<b>03</b>	<b>37%</b>
Comunidade	<b>0</b>	<b>0%</b>
Inspetores	<b>0</b>	<b>0%</b>
Repartição Municipal	<b>05</b>	<b>63%</b>

Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

Em análise ao material coletado observou que grande parte da equipe da gestão acreditam que suas maiores dificuldades esta relacionada à falta de apoio da repartição

municipal, assim como de interesse por parte dos próprios professores e funcionários da educação especial, uma vez que conforme descrevem a escola A, há a necessidade de interprete na escola para atendimento aos alunos com surdez entretanto não há efetivação de funcionários para esta area, cabendo então apenas aderir ao funcionário que realiza atividade extra para cobrir esta necessidade, A escola B tambem pontua que falta de interesse por parte dos funcionários, assim como professores por haver uma cultura de acolhimento do aluno não de inclusão, uma vez que incluir requer estar aberto ao novo e ao diferente e grande parte se recusam a estar se movimentando para buscar especialização ou partipar das que lhes são disponibilizadas. Tambem há uma realidade absurdamente inacreditavel no ambito escolar quanto ao processo de inclusão, os profissionais da educação especial, nem sempre estão totalmente preparados para trabalhar no AEE, uma vez que conforme levantamento de dados descrito no gráfico abaixo, a maioria dos funcionários até mesmo o profissional da educação especial não possuem o conhecimento ou especialização na lingua de sinais LIBRAS.

**Gráfico nº 3 – Distribuição funcionários com especialização da LIBRAS**

**Distribuição funcionários com especialização da LIBRAS - Escola A e Escola B**



Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

Esta infelizmente é uma realidade ainda encontrada no ambiente escolar, mesmo havendo grande interesse por parte da equipe da secretaria da educação e dos gestores vigentes, a inclusão de alunos com necessidades especiais é um processo longo e com grandes dificuldades para fazê-lo acontecer com qualidade. Percebe – se que o contato com direto com

a LIBRAS e com a inclusão do aluno surdo esta direcionado totalmente ao professor de sala que contem o aluno matriculado e ao interprete que deve fazer – lo incluso.

Na distribuição do quadro de quantitativo de funcionários e alunos dentro do ambiente escolar das quais foram pesquisadas, estarão denominados FT – Funcionário Total; TP – Total de professores; TPE – Total de Profissionais da educação Especial. Também serão denominados como M – Matriculados; CN – com necessidades especiais; S – surdos.

#### Quadro nº 4-Distribuição quantitativo de funcionários e alunos

Código da Escola	Funcionários			Alunos			Alunos por professor
	FT	TP	TPE	M	CN	S	
<b>A</b>	<b>48</b>	<b>25</b>	<b>02</b>	<b>700</b>	<b>16</b>	<b>01</b>	<b>28</b>
<b>B</b>	<b>81</b>	<b>22</b>	<b>03</b>	<b>850</b>	<b>12</b>	<b>02</b>	<b>38</b>

Fonte: Levantamento a partir da realidade, 2018.

A realidade da sala de aula é equivalente a 28 a 40 alunos por professor, o que ressalta a importância do interprete para auxiliar o mesmo no atendimento ao aluno com surdez, para que a qualidade da inclusão possa acontecer. Nesta perspectiva também é importante o momento do planejamento das atividades a serem realizadas em sala de aula, ao qual professor, interprete e profissionais da educação especial precisam alinhar informações para dar continuidade ao conteúdo a ser ofertado ao aluno surdo, afim de dar condições necessárias para que o mesmo possa participar da aula ou do reforço de maneira progressiva.

Na perspectiva de colher informações pontuais para levantamento de dados para a construção desta tese, assim como identificar a visão da gestão escolar quanto a educação inclusiva, foi realizado e aplicado um questionário com seis perguntas referente ao trabalho da gestão escolar e como acontece a inclusão dentro do ambiente escolar. Para melhor compreender vamos analisar os dados coletados de acordo com as respostas de cada entrevistado da equipe gestão escolar.

**Pergunta 1** – Quais medidas que a gestão coloca em prática para que a educação inclusiva aconteça?

**Escola A** - *Na verdade todas as escolas tem a sala de atendimento especializado, lá tem os jogos e outros materiais necessário. No horário de aula o aluno surdo fica em sala de aula e no horário oposto no AEE e a interprete acompanha o mesmo tanto na sala de aula como no AEE.*

**Escola B -** *A escola disponibiliza a sala do AEE com dois profissionais para atender os alunos com necessidades especiais. Também tem a interprete que acompanha as alunas em sala de aula. Dentro do AEE os alunos contam com materiais para auxilia – los nas aulas e no reforço delas, estes materiais foram disponibilizados pelo MEC.*

As medidas colocadas em prática pela gestão escolar, deve ir além de disponibilizar o interprete e materiais básicos disponibilizados na sala do AEE, mas também desenvolver ações que promovam a avaliação de como acontece a inclusão na escola, assim como em parceria com os demais integrantes do processo educacional analisar o que a escola pode fazer para ser vista como um espaço que busca a valorização das potencialidades dos alunos, ou seja “ A implementação e acompanhamento de projeto educacional é um dos caminhos à construção de uma escola inclusiva, aberta a participação e aprendizagem de todos os alunos”. (DUTRA E GRIBOKS 2005, p.3).

Neste conceito, quanto mais houver a participação do gestor nas medidas tomadas para que a inclusão aconteça melhor será a contribuição para a construção de uma escola democrática, participativa e acima de tudo que valoriza sua equipe.

**Pergunta 2 –** Como são vivenciadas as barreiras na comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar?

**Escola A -** *Na pratica há um esforço para compreender o aluno e o aluno para compreender os funcionários. Porque ele faz o uso da LIBRAS apenas com a interprete, mas ele se localiza não é uma linguagem usada por sinais, mas os funcionários usam gestos que ele entende.*

**Escola B -** *Na realidade a barreira da comunicação com o surdo é trabalhada dentro de sala de aula, mas fora de sala o aluno surdo não encontra profissionais capacitados para atende – lo uma vez que até mesmo pela cultura existente dentro da mesma há uma dificuldade de realização de cursos onde todos possam participar ou até mesmo que queiram aprender.*

A escola deve buscar caminhos cabíveis para criar ações que permitam a oferta de um ensino de qualidade que incluam todos no processo educativo, independentemente de suas limitações, e valorize a suas potencialidades frente aos desafios da aprendizagem. Segundo Mantoam (2002, p.62)

(...) uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, onde promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a

partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento.

Diante disto, o gestor tem o compromisso de estimular práticas inclusivas, criar mecanismos para que a escola se torne mais humanitária e justa, sendo norteador dos envolvidos no processo, tendo como ponto de partida conhecimento dos procedimentos pedagógicos atuais para avaliar as mudanças necessárias e os métodos e recursos específicos para cada situação pesquisando e buscando novas práticas.

**Pergunta 3** – A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?

**Escola A** - *A escola disponibiliza interprete e materiais no AEE ao quais o aluno pode utilizar para sua aprendizagem juntamente com a profissional da educação especial e a interprete.*

**Escola B** - *Sim, programas de computador, material didático, vídeo aula, livros entre outras. Além do interprete que acompanha as alunas sempre que necessário.*

Os recursos visuais e concretos utilizados dentro do ambiente escolar são de total importância para a aprendizagem do aluno com surdez para que este possa fazer comparações entre o que vê, com o sinal e a escrita, está manipulação de diferentes materiais ajuda o mesmo na compreensão do que lhe esta sendo ensinado.

Segundo Cerqueira e Ferreira (2000), “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes” (p.24).

Ao professor que tem em sua sala um aluno com surdez ou com outras necessidades especiais, este por sua vez não deve limitar o processo de criatividade e utilização de recursos pedagógicos que possam contribuir para motivar a vontade de aprender de seu aluno.

**Pergunta 4** – Quais são as concepções dos profissionais da escola sobre a relação gestão e inclusão.

**Escola A** – *Alguns acham que já é suficiente dar a vaga, outros querem que a escola instrumentalize para melhor atender.*

**Escola B** - *Há uma tentativa de construção dos princípios, nos quais no momento o que é feito é a efetivação da lei vigente, dano o que ao aluno o que a mesma pede como: interprete em sala e materiais necessários para a sua aprendizagem.*

É de conhecimento da escola que todos tem acesso a escola e direito de permanência nela, assim sendo todas as escola, devem estar preparadas para receber e incluir todos os

alunos que nela for matriculado assim como assegurar que a lei seja cumprida, entretanto não somente cumprir a lei mas também fazer com que esta não seja apenas uma situação imposta ou obrigatória para todos, como percebemos acima a responsabilidade da inclusão esta sobrecarregada ao professor e ao profissional da educação especial, não apresentando ações que realmente possam mover a inclusão social, mas esta é apenas uma realidade encontrada por muitas unidades de educação que precisa ser mudada. Segundo Mantoan:

[...] As escolas inclusivas, portanto, propõem a constituição de um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em razão dessas necessidades. A inclusão gera uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos e pessoal administrativo para que obtenham sucesso na escola convencional (MANTOAN, 1997, p. 121 apud SOUZA et al, 2005, p.17)

Nesse sentido, é importante ressaltar que a presença dos gestores na elaboração do plano de ensino e estratégias as serem utilizadas em sala de aula pelo professor tanto para o atendimento dos alunos com ou sem NEEs especiais, uma vez que a participação deste profissional da gestão pode favorecer para identificar as dificuldades encontradas e as necessidades de capacitação profissional, adequações do ambiente escolar e elaboração de ações de curto e longo prazo para que a escola possa se adequar ao desafio a ela proposto.

**Pergunta 5** – Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?

**Escola A** - *Não necessariamente. Porque os professores de sala de aula não têm habilidade de falar com o aluno especial, a não ser que o professor faça um curso de especialização, mas, no geral não estes professores de cada disciplina. Por isso a necessidade do interprete o tempo todo em sala de aula.*

**Escola B** - *Somente a interprete e a professora que acompanha as alunas. Os demais funcionários não estão preparados e não demonstram interesse em buscar esta especialização.*

É notória falta de capacitação profissional dentro do ambiente escolar voltado para a educação inclusiva, onde somente os profissionais da educação especial são conhecedores da língua de sinais e tem condições de uma conversa clara e objetiva com o aluno surdo.

A educação não deve ser um processo burocrático e cheio de outras prioridades que não sejam voltadas para a qualidade do ensino, a gestão escolar deve disponibilizar momentos de troca de conversa e até mesmo de desabafo de seus funcionários para que então possa se aproximar da realidade existente, assim como participar de seus anseio e dificuldades,

estimulando assim a troca de experiências. Neste sentido, Sage (1999, p. 135) também considera:

O papel do diretor em provocar as mudanças necessárias do sistema em cada nível – o setor escolar central, a escola e cada turma – é essencialmente um papel de facilitação. A mudança não pode ser legislativa ou obrigatória a existir. O medo da mudança não pode ser ignorado. O diretor pode ajudar os outros a encararem o medo, encorajar as tentativas de novos comportamentos e reforçar os esforços rumo ao objetivo da inclusão.

Ter alunos com necessidades especiais no ensino regular não deve ser visto como uma ação obrigatória, então cabe ao gestor escolar incentivar e tomar como ponto de partida e mudar a cultura existente dentro do âmbito escolar, promovendo novos olhares para a educação inclusiva e as adaptações que a escola precisa realizar para o atendimento a todos, no respeito das diferenças.

**Pergunta 6** – Como a gestão escolar organiza a estrutura do atendimento educacional especializado em sala de aula?

**Escola A** - *Na verdade o professor de LIBRAS, junto com a professora do AEE mais o professor do ensino regular, estes se comunicam entre si para que consigam fazer o planejamento e elaborar a atividade para que o aluno consiga se desenvolver.*

**Escola B** - *Esta troca de informações acontece entre a professora de sala e a interprete diariamente onde as mesmas se organizam sempre para que no dia seguinte possam trabalhar em conformidade com as necessidades do aluno.*

A escola deve criar mecanismos que venham contribuir para que aluno com NEEs não seja deixado de lado, excluído do processo educativo, inviabilizado por suas limitações e dificuldades sejam elas motoras, físicas, intelectuais e /os sociais. Partindo por este pressuposto, a gestão escolar precisa estar presente nos momentos destinados para a troca de informações entre professores e profissionais da educação especial, a fim de elaborar os materiais e ou atividades para o aluno com necessidades especiais, nesta perspectiva o aluno com surdez, buscando romper as barreiras que impedem à aprendizagem, identificando as necessidades dos alunos, dos professores e profissionais da educação para que a escola construa espaços para a valorização a identidade e autonomia no contexto escolar e social.

Para Azevedo e Cunha (2008) os gestores podem conhecer por meio de relatos e pesquisas os aspectos reais, as necessidades dos alunos e como ocorre o processo da inclusão na escola, para que seja possível identificar as possíveis barreiras que interferem no processo da inclusão.

Para Lück (2009) a gestão pedagógica está diretamente envolvida com o foco da escola, e constitui uma dimensão que promove a formação e aprendizagem dos alunos, e pode contribuir com as competências sociais e pessoais necessárias para inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho.

Considerando a dimensão da gestão escolar frente à inclusão, deve existir o interesse do gestor em criar espaços, criar momentos para que todos desenvolvam as competências.

**Pergunta 7** – Quais são as tensões e conflitos da gestão escolar para a inclusão de aluno surdo?

**Escola A** - *Conseguir interprete, material apropriado e despertar para uma conscientização.*

**Escola B** - *É a falta de conhecimento da LIBRAS e interesse por parte dos profissionais, pois muitas vezes é disponibilizado o curso mas ninguém quer participar.*

#### **4.2 O Professor e Profissional da educação especial**

O perfil do professor e profissionais da educação especial que se deseja alcançar, dentro dos padrões básicos para uma escola inclusiva é o de quem busca manter – se atualizado constantemente, dando importância ao ritmo acelerado do conhecimento, ou seja, o professor precisa ser um eterno aprendiz de seus próprios conceitos ou especializações, no processo de buscar informações e seleciona – las visando à adaptação do conceito antigo com a aplicação para o novo, colocando diante do aluno como alguém disposto a fazer troca de informações e não somente o depósito delas.

O professor que trabalha na educação inclusiva deve ainda pensar nas condições de cada aluno respeitando sempre seus limites e capacidades de aprendizagem, buscando sempre adaptar seu plano de aula em conformidade com a realidade encontrada em sala de aula. Entretanto esta em grande parte não é uma realidade uma vez que os professores entrevistados se mostram desmotivados e desanimados no trabalho a inclusão social, já que este não é valorizado pela gestão escolar, nem tão pouco por outros funcionários contidos no contexto escolar.

As análises expostas abaixo se referem ao questionário direcionado a professores e interpretes de alunos surdos. Os professores estão representados pelas letras A, B e os (as) interprete este representado pela letra C e D.

**Pergunta 1** – A gestão democrática oferece condições para a efetivação da aprendizagem, bem como a superação dos desafios para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais?

**Professor A** - *Sim, os gestores são parceiros dos professores, quando precisamos de cursos, material didático.*

**Professor B** - *Não, infelizmente a gestão age como se o aluno fosse somente do professor.*

**Interprete C** - *Não há, mas com a gestão democrática, há uma perspectiva de que algo possa ser pensado, que há a possibilidade de se planejar algo, preparar algo, de ter de repente alguém que tem um olhar melhor para a educação inclusiva.*

**Interprete D** - *Não, porque muitas vezes os profissionais nem sempre estão informados quanto aos cursos disponíveis e se o profissional tem a intenção de se profissionalizar precisa procurar sozinho.*

Como se pode observar grande parte da sociedade ainda não tem o contato com a LIBRAS, o que torna ainda mais trágico a ampliação dessa comunicação entre surdos e ouvintes. Uma vez que a LIBRAS é considerada como segunda língua oficial do Brasil, é necessário rever o que esta faltando para que a mesma seja reconhecida perante a sociedade, para que seja valorizada, acessada e explorada não apenas, pela comunidade Surda, mas pelos ouvintes também, pois desta forma pode-se oportunizar o diálogo entre ambos.

Segundo Freitas, (2006, p.37) “Logo, pensar acerca da escola inclusiva nos remete buscar alternativas de diferenciação pedagógica, possibilitando a todos o direito social de aprendizagem”. Portanto os profissionais e os gestores devem proporcionar os materiais necessários e capacitação profissional para que o aluno tenha ensino de qualidade.

**Pergunta 2** – Como a gestão escolar organiza a estrutura do atendimento educacional especializado em sala de aula?

**Professor A** - *Há reuniões destinadas para a discussão e planejamento de ações a cada 15 dias.*

**Professor B** - *Nenhum tempo, nem no conselho de classe é oferecido informação e ajuda ao professor.*

**Interprete C** - *Hoje nas escolas públicas, não há essa troca de informação com a gestão escolar. Se o aluno tem um interprete ou instrutor esse que se vira por conta própria para auxiliar este aluno em sala e estudar para ajudar o aluno a fazer as atividades.*

**Interprete D** - *Não há este momento com a gestão escolar, o interprete e o professor regular trocam informações todos os dias.*

A troca de informações entre professor e a equipe gestora, tem todos os subsídios necessários para o fazer da educação de qualidade, uma vez que em parceria os mesmos podem construir conteúdos significativos e condições adequadas para o atendimento as necessidades do aluno. Segundo PARO (2001, p.10)

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. É a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Atuar na educação inclusiva requer um olhar minucioso ao perfil do aluno, fazendo um trabalho democrático e participativo, onde todos os envolvidos possam ter sua contribuição em cada etapa das tomadas de decisão da escola, assim com evitar enclausuramento do professor em sua sala de aula e o isolamento da equipe gestora para os trabalhos administrativos da escola.

**Pergunta 3** – A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?

**Professor A** - *Sim, jogos pedagógicos, computadores disponibilizados pelo MEC com programas específicos para o AEE, dicionários, livros, apostilas, entre outros materiais didáticos.*

**Professor B** - *Sim, mas os recursos disponíveis são básicos e o professor e o interprete que compra livros, particulares para seu próprio suporte, que procura se especializar e participar de encontros com surdos adultos.*

**Interprete C** - *Sim, material didático bem básico, mas o recurso com maior qualidade e uma sala com o profissional habilitado para atender o surdo não há. A sala AEE existe, mas o profissional não está preparado para atender o aluno com estas necessidades.*

**Interprete D** - *Sim, mas prefiro utilizar os meus próprios materiais.*

De acordo com os dados qualitativos os recursos utilizados em sala de aula são oferecidos e de acesso à comunidade Surda no âmbito escolar, sendo estes multimídias de forma a expandir os conhecimentos do aluno Surdo e dar qualidade ao ensino, respeitando as diferenças linguística usada pela comunidade Surda. Nesta perspectiva “[...] ocasionalmente, se o aluno não conseguir entender as disciplinas acadêmicas de maneira significativa, será, então necessário o uso de outras alternativas.” (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p. 154 – 155).

**Pergunta 4**– Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?

**Professor A** - *Não, porque não dominam a LIBRAS e só conseguem se comunicar com a ajuda do interprete.*

**Professor B** - *Não, alguns procuram cursos a partir da chegada do aluno outros nem dão importância.*

**Interprete C** - *Não, porque a educação dos surdos, as leis e o ensino da LIBRAS entraram na grade curricular recentemente nas universidades. E existem muitos profissionais que se formaram antes de 2012 e que não tem nem contato com a LIBRAS, ou seja, os profissionais não estão capacitados infelizmente.*

**Interprete D** - *Não, tirando o interprete e o professor, os outros não tem formação e nem apresentam interesse em aprender.*

No que diz respeito à abordagem do questionário a investigar a atual situação da formação dos professores do ensino regular, indagando se os mesmos estão preparados e qualificados para atender a um deficiente auditivo todos os entrevistados responderam que não e que são poucos os que estão habilitados para atender esta carência mesmo sendo incentivados conforme correspondem às perspectivas da inclusão. Segundo Silva, Lima, Damázio (2007, p.14), [...] “os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez”. [...]

Portanto se faz necessário que o professor que tem em sala de aula um aluno com necessidades especiais seja capacitado de forma constante quando a necessidade que o mesmo encontra em sala de aula, porém deve ser disponibilizado para atender esse aluno não só um professor capacitado, mas também um profissional da área que venha a verificar as necessidades do aluno e juntamente com o professor vim a ser o mediador da situação de aprendizagem do mesmo, de forma a buscar meios que facilite a comunicação e a compreensão do que esta sendo trabalhado em sala.

**Pergunta 5** – Como os alunos Surdos desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante das dificuldades de comunicação através da língua de sinais e como é desenvolvida a comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula?

**Professor A** - *Se ele gostar da disciplina desenvolve normalmente, conforme ele for compreendendo o conteúdo passado, esta é uma outra barreira existente, o professor não estar preparado totalmente para lidar com a linguagem de sinais.*

**Professor B** - *Não desenvolve porque o mesmo precisa da ajuda de alguém e se não for o interprete o professor não sabe falar LIBRAS. O mesmo é direcionado para o AEE para*

**Interprete C** - *Aos trancos e barrancos, sozinho, enfrentando o preconceito. Aquela inclusão que existe na legislação, entretanto o professor na sala de aula por mais esforçado que seja tem um olhar ao surdo e não entende como deve fazer o plano de aula de acordo com as necessidades do aluno. E o surdo vai se adaptando a cultura do ouvinte e alguns vão passando apenas com a média e se desenvolvem precariamente sozinho, mesmo com a ajuda do interprete não é o suficiente. Então ele precisa desse olhar dos professores e da gestão para que estes possam entender a necessidade de adaptação das aulas para que o aluno consiga acompanhar o conteúdo.*

**Interprete D** - *É apresentada LIBRAS e o português com palavras, figuras e sinais. A turma onde as alunas surdas estão incluídas a turma toda tem conhecimento de LIBRAS, pois a mesma é ensinada diariamente. Porém há dificuldade quando não há interesse por parte do aluno surdo e a família que não aceita a LIBRAS.*

Como é de fato apesar de tantas leis que vem a favorecer a qualidade do ensino seja ele para pessoas com necessidades especiais ou não ainda sim encontramos varias situações que nos apresenta o quanto ainda têm que ser discutido e trabalhado em favor a inclusão escolar e a valorização das diferenças. Para o alcance desse objetivo como diz as respostas dos pesquisados, precisamos de profissionais capacitados, acesso a todos quanto ao conhecimento de LIBRAS, e a execução da lei proposta para que isso venha a acontecer, mas como diz um dos entrevistados quando não tem este profissional para atender a necessidade do aluno o professor procura trabalhar com materiais que venha a contribuir para o aprendizado do aluno e assim se em sala tem um colega que comunique melhor com ele pode estar dramatizando o que o docente esta ensinando o que não justifica a falta de profissionais na área já que por direito deve ser oferecido ao mesmo para que possa intermediar enquanto o professor também procura se interagir com os demais alunos da sala.

Para tanto se verifica a importância da convivência de ambas as partes no mesmo ambiente, pois assim como o Surdo poderá trabalhar o seu crescimento autônomo referente às questões do dia a dia, o aluno ouvinte também pode se favorecer aprendendo juntamente com o Surdo a respeitar as diferenças e a considerar as capacidades de aprendizado de cada um. Segundo Alves, (2006, p. 32), “o debate sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência resgata uma questão essencial à constituição de toda sociedade que se diz avançadas: a forma como o ser humano vê e trabalha com as diferenças”.

Esse fator leva a uma questão de analisar como esta sendo trabalhada esta questão de forma a realizar realmente a inclusão quando este aluno é aceito em sala de aula juntamente com ouvintes.

**Pergunta 6** – Quais princípios subjacentes do âmbito escolar na educação inclusiva de alunos surdos?

**Professor A** - *Capacitação de profissionais da educação especial e atendimento AEE em horário oposto ao ensino regular.*

**Professor B** - *Os alunos com necessidades especiais, bem como os surdos, têm direito a matrícula e permanência na escola, os professores fazem o possível dentro de suas possibilidades.*

**Interprete C** - *O que está por trás disso tudo é o atendimento a lei da inclusão, até porque a inclusão não acontece. Pois a inclusão não é só colocar o aluno em sala, mas dar condições para que este possa se desenvolver. Então não existe isso, não existe formação para os professores trabalhar com estes alunos, não entra no plano do planejamento escolar.*

**Interprete D** - *Há o processo de inclusão para cumprir a lei vigente, mas não há suporte ou plano de ação para melhoria da aprendizagem do aluno surdo.*

Os profissionais que tem alunos com surdez em sala de aula utilizam materiais na tentativa de adequar a sala de aula, entretanto muitas vezes não são incentivados a permanecer nesta caminhada por falta de recursos oferecidos a este fim, assim como também em grande maioria não há princípios subjacentes para o atendimento da educação inclusiva.

Por consequência dessa falha o aluno Surdo vem a pedir por uma escola que realmente faça a inclusão acontecer como no caso citado à cima, Escolas Bilíngües onde a primeira língua a ser ensinada seja a LIBRAS, com profissionais capacitados ou dominantes da mesma.

Com isso percebemos a falha do que se é pregado “inclusão escolar”, e nos apropriamos de outra situação que vem a favorecer mais a esta análise que apenas esta acontecendo a “integração escolar”.

**Pergunta 7** – Quais são as tensões e conflitos no atendimento do aluno com surdez?

**Professor A** – *O aluno surdo é teimoso, acredito que é devido ao seu desenvolvimento no meio, ele não aceita muito bem as sugestões do professor, se ele achar que está errado acabou ali, é muito difícil convence – lo do contrário. Se ele não quiser fazer uma tarefa ele não vai fazer e não existe meio termo para isso, se ele não gostar de uma disciplina ele não dará a atenção necessária. Pelo menos essa foi a experiência que vivi.*

**Professor B** – *Não tem amparo e suporte de ninguém da gestão escolar, o professor precisa buscar por conta meios para ter contato com o aluno. Ninguém da gestão quer saber do aluno surdo, o problema é da professora de sala e do profissional do ensino especial. Curso de LIBRAS é uma vez ou outra e muitas vezes quando tem ninguém quer fazer. Os profissionais da escola não se sentem em conflito para se mobilizar para o atendimento especializado ou formação profissional. Também a família que não aceita a necessidade do aluno.*

**Interprete C** – *Por trás disso tudo é o atendimento a lei da inclusão, até porque a inclusão não acontece. Pois a inclusão não é só colocar o aluno em sala, mas dar condições para que este possa se desenvolver. Então não existe isso, não existe formação para os professores trabalhar com estes alunos, não entra no plano do planejamento escolar.*

**Interprete D** – *Há o processo de inclusão para cumprir a lei vigente, mas não há suporte ou plano de ação para melhoria da aprendizagem do aluno surdo.*

Ao término da aplicação dos questionários aos interpretes e professores, foi realizada uma pergunta informação aos mesmos pedindo que estes realizassem sugestões para melhoria na qualidade no atendimento ao aluno surdo e os mesmos pontuaram algumas sugestões:

**Professor A** – *Investir em treinamentos e capacitações para o professor para surdos; Desenvolvimento de materiais específicos para surdos, mais visuais sem a presença de áudio.*

**Professor B** – *Sala com atendimento direcionado ao aluno surdo (Bilíngues, reforço da escrita da língua portuguesa). Reeducação dos olhares aos alunos surdos por parte da Gestão.*

### **4.3 O aluno surdo**

A análise refere-se ao questionário aplicado com um aluno Surdo, tendo como finalidade de perceber como esta sendo realizado o processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos.

Visando a preservação da identidade do Aluno Surdo o mesmo está representado por escolas A e B, análise contendo perguntas e respostas.

**Pergunta 1** – *A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?*

**Aluno A** - *Não, pois ainda a deficiência de profissionais nessa área.*

**Aluno B** – *Sim, figuras, desenhos no quadro.*

Os registros dos alunos Surdos induzem a acreditar que, o que esta mudando é somente a sala, mas que em relação ao aprendizado isso é por conta do aluno que deve aprender a LIBRAS juntamente com o Português, sem auxílio de um profissional ou um colega que possa interagir e contribuir para a troca de experiências. Sendo assim percebe que não existem um meio que faça valer os direitos do aluno surdo em meio a sociedade em que vive.

Reily (2004) destaca que no trabalho pedagógico com imagens, a significação “não está na percepção sensorial, mas, sim, no movimento de síntese e de interpretação” e nesse sentido torna-se necessário “avançar para sintetizar o sentido geral que o artista pretende comunicar” (p.29).

O trabalho com utilização de recurso didático visual para o atendimento do aluno surdo, pode favorecer a aprendizagem para que esta se torne mais significativas na construção de sentido pelos surdos.

**Pergunta 2** – Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?

**Aluno A** – *sim. Algumas*

**Aluno B** – *Sim, os professores e interprete ajudam muito no aprendizado.*

Os alunos entrevistados demonstram satisfação quanto ao atendimento realizado por parte do interprete e professor do ensino regular, uma vez que os mesmos estão em constante adaptação para proporcionar os princípios básicos para que o aluno com necessidades especiais possa ter um ensino de qualidade.

Segundo Sá (2009, p, 45) “O reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circunda. ” Mesmo havendo o profissional da educação especial e ou interprete a disposição do aluno surdo, bem como o professor de sala presente no planejamento das práticas inclusivas a serem adotadas para o desenvolvimento do aluno surdo, ainda sim é preciso que se tenha a formação adequada e que busque constantemente praticar a LIBRAS, com os alunos ouvintes e professores envolvidos no processo.

**Pergunta 3** – Como os alunos Surdos desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante das dificuldades de comunicação através da língua de sinais e como é desenvolvida a comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula?

**Aluno A** – *através da língua de sinais LIBRAS.*

**Aluno B** – *Os colegas têm sala tem conhecimento da LIBRAS e quando não entendem o que eu falo eles perguntam para a interprete.*

Pinheiro (2010, p. 20), ressalta que "a linguagem humana é natural, não é herdada [...], mas o homem aprende a sua Língua e é dotado de cultura e de capacidade de expressar sentidos diferentes de acordo com as diferentes situações [...]". Diante do exposto é notório que a linguagem possui um valor fundamental na vida do ser humano já que esta por sua vez é o meio condutor que leva as pessoas a entender umas pelas outras.

**Pergunta 4** – Quando falamos em inclusão das pessoas com necessidades especiais, estamos dizendo em tornar-los participantes da vida social, econômica e política, e assim assegurando os direitos e deveres de cada um. Portanto você acredita que para tornarmos essa afirmativa em realidade a gestão escolar juntamente com sua equipe pedagógica deveria promover ações para disseminar a LIBRAS no ambiente escolar mediando uma comunicação entre surdos e ouvintes aprendendo uma linguagem inclusiva?

**Aluno A** – *Sim, há essa necessidade.*

**Aluno B** – *Com certeza, facilitaria o aprendizado, acesso e sentimento de inclusão.*

Dentro desta perspectiva analisemos esta citação que, Segundo SÁ (2000, p.106):

Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda/de surdo e nos de identificação dos surdos entre si.

Ou seja, se a língua de sinais é o elemento importantíssimo para o bom desenvolvimento e identificação da identidade surda, esta precisa ser disseminada além do contexto interprete e aluno surdo, mas ganhar horizontes para a inclusão social em meios a promoção desta linguagem e assim favorecer uma comunicação clara e objetiva entre surdos e ouvintes.

**Pergunta 5** – Em sua opinião em qual situação podemos dizer que o aluno surdo tem um bom rendimento do conteúdo ministrado em sala? A) Em sala de aula juntamente com ouvintes. B) Em sala de aula somente com Surdos. Justifique sua resposta.

**Aluno A** – *Com ouvintes e surdo a dinâmica é mais produtiva. Só entre surdos se sentem em um quadrado isolado.*

**Aluno B** – *Com surdos e ouvintes. Porque tem surdos e ouvintes e todo mundo aprende LIBRAS.*

O processo de inclusão precisa ser dinâmico e buscar meios para propiciar qualidade de educação para todos e fazer com que o aluno Surdo ou qualquer outra necessidade especial, sintam-se acolhido pelo ambiente escolar, porém como podemos analisar a partir da resposta do aluno entrevistado, o mesmo justifica a preferência pela sala onde estejam juntos Surdos e ouvintes para que a LIBRAS possa ser disseminada. Entretanto o profissional envolvido neste processo precisa estar preparado para que esta dinâmica aconteça naturalmente, pois ao contrário este aluno pode ser excluído ao invés de ser incluído.

**Pergunta 6** – Quais são as tensões e conflitos existentes para a inclusão de alunos surdos?

**Aluno A** – *falta de profissionais com LIBRAS, é complicado o português.*

**Aluno B** – *Dificuldade para comunicar fora da sala de aula.*

Mesmos havendo muitas tentativas em realizar a inclusão está por sua vez ainda está em fase de adaptação, precisando de um olhar que busque a transformação da escola e as práticas inclusivas de acesso a todos a uma educação de qualidade. Segundo Aranha (2004, p.65):

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Diante da citação realizada acima, percebe – se que muitas ditas “inclusão” estão sendo realizadas apenas com a inserção do aluno na rede de ensino, e colocando este à mercê das condições mínimas que lhe podem ser ofertadas por direito.

**Pergunta 7** – Quais são as tensões e conflitos para a inclusão do aluno surdo?

**Aluno A** – *falta de profissionais com LIBRAS, é complicado o português.*

**Aluno B** – *Dificuldade para comunicar fora da sala de aula.*

A inclusão leva a reconhecer a importância da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS no âmbito escolar. A conquista da disciplina nas Universidades e Faculdades mediante Lei N° 10.436 e regulamentada no Decreto N° 5. 626 tem sido uma grande conquista. Entretanto há a legislação que ampara mas a falta de profissionais capacitados para atender este público é escassa, limitando – se apenas ao interprete.

Ao solicitar aos mesmos sugestões e melhoria para a gestão escolar em relação à inclusão de alunos surdo no ensino regular, diante de tudo o que foi abordado os alunos entrevistados apenas solicitaram a disponibilização de “mais profissionais, interpretes na língua de sinais LIBRAS” e outro não quis sugerir melhorias.

#### **4.4 Família do aluno surdo**

A análise refere-se ao questionário aplicado com familiares de alunos Surdos, contendo dezessete perguntas cada um, tendo como finalidade de perceber como esta sendo realizado processo de ensino aprendizagem dos alunos Surdos, no contexto familiar, visando às dificuldades enfrentadas no seu dia a dia dentro o percurso escolar e sua vida profissional, relacionada ao atendimento especializado representado pela letra A e B.

**Pergunta 1** – A gestão democrática oferece condições para a efetivação da aprendizagem, bem como a superação dos desafios para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais?

**Família A** – *Não, pois ainda a deficiência de profissionais nessa área.*

**Família B** – *Sim, com a ajuda do interprete e da professora a aprendizagem acontece, porque as mesmas têm conhecimento da LIBRAS e tratam a aluna igual as outras.*

Há uma divergência de informações da escola A para a escola B, acredita – se que o fato da escola B ser uma escola com salas bilíngues em horário oposto ao do ensino regular isso deixa bem satisfatório o atendimento realizado ao aluno surdo da família B.

**Pergunta 2** – Quais as percepções que você possui relativamente ao desempenho das práticas inclusivas utilizadas de acordo com a legislação vigente de inclusão?

**Família A** – *O interprete e atividades interativas com a sala, uso de imagens.*

**Família B** – *Atividade diferenciada, uma vez que nas séries iniciais a aluna não teve suporte, após entrar nesta escola a aluna evoluiu 90%.*

A interação do aluno surdo com a comunidade ouvinte favorece e muito o aprendizado do mesmo, proporcionando trocas de saberes, acréscimos de experiências e valorização do respeito as diferenças, tornando este cidadão solidário uns com os outros. Segundo CAVALCANTE (2005, p. 40):

Por falta de informação ou omissão de pais, de educadores e do poder público, milhares de crianças ainda vivem escondidas em casa ou isoladas em instituições especializadas, situação que priva as crianças com ou sem deficiência de conviver com a diversidade.

Por muitos anos os surdos viveram isolados da sociedade, sendo proibidos de exercer o uso da língua de sinais, entretanto é notório o crescimento da inclusão a cada ano, e nesta perspectiva o desafio lançado é a oferta do ensino de qualidade que atenda todas necessidades básicas que este aluno precisa para ter um bom desenvolvimento.

**Pergunta 3** – A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?

**Família A** – *Sim. Algumas.*

**Família B** – *Caderno com atividades, jogos, alfabeto móvel.*

Os recursos visuais são importantes ferramentas para as práticas inclusivas, entretanto muitas vezes não são utilizadas em toda a sua potencialidade. De acordo com Lebedeff (2010), as práticas de ensino ainda são baseadas na fonética da língua oral e se sobrepõem ao uso de ferramentas visuais, intensificando a necessidade de pesquisas sobre tal abordagem na educação de alunos surdos.

**Pergunta 4** – No cotidiano familiar, todos tem acesso a LIBRAS – língua Brasileira de Sinais?

**Família A** – *Sim. Exceto o pai.*

**Família B** – *Somente a mãe tem conhecimento da LIBRAS, o pai não tem interesse.*

Muitas famílias têm dificuldade de aceitação quando identificam que seu filho apresenta algum tipo de necessidade especial, entretanto segundo PEREIRA (2008, p.34):

O trabalho com os pais é sem dúvida alguma, o princípio de toda a educação e cabe a orientação aos mesmos de como vai ser importante a colaboração deles na estimulação. Lembramos que cada profissional também deve esclarecer aos pais dados sobre o prognóstico, o tratamento, as dificuldades associadas que a criança possui interligada à deficiência auditiva e a imperiosa tarefa de auxiliá-lo na aceitação do problema, conscientizando as possibilidades reais da criança

A família é a base das crianças e estas precisam amadurecer a ideia de ter um filho com necessidades especiais e buscar subsídios que favoreçam o desenvolvimento desta, assim como formações para que a família possa desenvolver a Libras e estimular a criança a desenvolver a comunicação fluente de acordo com suas etapas de aprendizagem. Couto (1985 p.64) ressalta:

Com a constatação da surdez, novos encargos são acrescentados a uma família. O novo passo será a procura de uma Instituição especializada, onde o casal pode receber esclarecimentos, apoio e orientação na educação e habilitação do seu filho. Não se esqueça de que os primeiros anos de vida são fundamentais para todo o desenvolvimento. Por isso procure ajuda para que a criança receba por parte da família e da Instituição a estimulação adequada desde o início.

Esta busca da família pela instituição especializada, favorece o tratamento adequado e auxilia para que a criança não deixe para ter a aprendizagem tardia do processo de comunicação, a qual em muitos casos prejudicam os surdos pois estes quando obrigados a exercer o uso da língua de sinais e escrita encontram dificuldades e até rejeição por falta de facilidade no aprendizado.

**Pergunta 5** – Como os alunos Surdos desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante das dificuldades de comunicação através da língua de sinais e como é desenvolvida a comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula?

**Família A** – *Sim. Através da língua de sinais LIBRAS.*

**Família B** – *Sim. Ela tem boa comunicação com colegas e professores e gosta muito de vim a escola.*

Quando se fala na escola regular, sabe-se que o desenvolvimento da linguagem da criança surda leva alguns temores aos pais, diante da perspectiva que o filho surdo não possa aprender a falar.

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita não advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los (SILVA, 2007, p. 21).

Em parceria com a escola, a família também deve se responsabilizar para dar os subsídios básicos aos alunos com surdez para a preparação do mesmo para a vida em sociedade, dispondo ao mesmo o uso da LIBRAS e assim permitindo seu ingresso na realidade sociocultural, com efetiva participação na sociedade.

**Pergunta 6** – Quando falamos em inclusão das pessoas com necessidades especiais, estamos dizendo em tornar-los participantes da vida social, econômica e política, e assim assegurando os direitos e deveres de cada um. Portanto você acredita que para tornarmos essa afirmativa em realidade a gestão escolar juntamente com sua equipe pedagógica deveria promover ações para disseminar a LIBRAS no ambiente escolar mediando uma comunicação entre surdos e ouvintes aprendendo uma linguagem inclusiva?

**Família A** – *Sim. Assim se torna mais fácil aprendizado dos alunos.*

**Família B** – *Fora da sala de aula percebo dificuldade de comunicação entre os funcionários da escola que elogia a aluna, mas não sabe se comunicar em LIBRAS. Seria bom se a escola promovesse cursos de aprendizagem da língua de sinais.*

Facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes é um dos papéis da escola, esta que por sua vez é grande influenciadora pois é um ambiente no qual podemos chamar de “laboratório”, onde os alunos ali presentes têm a oportunidade de expor ideias, fazer experiências, errar, acertar e começar tudo de novo. Disseminar a LIBRAS neste contexto favorece e muito para o rompimento de barreiras que possam encontrar no decorrer da vida deste aluno surdo, contribuindo também para a sua vida pessoal e profissional.

A inclusão no mercado de trabalho, vem identificando muitos talentos nos jovens surdos que demonstram cada vez mais interesse em fazer parte do quadro de funcionários, foi sancionada a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que fala de mecanismo de cotas de deficientes que determina a reserva de A importância do papel do intérprete de libras 178 Cadernos da Fucamp, v.14, n.20, p.168-181/2015 vagas para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitado, entre 2 a 5% junto às empresas privadas com mais de 100 funcionários (FENEIS).

Por fim investir na capacitação de profissionais para atender alunos com necessidades especiais, dentro dos padrões desta tese o aluno surdo ao qual faz uso da LIBRAS para se comunicar, pode contribuir tanto para o fortalecimento da equipe, aceitação deste aluno

dentro da escola por parte dos funcionários e alunos ouvintes, bem como oportunizar a todos a chance de aprender uma linguagem nova e significativa.

**Pergunta 7** – Quais são as tensões e conflitos encontrados na inclusão do aluno surdo?

**Família A** – *Falta de compromisso da professora com minha filha, ela já estuda a um ano com a mesma professora e minha filha só consegue se comunicar com a interprete. Acredito que poderia haver esforço tanto da professora quando dos demais funcionários para aprender a LIBRAS.*

**Família B** – *Percebo que há dificuldade de a escola aceitar que a criança é capaz de aprender e ter um desenvolvimento, só porque ela é surda. As vezes elogiam quando estou perto, mas não vejo algo mais ser feito por ela.*

Conclui – se que a família é o porta voz da criança com necessidades especiais, entretanto muitos não estão preparados para cobrar e fazer valer o direitos de seus filhos. De um modo geral as dificuldades relatadas pelos mesmos independente do locus em que se encontram são: Aceitação da família quanto a necessidade do filho; Aceitação da diversidade; Aprovação social; Preconceito; Desrespeito; Aprovação e inclusão escolar. Esta infelizmente é uma realidade ainda presente em nossa sociedade onde a cultura é manter os padrões e não identificar o próximo como possível de se desenvolver mesmo sendo diferente.

## CAPÍTULO V: CONCLUSOES

*"A língua é a chave para o coração de um povo. Se perdemos a chave, perdemos o povo. Se guardamos a chave em lugar seguro, como um tesouro, abriremos as portas para riquezas incalculáveis, riquezas que jamais poderiam ser imaginadas do outro lado da porta."  
Eva Engholm*

O presente capítulo tem com fianlidade expor as conclusões dos resultados obtidos com esta pesquisa, com considerações sugestivas para políticas educativas, formação continuada, sugestões para novas linhas de investigação na area da inclusão.

### 5.1. Conclusões Gerais (produto da análise dos dados)

Tendo em vista que a Educação tem como função a formação e socialização do conhecimento, tornamos como indispensável e importante um trabalho que promova uma reflexão a respeito da aceitação das diferenças, este que por sua vez envolva todos os profissionais da educação contidos dentro do ambiente escolar, assim como os alunos surdos ou ouvintes e família e a sociedade em geral. Uma vez que sabemos que o segmento que tem todos os subsídios básicos para que o processo de inclusão se torne realidade é a escola, nesta perspectiva cabe ao gestor realizar práticas que possam contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, orientando e conduzindo o professor e profissional da educação na teoria e prática das situações de aprendizagem utilizadas diante de cada necessidade encontrada no ambiente escolar. Entretanto muitos gestores estão realizando apenas o trabalho administrativo de sua função e estas escolas que deveriam ser as principais acolhedoras das crianças especiais e suas famílias, na prática, mostram-se despreparadas.

Diante dos resultados coletados nesta pesquisa identificou – se que muitas escolas estão à espera de que o aluno surdo venha a se “enquadrar” aos seus sistemas “padrões”, ao invés de buscar meios para dar subsídios básicos do atendimento que lhe é por lei de direito.

Muitos dos professores entrevistados criticam quanto a capacitação profissional, entretanto mesmo sabendo que a inclusão é uma possibilidade de avanço para a escola e de aperfeiçoamento das práticas educativas, porém, alguns professores ainda demonstram desconforto e falta de preparo ao receberem crianças especiais em suas salas de aula.

### 5.2. Discussão Teórica (produto do Marco Teórico, Objetivos e análise dos dados)

Para discussões teóricas, o foco de interesse nesta pesquisa constituiu por selecionar as principais referências dos grandes teóricos pesquisadores da gestão escolar e educação inclusiva.

A presente tese teve como objetivo geral compreender as dinâmicas do exercício da liderança do gestor escolar diante da inclusão de alunos surdos e as tensões e conflitos encontrada dentro desta perspectiva. Por isso, recorreu-se aos estudiosos como:

Quadros, Ronice Muller de. Doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina desde 2002 e pesquisadora do CNPQ - PQ1C, com pesquisas relacionadas ao estudo das línguas de sinais, desde 2006. Apresenta questões teóricas da educação dos surdos, LIBRAS, bilinguismo, entre outros assuntos que envolvem a língua de sinais, seus livros apresentam exemplos de atividades que os professores podem utilizar como estratégia de ensino dentro de sala de aula para o contexto inclusivo.

REILY, Lucia. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é docente associada da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, e Ensino da Arte, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial, estudos da deficiência, arte e deficiência, formação de professores e artes visuais.

GAVIOLI, Aparecida de Fátima (2008), Mestre em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi grande contribuindo para a realização deste trabalho, uma vez que a mesma reuniu em sua dissertação documentos de pesquisa, referente a história da educação de surdos em Cacoal/RO: Um encontro com a realidade.

CARVALHO, Rosita Edler. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus estudos e pesquisas são voltadas para o compromisso na construção de uma escola inclusiva, as obras dela utilizadas nesta tese abordam a questão da organização do trabalho pedagógico para uma escola inclusiva, apontando a organização da infraestrutura, planejamento e metodologias utilizadas pelo professor e gestão educacional.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Doutorado em Educação (História e Filosofia da Educação) pela Universidade de São Paulo. É autor de livros e artigos sobre educação escolar e direitos da pessoa com deficiência. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação escolar, formação de professores, educação especial, inclusão social e escolar e políticas educacionais.

FREITAS, Soraia Napoleão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Desenvolve pesquisa na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial, educação, altas habilidades, inclusão, educação inclusiva e políticas públicas.

A partir dos diferentes argumentos apresentados nesta tese e tendo em conta as realidades observadas, esta pesquisa analisa os princípios, as tensões e conflitos subjacentes da gestão escolar no processo da educação inclusiva de alunos surdos no ensino regular. Buscou: conhecer as orientações de política pública (plano de ação da SEMED e documentos do MEC) e da escola (PPP) sobre as relações entre gestão escolar e inclusão. Identificar o perfil formativo e as competências dos professores, gestores e os profissionais da escola em relação a inclusão. Conhecer as concepções dos gestores, professores, alunos e família referidas a processos de gestão e o desempenho das práticas inclusivas. Descrever as ações promovidas pela gestão escolar para a inclusão. Caracterizar o processo formativo, a comunicação na língua de sinais e as dificuldades do aluno surdo na sala de aula. Determinar as tensões e conflitos da gestão escolar em um contexto de inclusão de alunos surdos.

Referente a gestão e inclusão escolar dentro da perspectiva de analisar as concepções, conflitos e tensões existentes no ensino regular com alunos surdos nas escolas municipais de Vilhena, Rondônia, Brasil. Foi possível avaliar como o gestor é grande influenciador no processo de ensino e aprendizagem, este por sua vez tem a chave de fazer ou não a inclusão dentro do contexto escolar, entretanto muitos ficam de braços cruzados apontando a culpa de não incluir em seus superiores e subordinados, deixando de reunir sua equipe e realizar boas práticas que poderiam ser exemplos e influencia para o ponto de partida em questão. O cargo do gestor, diretor, líder é nomeado como cargo comissionado ou seja a cada prefeito se tem um novo diretor, nesta realidade quase todos estão despreparados para atuar na função em que lhe é ofertada, demonstrando inesperientes diante das ações que precisam ser realizadas e muitos deixam suas atividades divididas para terceiros.

Diante desta realidade a inclusão é algo distante de acontecer, já que de acordo com os dados coletados até os profissionais da educação especial se mostram desmotivados em fazer a diferença, uma vez que se deparam com a falta de interesse e atenção da gestão escolar, quando não são tachados como “chatos” ou “inconvenientes” por tentar fazer algo diferente e que venha a trazer desconforto ao padrão já existente na cultura da escola.

### **5.3. Projeções Gerais**

A aceitação da inclusão e respeito a LIBRAS língua de sinais utilizada pelos surdos, tem uma grande trajetória dentro do contexto histórico, com muitos casos de preconceito, isolamento da criança com deficiência por não aceitação da sociedade, assim como por muitos

anos estes tiveram seus direitos tomados sendo proibidos de fazer o uso da língua de sinais como afirma os relatos encontrados nesta tese em antecedentes da política internacional de nacional.

Educação inclusiva é uma proposta que ainda está sendo adaptada pelos profissionais que exercem a função de gestor escolar, entretanto muitos documentos oficiais (nacionais e internacionais), orientam como deve ser as práticas inclusivas realizadas dentro do contexto escolar.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1997, p. 5).

Realizar a inclusão não se resume em apenas adaptar o ambiente escolar, mas sim dispor de um novo olhar as necessidades do aluno, proporcionando a todos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento, tornando a escola aberta e disposta a mudar sempre que necessário, realizando reuniões, elencando pautas, adequando práticas e currículo escolar.

Podemos concluir com este trabalho que há uma grande caminhada cheias de desafios para que a educação inclusiva possa acontecer, uma vez que conforme análise de dados coletados atualmente existe uma discrepância entre a legislação em vigor e o que realmente é realizado na prática. Entretanto a responsabilidade das práticas inclusivas não são inteiramente da gestão escolar, o município, o estado, a família, e toda as sociedade, podem e devem estar à frente das ações que possam contribuir nas ações que tornam a escola inclusiva, realizando a partilha de responsabilidades e do respeito as diversidades existentes, não exclusivamente no ambiente escolar mas em um todo.

Somente com a adoção das medidas administrativas e pedagógicas por parte da gestão escolar que possivelmente a inclusão fará parte do processo educativo em termos práticos, contribuindo então para o desenvolvimento das capacidades sociais, organizativas, técnicas e metodológicas do aluno surdo dando ao mesmo o que lhe é de direito, o acesso a autonomia e aprendizado de qualidade.

Com base nestas reflexões, sugere – se que alguns estudos sejam apontados como políticas educativas dentro desta modalidade, assim como a possibilidade de outras linhas de investigação referente a este tema pesquisado.

### 5.3.1. Sugestões para as Políticas Educativas

As políticas educacionais, são pertencentes ao grupo de políticas públicas sociais do país em questão, sendo este um instrumento de ações educacionais que se faz presente através legislação educacional.

A concepção de gestão acerca da educação inclusiva, este por sua vez diante de exemplos concretos de uma gestão democrática, é grande influenciador dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, podendo ser de grande valia para a realização das práticas inclusivas dentro do contexto escolar. Ainda que percebe – se que esta é uma realidade distante, há muitos profissionais dispostos a dar andamento e continuidade nessa luta pelos direitos de todos a uma educação de qualidade e respeito as diferenças. Nesta perspectiva, após o desenvolvimento desta tese, a sugestão para as políticas educacionais são:

- ✓ *Políticas que contemplem salas de aula bilíngues dentro da própria instituição de ensino, fomento e difusão de LIBRAS em todos os espaços escolares.*

A proposta é realizar o delineamento de ações educacionais, que visam superar a exclusão no ambiente escolar, as salas bilíngues nas quais com a presença de duas línguas no interior da escola possam ser utilizadas respeitando o lugar de pertinência de cada grupo, mantendo a hegemonia do português nos processos educacionais, assim como disseminando a LIBRAS dentro do contexto escolar.

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a LIBRAS e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º)

A sala bilíngue proporciona a inclusão tanto do surdo como do ouvinte, fortalecendo a multiplicação e disseminação da LIBRAS, em conformidade com o que a lei propõe.

- ✓ *Políticas que contemplem as exigências do mundo do trabalho quanto aos domínios de habilidades e competências para inserção ao mercado numa sociedade agregada aos avanços da tecnologia e da globalização.*

Um dos grandes desafios na inclusão de surdos no mercado de trabalho, muitas vezes é a falta de orientação quanto a seus direitos e deveres como trabalhador, assim como as exigências do mercado quanto ao perfil do profissional que este procura encontrar ao contratar um funcionário para sua empresa. Muitos surdos ainda não estão capacitados para a permanência no mercado de trabalho, pois teve uma educação escassa durante sua vida de estudante, sendo empurrado ou apenas elevado, enquanto na realidade não era atendido como deveria. Então a proposta é uma educação no qual ao sair da escola do ensino básico este surdo tenha condições de dar continuidade a sua formação profissional com base nas orientações dadas pelos grandes profissionais que realmente o incluíram dentro do processo de ensino e aprendizagem, fortalecendo a auto estima do mesmo e ampliando seus conhecimentos.

- ✓ *Políticas que forneçam formação continuada para toda a equipe da educação, não somente para professores na área da inclusão, uma vez que para que a inclusão venha a acontecer a comunicação deve ser clara e objetiva.*

Para trabalhar com o aluno com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2007, aponta como deve ser a formação docente.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL,2007).

Esta citação se refere aos professores, pois infelizmente quando se pensa em educação inclusiva o primeiro a ser chamado como “responsável pelo problema” é o professor da sala em que este aluno está matriculado e os profissionais da educação especial (interprete e AEE), mas esta realidade precisa ser mudada. A gestão escolar precisa modernizar a escola e mobilizar sua equipe para que todos tenham acesso aos programas de capacitação continuada,

sendo esta externa ou interna e assim construir uma escola que seja verdadeiramente inclusiva e preocupada com as necessidades do seu público.

- ✓ *Políticas de inclusão como forma de superação da discriminação e exclusão do aluno surdo por meio do aluno ouvinte, visando realizar acompanhamento e inserção de técnicas que possam trabalhar a aceitação das diversidades encontradas em sala de aula.*

Uma das mais difíceis tarefas encontradas dentro do ambiente escolar, é educar todos sem exclusão. Diante deste contexto educacional diversificado, os maiores instrumentos das boas práticas de ensino é o respeito e valorização da diversidade, os profissionais precisam estar preparados para conciliar as ações, no acompanhamento e avaliação das capacidades formativas, sociais, organizativas e metodológicas do aluno, mantendo sempre clara e objetiva a comunicação e aconselhamento aos familiares e alunos referente ao seu desenvolvimento escolar, fazer com que o feedback das ações realizadas e os sentimentos do aluno quanto ao atendimento ofertado seja possível de acontecer, para que então as ações necessárias possam ser planejadas em conformidade aos conflitos e tensões encontradas durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Cavalcante (2004) observa que há irresponsabilidade e descompromisso dos profissionais e da direção da escola, pois não promovem uma reflexão por parte das crianças sobre suas próprias diferenças e atitudes ao exporem o colega a constrangimentos.

Todos os alunos sem exceção precisam estar inteirados quanto as práticas educativas de inclusão existentes na escola, esta deve ser uma disseminação que não pode ficar apenas no papel, mas deve ser colocado para a construção prática no cotidiano da escola. Isso exige a cumplicidade de os membros da comunidade escolar, uma vez que cada uma deverá assumir parte das responsabilidades desta tarefa que não deve ser feita de forma isolada.

Esta proposta deve estar bem estrutura dentro do PPP – Projeto Político Pedagógico da escola, constando não somente execução da legislação vigente, mas também a ações que se pretende realizar para que se alcance os objetivos traçados, neste contexto a inclusão escolar, ou seja realizar diagnóstico precoce, diagnóstico de acompanhamento, mapa da diversidade, assessoramento e formação, aplicação de estratégias de aula que busque a participação de todos os envolvidos, capacitação continuada e avaliação de todos os envolvidos (professor, aluno, família, gestão e todos os profissionais existentes no contexto escolar). A inclusão não pode existir somente dentro da sala de aula, ela precisa expandir para todo o ambiente escolar.

- ✓ *Políticas de orientação a família quanto a seus direitos, assim como dar subsídios necessários para a superação da rejeição familiar quanto a criança especial.*

Muitas famílias enfrentam períodos difíceis antes de aceitar internamente que seu filho ou filha é especial, entretanto com o tempo, adaptam – se a situação e acabam sendo contribuintes para o desenvolvimento da criança, outros permanecem com a interiorização do preconceito que é estabelecido pela sociedade que exclui quando algo foge dos padrões existentes. Segundo Tavieira (1995), é comum um período inicial de choque, depois de tristeza ou ansiedade, para, em seguida e gradualmente, ocorrer uma reorganização emocional.

Diante desta dificuldade, a sugestão é que se tenha um olhar mais sensível a realidade destas famílias que precisam enfrentar suas próprias barreiras para então ser pilar para a socialização destas crianças. Em direcionamento aos pais de surdo estes por sua vez permanecem com a língua materna da LIBRAS durante a vida toda por não tem um amparo básico que os direcione a ampliação da língua de sinais, já que em grandes casos o máximo que conseguem saber é a legislação que ampara o surdo no ensino regular, mas sem saber que está também exige que o aluno não seja somente matriculado, mas que tenha todos os subsídios necessário para o sucesso em sua aprendizagem e permanência na escola.

### **5.3.3. Sugestões para novas linhas de investigação**

Para a construção de uma escola inclusiva, se faz necessário modernizar com capacitação dos professores e profissional da equipe da educação escolar, bem como utilização das experiências dos professores e profissionais da educação que trabalham nas séries com alunos surdos para aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, troca de informação, adaptações curriculares e valorização profissional com aceitação de ideias, incentivo ao trabalho inclusivo e realização de trabalho em equipe, ou seja coletivo, uma vez que muitos profissionais entram motivados em suas funções e disposto a trabalhar, mas quando se depara com tanta burocracia muitos vão desanimando e se enquadrando aos padrões obsoletos existentes dentro do contexto escolar. Carvalho (2004, p. 29):

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresente, dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento.

Nestas condições todos os alunos precisam ser ajudados, não somente alunos especiais, mas que por inúmeras causas apresentem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, entretanto dentro destas perspectivas é preciso reconhecer que o gestor não é o único que precisa apoiar o professor, mas este também precisa ser apoiado para que as práticas possam dar andamento e assim serem efetivamente realizadas.

À gestão escolar cabe muito mais do que uma técnica, cabe incentivar a troca de ideias, a discussão, a observação, as comparações, os ensaios e os erros, é liderar com profissionalismo pedagógico. Cada escola tem sua própria personalidade, suas características, seus membros, seu clima, sua rede de relações. (TEZANI, 2004, p. 177)

Para que os alunos surdos tenham a oportunidade de desenvolver conhecimentos técnicos, éticos, políticos e adultos emancipados e autônomos, a educação inclusiva precisa estruturar suas práticas para que a cultura e o saber possam ser estimulados durante todo o processo de formação deste indivíduo. Conforme relata FERREIRA (2010):

Mudar a história de comunidades para melhor pode parecer uma postura onipotente, porém é um fato que, após os primeiros estudos sobre língua de sinais, as comunidades surdas, passaram a ser mais respeitadas e sua língua valorizada. (Lucinda Ferreira, p. 13).

Valorização e respeito é primordial para a construção de uma escola inclusiva, construída por meio de grandes lutas e grandes sofrimentos. É preciso mudar esta história, modernizar a forma de olhar, pensar e reagir com o próximo, para que este tenha a oportunidade de exercer seus direitos.

Para dar continuidade a investigação desta linha de pesquisa, aponta – se a discussão de novas abordagens:

- ✓ Refletindo sobre as abordagens metodológicas utilizadas pelo professor no ensino do aluno surdo.
- ✓ Os desafios para ensinar a língua Portuguesa a alunos surdos, sem descaracterizar sua cultura.

- ✓ A necessidade de inserir a Unidade curricular de LIBRAS no ensino fundamental e médio.
- ✓ Considerações para uma aprendizagem significativa de alunos surdos: Material didático.
- ✓ Propostas educativas previstas para curto e longo prazo, visando a inclusão de alunos surdos
- ✓ Como se dá a interação entre professor, aluno ouvinte e aluno surdo dentro da sala de aula.

Acredito que além destas abordagens sugeridas muitas outras possam contribuir para dar continuidade a este tema, uma vez que a área da inclusão é ampla e curiosamente muito discutida por muitos autores e grandes educadores.

## REFERENCIAS

- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 10 setembro. 2018.
- A BIBLIA sagrada: Tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.
- ALVES, Denise de Oliveira. Inclusão escolar de alunos com deficiência: expectativas docentes e implicações pedagógicas. INCLUSÃO. Brasil, v.02, nº 03, p. 31 a 36, 2006.
- ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: [www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp). Acesso em: 05.agosto.2018.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação/ SEESP, 2001b.
- CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil. Tese de Doutorado. UFCAR. São Carlos, 2006.
- CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva**. 7º Ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.176p.
- CARVALHO, R. E. Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva. 7º Ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.176p.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CASILIMAS, C. A. S. **Investigación cualitativa**. Bogotá: ARFO Editores e Impresores Ltda. 2002.
- CAVALCANTE, A. V., **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escolar**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.
- CAVALCANTE, M eire. A escola que é de todas as crianças. In: Revista Nova Escola. Ano XX, nº 182. São Paulo: Editora Abril, maio de 2005, p. 40-45.
- CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na educação especial. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de 1996. p.15-20.
- COUTO, Alpia Ferreira. Como Compreender o Deficiente Auditivo. Rio de Janeiro: Rotary Clube do Rio de Janeiro. Expansão Editorial, 1985.
- CURY, C. R. J. O Conselho Nacional de Educação. In OLIVEIRA, M.A.M. (org.) Gestão educacional novos olhares novas abordagens. Petrópolis: Vozes,2005.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

- DIAS, Maria Celeste Martins. A Inclusão Escolar num Agrupamento de Escolas. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus.LISBOA,2013.
- DUARTE, A. **Avaliação e modificação de concepções, motivações e estratégias de aprendizagem em estudantes do ensino superior** Tese (Doutorado ), Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2000.
- DUTRA, CR, GRIBOSKI, GM. Gestão para inclusão. Revista Educação Especial, 2005. Disponível em <http://corolx.Ufsm.br/revece/ceesp/2005/02/a1htm>. Acesso em 29 de Junho de 2018.
- FAGLIARI, Solange Santana dos Santos. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre política federal e municipal. Universidade de São Paulo, 2012.
- FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 5ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais/ Lucinda Ferreira. – [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FILHO, Delci da Conceição. Análise de um programa de inclusão de alunos surdos no ensino médio em uma escola pública da cidade de Londrina. CECA. Londrina, PR.2011.
- FLICK, U., von KARDORFF, E. & Steinke, I. (Orgs.) (2000). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução.]. Em U. Flick, E. von Kardorff & I. Steinke, (Orgs.), Qualitative Forschung: Ein Handbuch [Pesquisa qualitativa - um manual] (pp. 13- 29). Reinbek: Rowohlt.
- GAMBOA, S. S. A contribuição da Pesquisa na formação docente. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- GAVIOLI, Aparecida de Fátima. **A educação de Surdos em Cacoal/RO: Um encontro com a Realidade**. Campo Grande, MS: 2008.
- GOMES, A. L. Limaverde, POULIN, Jean-Robert. FIGUEIREDO, Rita Vieira. O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. MEC/SEESP; UFC, Fortaleza, 2010.

- González Rey, F. (2005). Pesquisa qualitativa e subjetividade. São Paulo: Thomson.
- GRAY, David E. (2012). Metodologia de Pesquisa. Pesquisa no mundo real. 2ª Edição. Porto Alegre: Penso.
- Hofstätter, P. R. (1957). Psychologie. Frankfurt: Fischer.
- LEBEDEFF, T. B. Aprendendo a ler “com outros olhos”: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, 2010.
- LEITE, Laura Paula. LIBRAS na Educação de Alunos Surdos. 63 f. Monografia apresentada para conclusão do Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Vilhena, RO: 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**/José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2º ed. São Paulo: Moderna, 2006. 95p.
- MANTOAN, Maria Teresa E. Ensinando a turma todas as diferenças na escola. **Pátio Revista Pedagógica**, v. 20, p. 18-23, 2002.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (Org.) Inclusão: Compartilhando Saberes. 3. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes 2008.
- Marton, F. 1994. Phenomenography. In T. Husén, & T.N. Postlethwaite (Eds) The international encyclopedia of education 8. 2nd Edition. Oxford: Pergamon, 4424-4429.
- MARTON, F. Phenomenography – describing conceptions of the world around us. **Instructional Science**, v. 10, p. 177-200, 1981.
- MARTON, F. Phenomenography: a research approach to investigating different understandings of reality. **Journal of Thought**, v. 21, n. 3, p.28-49, 1986.

- MARTON, F.; PONG, W. Y. On the unit of description in phenomenography. **Higher Education Research & Development**, Austrália, v. 24, n. 4, p. 335-348, nov. 2005.
- MAYRING, Ph. (2002). Einführung in die qualitative Sozialforschung [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ª ed.). Weinheim: Beltz.
- MCLAREN, P. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MENDES, Kátiuscia Aparecida Moreira de Oliveira. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros. Tese de Doutorado. UFG. GOIÂNIA, 2017.
- MINAYO, C. S. de; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIRANDA, Cleusa Regina Secco. Educação inclusiva e escola: saberes construídos. Dissertação de Mestrado. CECA. Londrina, PR. 2010.
- ONU, Organização das Nações Unidas. Declaração dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)> Acesso em: 09 de julho de 2018.
- PARO, V. H. Escritos sobre Educação. São Paulo: Xamã, 2001
- PEREIRA, Rachel Carvalho. Surdez – Aquisição de Linguagem e Inclusão Social. Rio de Janeiro: Ed. Revinter Ltda., 2008.
- Petrelli, R. (2004). Fenomenologia: teoria, método e prática. Goiânia: UCG.
- Portal Adventista. **A História do Surdo, a Pessoa Diferente e a Humanidade Pré-Cristã**. Disponível em: <[http:// www. Portaladventista.org. BR](http://www.Portaladventista.org.BR)> Acesso em: 01 maio 2018.
- REILY, Lucia. Escola inclusiva: Linguagem e mediação. Campinas, SP: Papirus, 2004. – (série educação especial)
- Relatório Global UNESCO [livro eletrônico]: abrindo novos caminhos para o empoderamento: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência / UNESCO ; [tradução DB Comunicação]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. 2,2 Mb ; PDF.
- RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

- RONDÔNIA, Vilhena. Vilhena cidade de Vilhena informações município de Vilhena, história da cidade. Disponível: <https://www.mfrural.com.br/mobile/cidade/vilhena-ro.aspx>. Acesso em 30 de Agosto de 2018.
- SÁ, Nídia Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Medicas, 1999.p.129-141.
- SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo in:STAMBACK, Susan; STAMBACK William (Orgs.). **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p.129-141.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SILVA, Alessandra da. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- SILVA, Alessandra, LIMA, Cristiane Vieira de Paiva, DAMÁZIO, Marlene Ferreira Macedo. **Deficiência auditiva.** Brasília/DF: Cromos, 2007 - (Atendimento educacional especializado).
- SILVA, Claudia Lopes da. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva a partir de um enfoque sócio – histórico. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Fabiany de Cassia T. Desenhando a cultura escolar: ensino aprendizagem e deficiência mental nas salas de recursos e nas salas comuns. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara-SP: Junqueira & Marin; Brasília-DF: CAPES, 2008.
- SILVEIRA, Selene Maria Penaforte. A gestão para a inclusão: Uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar. Tese de Doutorado. UFC. Fortaleza – CE, 2009.
- SOUZA, Amaralina Miranda et al. Inclusão: história, conceitos e problematização. Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília – CFORM/UnB: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2005; 44 P.: Il.

- SOUZA, Eloysia Godinho de. Surdez e significado social. São Paulo: Cortez, 1982.
- STAINBACK, Susan e Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p. Reimpressão 2007.
- STAINBACK, Susan. Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva. INCLUSÃO. Brasil, v.02, nº 03, p. 08 a 19, 2006.
- TAVEIRA, R.M.T., **Privação auditiva precoce em crianças portadoras da Síndrome de Down e suas implicações para o desenvolvimento da linguagem.** Dissertação de mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1995.
- TEZANI, Thaís C. R. Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: < [http://redeinclusao.pt/media/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf) Acesso em: 30 de julho de 2018.
- UNESCO. Inclusão é importante: acesso e empoderamento para pessoas de todas as habilidades. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/inclusion\\_matters\\_access\\_and\\_empowerment\\_for\\_people\\_of\\_all/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/inclusion_matters_access_and_empowerment_for_people_of_all/) Acesso em: 18 de Abril de 2018.

## APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

Eu, (nome) Sr(a). \_\_\_\_\_

Domiciliado em \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Responsável pela pesquisa – Shirlei Fritz de Oliveira Valadão

Fui informada detalhadamente sobre a pesquisa intitulada “A gestão escolar na administração da educação inclusiva no ensino regular” de autoria da Mestranda Shirlei Fritz de Oliveira Valadão. Declaro que fui plenamente esclarecido de que ao responder as questões que compõem esta pesquisa estarei participando de um estudo de cunho acadêmico que tem como objetivo gerar um modelo de interações de ensino do professor que atende estudantes com necessidades educativas especiais com deficiência na escola regular de ensino. Embora tenha aceito participar desta pesquisa, está garantido que poderei desistir a qualquer momento, bastando para isso, informar minha decisão de desistência, à responsável pela pesquisa.

Fui esclarecido (a) ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não terei direito a nenhuma remuneração. Sei também que a participação na pesquisa não incorrerá em riscos ou prejuízos de qualquer natureza para minha pessoa.

Os dados que fornecerei serão sigilosos e privados, sendo que poderei solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação da mesma.

Vilhena, (RO) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinaturas que significam “de acordo”:

\_\_\_\_\_  
Participante do estudo

\_\_\_\_\_  
Mestranda Shirlei Fritz de Oliveira Valadão

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

#### QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS GESTORES

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

- A. Quantidade de funcionários na equipe da gestão escolar: \_\_\_\_\_ Masculino: \_\_\_\_\_ Feminino: \_\_\_\_\_ Faixa etária: de 25 a 34 anos \_\_\_\_\_ de 35 – 45 anos \_\_\_\_\_ mais de 45 anos \_\_\_\_\_
- B. Quantidade de funcionários no total da unidade escolar: \_\_\_\_\_ Total de professores: \_\_\_\_\_ Total de profissionais da educação especial: \_\_\_\_\_
- C. Do quantitativo total de funcionários quantos tem conhecimento da LIBRAS – língua brasileira de sinais: \_\_\_\_\_ Com formação na área: \_\_\_\_\_ Sem formação: \_\_\_\_\_
- D. Quantitativo de alunos matriculados na unidade escolar: \_\_\_\_\_ Destes quantos são alunos com necessidades especiais: \_\_\_\_\_ Quantos são surdos: \_\_\_\_\_
- E. Equipe da gestão escolar com especialização na área: \_\_\_\_\_
- F. Maiores dificuldades no trabalho dos gestores para fazer com que a inclusão aconteça: ( ) Professores ( ) comunidade ( ) Inspetores ( ) Repartição Municipal.
- G. Valorização das crenças, ideias e iniciativas da comunidade escolar assim como todos os procedimentos necessários para torna – la democrática e inclusiva: ( ) Concordo plenamente; ( ) Concordo parcialmente; ( ) Discordo plenamente; ( ) Discordo parcialmente.

### APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

#### **QUESTIONÁRIO DIRIGIDO A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

**A.** Quantidade de escolas Municipais em Vilhena: \_\_\_\_\_.

**B.** Quantas atendem alunos com necessidades especiais: \_\_\_\_\_.

**C.** Quantas atendem alunos surdos: \_\_\_\_\_.

**D.** Das escolas com alunos surdos matriculados quantas tem um interprete em sala:

\_\_\_\_\_.

**E.** Destas quantas os professores regulares têm a especialização em LIBRAS:

\_\_\_\_\_.

## APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

#### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

1. Quais medidas que a gestão coloca em prática para que a educação inclusiva aconteça?
2. Como são vivenciadas as barreiras na comunicação entre surdos e ouvintes no ambiente escolar?
3. A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?
4. Quais princípios subjacentes do âmbito escolar na educação inclusiva de alunos surdos?
5. Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?
6. Quanto tempo destinado para troca de informações entre professor e a gestão escolar e para a elaboração de materiais e/ou atividades para o aluno surdo.

## APÊNDICE V – QUESTIONÁRIO



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

### **QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES**

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

- 1 A gestão democrática oferece condições para a efetivação da aprendizagem, bem como a superação dos desafios para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais?
- 2 Quanto tempo destinado para troca de informações entre professor e a gestão escolar e para a elaboração de materiais e/ou atividades para o aluno surdo?
- 3 A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?
- 4 Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?
- 5 Como os alunos Surdos desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante das dificuldades de comunicação através da língua de sinais e como é desenvolvida a comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula?
- 6 Quais princípios subjacentes do âmbito escolar na educação inclusiva de alunos surdos?

## APÊNDICE VI – QUESTIONÁRIO



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

#### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FAMILIARES DOS ALUNOS SURDOS

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

1 A gestão democrática oferece condições para a efetivação da aprendizagem, bem como a superação dos desafios para garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais?

2 Quais as percepções que você possui relativamente ao desempenho das práticas inclusivas utilizadas de acordo com a legislação vigente de inclusão?

3 A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?

4 No cotidiano familiar, todos tem acesso a LIBRAS – língua Brasileira de Sinais? Como acontece a comunicação?

5 Como os alunos Surdos desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante das dificuldades de comunicação através da língua de sinais e como é desenvolvida a comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula?

6 Quando falamos em inclusão das pessoas com necessidades especiais, estamos dizendo em tornar-los participantes da vida social, econômica e política, e assim assegurando os direitos e deveres de cada um. Portanto você acredita que para tornarmos essa afirmativa em realidade a gestão escolar juntamente com sua equipe pedagógica deveria promover ações para disseminar a LIBRAS no ambiente escolar mediando uma comunicação entre surdos e ouvintes aprendendo uma linguagem inclusiva?

## APÊNDICE VII – QUESTIONÁRIO



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS SURDOS

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

- 1 A escola dispõe de recursos utilizados para facilitar o aprendizado do aluno Surdo?
- 2 Os profissionais da educação estão capacitados para atender alunos com surdez e dar os subsídios básicos para que este tenha uma educação de qualidade?
- 3 Como os alunos Surdos desenvolvem o seu aprendizado em sala de aula diante das dificuldades de comunicação através da língua de sinais e como é desenvolvida a comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula?
- 4 Quando falamos em inclusão das pessoas com necessidades especiais, estamos dizendo em tornar-los participantes da vida social, econômica e política, e assim assegurando os direitos e deveres de cada um. Portanto você acredita que para tornarmos essa afirmativa em realidade a gestão escolar juntamente com sua equipe pedagógica deveria promover ações para disseminar a LIBRAS no ambiente escolar mediando uma comunicação entre surdos e ouvintes aprendendo uma linguagem inclusiva?
- 5 Em sua opinião em qual situação podemos dizer que o aluno surdo tem um bom rendimento do conteúdo ministrado em sala? A) Em sala de aula juntamente com ouvintes. B) Em sala de aula somente com Surdos. Justifique sua resposta.
- 6 Quais sugestões você daria para a gestão escolar em relação à melhoria da inclusão de alunos surdo no ensino regular?

## APÊNDICE VIII – QUESTIONÁRIO



### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

#### QUESTIONÁRIO APLICADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

1 São disponibilizados recursos às escolas de acordo com a necessidade especiais do aluno, a fim de facilitar o aprendizado no processo de ensino? Quais?

2 Quais as propostas que a secretaria de educação têm como objetivo realizar para a melhoria do atendimento especializado na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, contribuindo para a sua socialização e o respeito às suas diferenças no ensino regular?

3 Quais os instrumentos estratégicos utilizados pela secretaria da educação para avaliar a qualidade do ensino de alunos com necessidades especiais?

4 Na realidade dos dias atuais os profissionais da educação estão preparados profissionalmente em relação a sua formação continuada para atender alunos com necessidades especiais e dar subsídios básicos para que este alcance uma educação de qualidade?

5 De acordo com os acompanhamentos realizados em turmas de ensino inclusivo, dentro do contexto de uma escola regular, acredita - se que se inserir a disciplina de LIBRAS no cronograma curricular do ensino fundamental e médio, irá facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes? ( ) Sim ( ) Não. Justifique sua resposta.

6 Sabemos da importância da participação da família na escola para acompanhamento e auxílio no processo de aprendizagem do aluno surdo. Nesta perspectiva existe ações previstas ou realizadas para incentivar esta participação e disseminar informações pertinentes a legislação e conhecimento da língua de sinais aos familiares?

## APÊNDICE VIII – QUESTIONÁRIO



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

### QUESTIONÁRIO

O presente questionário visa recolher informações ou dados do campo para Tese de Mestrado em Ciências da Educação, com título: “A GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR”.

- 1 Quais são as orientações de política pública sobre a gestão escolar e a inclusão?
- 2 Quais são as orientações da escolar sobre a gestão escolar e a inclusão?
- 3 Quais são as tensões e conflitos entre as orientações da política pública e a escola?
- 4 Quais são as competências dos profissionais da escola?
- 5 Quais são as diferenças e semelhanças nas competências dos profissionais?
- 6 Quais são as concepções dos profissionais da escola sobre a relação gestão e inclusão?
- 7 Quais são os documentos reguladores que a escola usa para as práticas inclusivas?
- 8 Quais são as propostas de formação continuada para as práticas inclusiva da gestão escolar?
- 9 Como a gestão escolar organiza a estrutura do atendimento educacional especializado em sala de aula?
- 10 Como é avaliado o PPP da escola considerando as dificuldades dos processos de inclusão?
- 11 Quais são as tensões e conflitos da gestão escolar para a inclusão de aluno surdo?